

Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO



Relatório de Gestão Institucional 2006



Estado de Santa Catarina MINISTÉRIO PÚBLICO

Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro - Florianópolis
Santa Catarina - 88015-904

Relatório de Gestão Institucional 2006

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento à Portaria nº 1.710/2005/PJ, de 17 de junho de 2005

(48) 3229.9001

www.mp.sc.gov.br

pgj@mp.sc.gov.br

Projeto gráfico

Coordenadoria de Comunicação Social

(48) 3229.9011

comso@mp.sc.gov.br

Foto capa

Fotomontagem produzida por Bruno Coelho Probst

Impressão

Gráfica Brasil

Tiragem 2.000 exemplares

Ministério Público do Estado de Santa Catarina
M622 Relatório de gestão institucional 2006. – Florianópolis :
Procuradoria-Geral de Justiça, 2007.
100 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina - Relatório. 2. Ministério
Público – Santa Catarina - Gestão (2006). I. Procuradoria-Geral de
Justiça. II. Título.

CDDir : 341.413

CDU : 347.963(064)

Relatório de Gestão Institucional 2006

APRESENTAÇÃO

Com permanente atenção na visão estratégica do Ministério Público catarinense – *ser uma instituição que sirva de referencial pelos padrões de eficiência e regularidade na geração de resultados úteis à sociedade e na garantia dos direitos do cidadão* – a Procuradoria-Geral de Justiça registra, por meio deste relatório de gestão, a síntese das atividades, dos projetos e programas desenvolvidos no ano de 2006, com destaque para os principais resultados alcançados ao longo desse período.

Por determinação constitucional (art. 37 da Constituição da República e art. 101 da Constituição do Estado), este relatório objetiva prestar contas à sociedade catarinense e à augusta Assembléia Legislativa da dimensão do Ministério Público, sobre o que ele se propôs a fazer e o que efetivamente fez, conhecendo-se, assim, os princípios e as diretrizes, a estrutura, os recursos, as atividades, os objetivos e as metas bem como os problemas vivenciados pela Instituição, de modo a torná-la ainda mais transparente.

As atividades, os projetos e os programas, frutos de uma filosofia de atuação do Ministério Público, estiveram concretizados em princípios e diretrizes políticas que orientaram o período de gestão institucional, por meio da participação, da eficiência e da sua independência, e em diretrizes político-institucionais, administrativas e operacionais.

No campo político-institucional, estiveram presentes a altivez e a harmonia nas relações externas com os órgãos e Poderes do Estado; a solidariedade e o fortalecimento corporativo; a integração entre os órgãos, servidores e membros da Instituição; o *marketing* institucional; a busca pelo incremento da receita orçamentária e financeira; e a remuneração digna e regular dos membros e colaboradores.

As informações foram divididas em campos distintos: a estrutura, os recursos e as atividades, registrando que, pela expressividade do volume de dados e de informações, não houve transposição para este documento de tudo o que foi coletado, restando as planilhas, os relatórios e os textos mantidos integralmente em arquivos próprios.

Por oportuno, ao se aproximar o encerramento das atividades da atual administração, após o exercício de dois mandados consecutivos, faz-se também, de forma sintetizada, uma recapitulação das conquistas e realizações levadas a termo, como registro do que foi proposto em um Projeto de Gestão Institucional e que efetivamente foi concretizado, sempre tendo em vista a consciência plena da missão constitucional do Ministério público, dimensionada na medida das crescentes necessidades sociais que estão a demandar a sua atenção e tutela.

Nesse contexto, de tudo aquilo que foi idealizado e realizado pela atual administração, destacam-se, dentre outras medidas:

a) a criação e o preenchimento de cargos de Promotor de Justiça, de Assistente de Promotoria de Justiça, de Assistente Social, de Oficial de Diligência, de Técnico de Informática, de Técnico do Ministério Público, de Auditor, de Analista do Ministério Público, de Analista de Sistemas e de Programador;

b) a realização de reformas no Edifício-Sede e nas Promotorias de Justiça, bem como novas instalações para as Promotorias de Justiça da Infância da Capital e das Promotorias de Justiça da Comarca da Palhoça;

c) o aumento do índice de participação na Receita Líquida Disponível de 2,7% para 3,1%;

d) a adequação da política remuneratória às disposições constitucionais, inclusive com a instituição do subsídio, e a atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Ministério Público;

e) o resgate do pagamento de significativos valores a título de atrasados, devidos a membros e servidores da Instituição;

f) a aquisição de veículos para a sede e para as Promotorias de Justiça;

g) a aquisição de equipamentos e de sistemas de informática, com destaque para mais uma impressora em cada gabinete de Procurador e de Promotor de Justiça e a instalação de cinco computadores para cada Promotoria de Justiça (sendo quatro *desktops* e um *notebook*);

h) o fornecimento de leitores óticos e de monitores para uso dos Promotores de Justiça nas salas de audiência;

i) a implantação de rede própria de transmissão de dados e de voz, como também de sistemas de automação e de geoprocessamento;

j) a criação e a implantação do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais, e conseqüentemente a instituição do Plano Geral de Atuação;

l) a regulamentação do controle externo da atividade policial, do Procedimento de Investigação Criminal e da atividade *custos legis* (fiscal da lei);

m) a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional, com a participação de Procuradores de Justiça;

n) a contratação de peritos pelo FRBL, para prestar apoio técnico às Promotorias de Justiça;

o) a estruturação da Auditoria para também prestar apoio aos Centros de Apoio Operacional e aos órgãos de execução;

p) a reestruturação da Assessoria Militar;

q) a modernização da Lei Orgânica, com inovações como a possibilidade de candidatura de Promotor de Justiça no processo de escolha do Procurador-Geral de Justiça e a criação da Ouvidoria do Ministério Público.

A análise da dimensão do trabalho realizado certamente cabe à sociedade, destinatária final dos serviços e credora do direito de crítica à Instituição. Afirma-se, entretanto, com satisfação, que as realizações empreendidas tiveram sempre em vista a missão do Ministério Público catarinense: *promover a defesa dos direitos da população, visando à redução dos conflitos e à construção da paz social.*

PEDRO SÉRGIO STEIL

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<i>1 Considerações iniciais</i>	<i>7</i>
<i>2 Procuradoria-Geral de Justiça</i>	<i>7</i>
<i>3 Colégio de Procuradores de Justiça</i>	<i>8</i>
<i>4 Conselho Superior do Ministério Público</i>	<i>8</i>
<i>5 Corregedoria-Geral do Ministério Público</i>	<i>9</i>
<i>6 Procuradorias de Justiça</i>	<i>9</i>
<i>7 Coordenadoria de Recursos</i>	<i>10</i>
<i>8 Promotorias de Justiça</i>	<i>10</i>
<i>9 Órgãos Auxiliares</i>	<i>11</i>
<i>9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público</i>	<i>11</i>
<i>9.2 Ouvidoria</i>	<i>11</i>
<i>9.3 Centros de Apoio Operacional</i>	<i>11</i>
<i>9.4 Comissão de Concurso</i>	<i>12</i>
<i>9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional</i>	<i>13</i>
<i>9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo</i>	<i>13</i>
<i>9.7 Estagiários</i>	<i>14</i>

II – RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

<i>1 Recursos humanos</i>	<i>15</i>
<i>2 Recursos financeiros</i>	<i>15</i>
<i>3. Recursos materiais</i>	<i>17</i>
<i>3.1 Instalações</i>	<i>17</i>
<i>3.2 Patrimônio móvel</i>	<i>18</i>

III – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS OBTIDOS

<i>1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça</i>	<i>19</i>
<i>2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça</i>	<i>26</i>
<i>3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público</i>	<i>27</i>
<i>4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público</i>	<i>28</i>
<i>5 Atividades da Coordenadoria de Recursos</i>	<i>28</i>
<i>6 Atividades dos Procuradores de Justiça</i>	<i>31</i>

7 Atividades dos Promotores de Justiça	32
7.1 Na área criminal	32
7.2 Na área cível	37
7.3 Na área da infância e da juventude	41
8. Atividades dos Órgãos Auxiliares	45
8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público	45
8.2 Da Ouvidoria	46
8.3 Dos Centros de Apoio Operacional.....	49
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	49
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal	51
8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	54
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude	57
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	65
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor	70
8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	74
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade	77
8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	79
8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	79
8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	80
8.5 Da Comissão de Concurso	81
8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	82
8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	82
8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais	83
8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	84
8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação	84
8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas	85
8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos	86
8.6.7 Coordenadoria de Finanças	87
8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	88
8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social	89
8.6.10 Assessoria Militar	91
8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle	92
IV – COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	93
V – PROMOTORES DE JUSTIÇA, POR ENTRÂNCIA E ANTIGÜIDADE NA CARREIRA	96

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais

Por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127).

Em conformidade com o art. 129 da Constituição da República, são atribuições suas, afora outras contempladas na legislação ordinária: a promoção das ações penais públicas; a promoção do inquérito civil e das ações civis públicas para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; a promoção das ações declaratórias de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos colidentes com a Constituição da República ou Estadual; a promoção das medidas aptas a garantir, por parte dos poderes públicos e dos serviços de relevância públicos, o respeito efetivo aos direitos assegurados pela Constituição da República; e o exercício do controle externo da atividade policial.

Para fazer-se viável o exercício desse *múnus* público, a Constituição da República, além da independência funcional e da autonomia administrativa e orçamentária (art. 127, §§ 1º, 2º e 3º), conferiu ao Ministério Público poderes para expedir notificações e requisitar documentos, informações, diligências investigatórias e a instauração de inquéritos policiais (art. 129, VI e VIII).

Como adiante será apresentado, o Ministério Público de Santa Catarina desenvolve as suas funções institucionais por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público, da Corregedoria-Geral do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça, da Coordenadoria de Recursos, das Promotorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público e, como tal, cabe ao Procurador-Geral de Justiça a Chefia da Instituição. O Procurador-Geral de Justiça, sob o prisma desenhado constitucionalmente, é Órgão de Execução para o exercício da tutela jurisdicional perante a segunda instância do Poder Judiciário Estadual, encarregando-se, desse modo, da investigação criminal e da legitimação ativa do Ministério Público nas áreas cível e criminal, nos feitos de competência originária do Tribunal de Justiça; na revisão do arquivamento de inquérito policial; e nas não-formulações de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado.

A chefia administrativa da Instituição é exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista formada por meio de eleição dos membros da Instituição dentre os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. O Procurador-Geral de Justiça é substituído, em seus impedimentos e suas faltas ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

Assessoram o Procurador-Geral de Justiça três Promotores de Justiça da mais elevada entrança, que exercem funções de assessoramento tanto no que diz respeito ao Órgão de Administração Superior quanto no que tange ao Órgão de Execução. A Assessoria do Procurador-Geral de Justiça é auxiliada nas suas funções por quatro servidores efetivos, sendo um deles comissionado, e dois estagiários.

Prestam serviços, nos gabinetes do Procurador-Geral e do Subprocurador-Geral de Justiça, um servidor exclusivamente comissionado, quatro servidores efetivos, sendo três deles comissionados, e um funcionário contratado temporariamente.

Vinculam-se ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, ainda, a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar.

Os Centros de Apoio Operacional, em face do grande volume de serviço, também prestam assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções de Órgão de Execução do Ministério Público, nas respectivas áreas de atuação.

Diversas atribuições do Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, foram delegadas a outros Procuradores de Justiça, tais como as atribuições relativas às áreas do crime, do meio ambiente, do consumidor e da moralidade administrativa, que envolva competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por 40 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, tem, também, atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares; a proposição de modificação da Lei Orgânica; a análise de proposta de providência relacionada ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária; a apreciação de recursos e a revisão de procedimentos administrativos; e a definição e modificação das atribuições dos Órgãos de Execução.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido, apenas, da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça. O Colégio de Procuradores de Justiça é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, a qual é composta por dois servidores efetivos, um servidor comissionado, um contratado temporariamente e um bolsista.

4 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público também exerce atribuições tanto como Órgão da Administração Superior quanto Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Conselho Superior, dentre outras funções, aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; apreciar os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afastamento dos membros do Ministério Público; decidir sobre o vitaliciamento, a disponibilidade e a aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público; elaborar o regulamento de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e eleger os membros da respectiva comissão; e decidir sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil.

O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove integrantes, sendo o Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, membro nato, juntamente com o Corregedor-Geral do Ministério Público. Compõem, ainda, o Conselho Superior cinco Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e dois eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça. O Conselho Superior é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados.

5 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições apenas como Órgão da Administração Superior, estando encarregada da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

O Corregedor-Geral do Ministério Público é substituído, nos seus impedimentos e nas suas faltas ou por delegação, por um Procurador de Justiça indicado por aquele. A Corregedoria-Geral possui uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça da mais elevada entrância e é assessorada por três Promotores de Justiça, também da mais elevada entrância. Por fim, atuam na Corregedoria-Geral do Ministério Público cinco servidores efetivos, um servidor exclusivamente comissionado e três funcionários contratados temporariamente.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, cabendo-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a fixação das férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; fixar critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento; e estabelecer um sistema de inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam.

Há duas Procuradorias de Justiça, sendo uma com atuação cível e outra com atuação criminal, nesta última estão atuando 11 Procuradores e naquela, 18 Procuradores. Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida em quatro grupos de Procuradores de Justiça, para atuação em matérias relativas a funcionalismo público, grupo este formado por seis Procuradores de Justiça; em matéria tributária, composto por três Procuradores de Justiça; em matérias de família, sucessões, infância e juventude, formado por cinco Procuradores de Justiça; e em matérias de direitos difusos e coletivos, composto por oito Procuradores de Justiça.

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução, cabendo-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que tais atribuições não sejam privativas do Procurador-Geral de Justiça.

Havia, em dezembro de 2006, 40 Procuradores de Justiça em atividade, dentre os quais, três exercendo cargos na Administração Superior (Procurador-Geral de Justiça, Subprocurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público) e sete, as funções de Coordenadores-Gerais dos Centros de Apoio Operacional com delegação para atuarem nos feitos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça nas respectivas áreas, além daqueles feitos provenientes da distribuição, e um exercendo, cumulativamente, a Ouvidoria.

Os Procuradores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de três servidores efetivos, 44 servidores comissionados, oito funcionários contratados temporariamente e 53 estagiários, os quais estão distribuídos equitativamente nos gabinetes. Há, hoje, 27 vagas de estagiários nos gabinetes dos Procuradores de Justiça.

7 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos é o Órgão de Execução do Ministério Público encarregado, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive aos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos órgãos de execução acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição.

Atuam na Coordenadoria de Recursos um Procurador de Justiça, um Promotor de Justiça, quatro servidores efetivos, sendo um deles comissionado, três servidores exclusivamente comissionados, um funcionário contratado temporariamente, três estagiários, um bolsista de 3º grau e um bolsista de 2º grau.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo suas atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em face de proposta apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça. As Promotorias de Justiça são exercidas pelos Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nos âmbitos judicial e extrajudicial.

Há 293 Promotorias de Justiça distribuídas pelas 110 Comarcas instaladas, com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Desse total, 18 Promotorias de Justiça ainda não foram instaladas, pois 17 delas foram recentemente criadas (dezembro de 2006).

No âmbito do Ministério Público, há 280 Promotores de Justiça distribuídos pelas 110 Comarcas do Estado, que atuam, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas. Dentre esses, 66 são de entrância especial; 94 de entrância final; 38 de entrância intermediária; 69 de entrância inicial; e, finalmente, 13 são substitutos.

Dentre as Promotorias de Justiça, de forma exclusiva, ou não, 112 têm atribuições na área da infância e juventude; 168, na área criminal; 110, na área tributária; 111, na área da moralidade administrativa; 110, no meio ambiente; 110, no consumidor; 110, na cidadania; e 177, na área cível; e 102, na área eleitoral.

Essas Promotorias de Justiça têm atribuição, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: as áreas criminal, da ordem tributária, da infância e da juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e das concordatas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade etc.

Os Promotores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de 45 servidores efetivos, 72 funcionários contratados temporariamente, 394 estagiários dentro das 667 vagas criadas

e nove bolsistas, sendo seis de 3º e oito de 2º grau, 181 cargos comissionados de Assistente de Promotoria, dentro dos 276 cargos criados pela Lei Complementar Estadual n. 276, de 27 de dezembro de 2004, os quais estão distribuídos equitativamente nos diversos gabinetes. As Promotorias de Justiça de mais elevada entrância (especial e final) contam com servidores efetivos ou contratados temporariamente, os primeiros, para serviços administrativos do órgão, e os segundos, para serviços regulares de manutenção e limpeza e, eventualmente, apoio administrativo. Os demais Promotores de Justiça são auxiliados, no máximo, por um Assistente de Promotoria e por dois Estagiários da 5ª fase em diante dos Cursos de Direito, que prestam serviços de quatro horas diárias.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos órgãos de apoio técnico e administrativo do Ministério Público. O Secretário-Geral do Ministério Público é auxiliado nas suas tarefas por um total de cinco servidores efetivos, sendo um deles comissionado, quatro funcionários contratados temporariamente e um bolsista de 3º grau. Cabe ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária; e conduzir os processos disciplinares e sindicâncias de servidores, entre as mais relevantes.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 298, de 4 de outubro de 2005, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transparência e presteza das atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu de exigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. O Ouvidor é auxiliado, nas suas tarefas, por dois servidores efetivos e um servidor comissionado.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Foram instituídos, por meio do Ato n. 48/MP/03, os Centros de Apoio Operacional no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, como órgãos auxiliares, vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Em 2005, por meio do Ato n. 134/PGJ, foi instituído o Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE) e o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC).

Exercem funções nos referidos Centros de Apoio Operacional sete Procuradores de Justiça, como Coordenadores-Gerais, e nove Promotores de Justiça, como Coordenadores, os quais são auxiliados nas suas tarefas por 35 servidores efetivos, 18 servidores comissionados, nove funcionários contratados temporariamente, 24 estagiários e 14 bolsistas de 2º e 3º graus.

Centros de Apoio Operacional

CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Atua na área da moralidade administrativa e do patrimônio público, abrangendo as matérias cível e criminal.
CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Atua na área do meio ambiente, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Atua na área do consumidor, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Atua na área da cidadania e fundações, abrangendo as matérias cíveis e criminais, relativas, especialmente, aos direitos humanos, à saúde, à educação especial, à educação para idosos, à discriminação, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos idosos, à previdência, às fundações, ao terceiro setor e ao regular funcionamento dos serviços públicos.
CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Atua na área da infância e da juventude.
COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Atua na área da ordem tributária, especialmente nos crimes contra a ordem tributária, e na área cível, no que diz respeito à tributação ilegal e matéria correlata.
CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal	Atua na área criminal, especialmente no que diz respeito à execução penal, ao controle externo da atividade policial, à criminalidade organizada e de alta repercussão social e à segurança pública.
CECCON - Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	Atua na área do controle de constitucionalidade das normas jurídicas.
CIE - Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	Atua, por determinação ou autorização do Procurador-Geral de Justiça, na área das investigações cíveis e criminais do âmbito do Ministério Público.
CCE - Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	Atua na área cível residual não abrangida pelos demais Centros de Apoio, especificamente no que diz respeito à implementação da racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil, e, na área eleitoral.

9.4 Comissão de Concurso

Como Órgão Auxiliar de natureza transitória, cabe à Comissão de Concurso realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo composta por oito membros, um nato (Procurador-Geral de Justiça, que é o Presidente da Comissão), seis Procuradores de Justiça eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público e um Advogado indicado pela Seção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil. A Secretaria da Comissão de Concurso é exercida por um Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Essa Comissão, em face da sua natureza transitória, é constituída especificamente para a realização de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, sempre que há necessidade. Exercem funções, além dos integrantes mencionados anteriormente, servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente, estagiários e bolsistas especialmente designados, conforme a necessidade do serviço, especialmente no que se refere à aplicação das provas.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e funcionários, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, atualmente, é dirigido por um Promotor de Justiça, auxiliado por quatro servidores efetivos, um estagiário e um bolsista de 2º grau.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

COGER – Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias a ela subordinadas.

COFIN – Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

Possui a Gerência de Finanças e a Gerência de Contabilidade.

COAD – Coordenadoria de Operações Administrativas

Possui a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes e Serviços Gerais, a Gerência de Manutenção e a Gerência de Compras.

COPIJ - Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas

Possui a Gerência de Biblioteca e a Gerência de Arquivo e Documentação.

CORH - Coordenadoria de Recursos Humanos

Possui a Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal.

COPAG - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Excepcionalmente não é dividida em Gerências.

COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Possui a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento e a Gerência de Suporte.

COPEO - Coordenadoria de Planejamento e Estratégia Organizacional

Subordina-se à COPEO a Gerência de Informações e Projetos.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle e a Assessoria Técnica e Jurídica, subordinados diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público, e a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar, subordinadas ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Atuam nos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo 128 servidores efetivos, dos quais 23 ocupam cargos comissionados, 79 funcionários contratados temporariamente e 37 bolsistas de 2º e 3º graus.

9.7 Estagiários

Os estagiários, que desenvolvem quatro horas de atividades diárias, são auxiliares do Ministério Público, aos quais cabe o exercício de atividades de levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; da realização e do acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; do estudo de matérias que lhe sejam confiadas; do atendimento ao público; do controle da movimentação processual; e da execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos.

Há, no Ministério Público, 667 vagas de estagiários, dessas estão providas 540 vagas. Os estagiários estão distribuídos eqüitativamente, numa média de dois para cada membro do Ministério Público, e auxiliam os Órgãos de Execução e os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público nas suas atribuições.

II – RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Recursos humanos

Para atender à estrutura descrita no capítulo anterior e aos anseios sociais, a Instituição conta com um quadro de pessoal que compreende os membros e servidores, conta ainda com o auxílio de estagiários, bolsistas, contratados e o pessoal de outros órgãos à disposição do Ministério Público.

É importante destacar que, sendo o Ministério Público uma Instituição permanente essencial à prestação jurisdicional e por caber-lhe a defesa do regime democrático, do ordenamento jurídico e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o seu caráter social é fortemente acentuado, de modo que os seus serviços estão centrados na qualidade e na quantidade dos seus agentes, quer sejam eles Procuradores ou Promotores de Justiça, quer sejam eles servidores ou estagiários.

Quadro de Pessoal do MPSC			
Membros em atividades	dez/05	dez/06	Evolução
Procuradores de Justiça	39	40	2,6%
Promotores de Justiça de Entrância Especial	70	66	-5,7%
Promotores de Justiça de Entrância Final	91	94	3,3%
Promotores de Justiça de Entrância Intermediária	41	38	-7,3%
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	64	69	7,8%
Promotores de Justiça Substitutos	18	13	-27,8
Subtotal	323	320	-0,9%
Colaboradores em atividade	dez/05	dez/06	Evolução
Servidores efetivos	257	287	11,7%
Servidores comissionados efetivos	30	33	10%
Servidores comissionados não-efetivos	99	289	191,9%
Servidores à disposição do MP (PC/PM/PRF)	28	36	28,6%
Servidores temporários	186	193	3,8%
Estagiários	521	491	-5,7%
Bolsistas	82	79	-3,6%
Subtotal	1203	1408	17,0%
Inativos	dez/05	dez/06	Evolução
Membros	129	127	-1,5%
Servidores	31	30	-3,2%
Subtotal	160	157	-1,9%
Total	1686	1885	11,8%

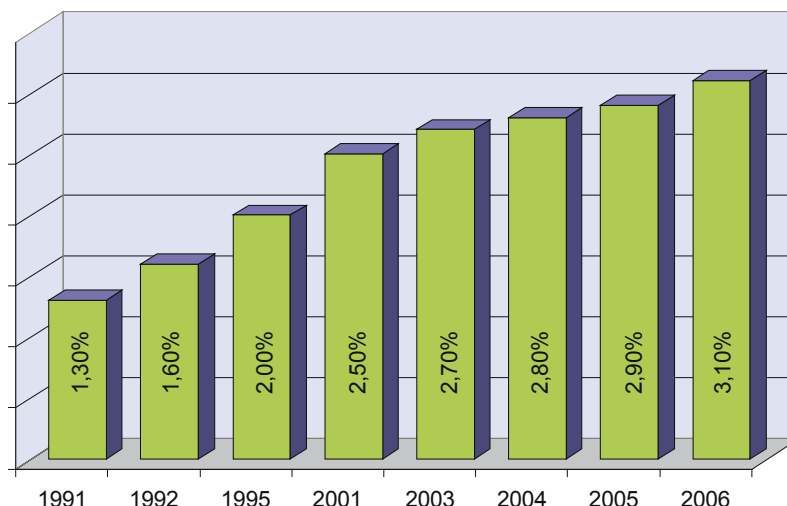
2 Recursos financeiros

A gestão financeira do Ministério Público compreende o gerenciamento de quatro unidades orçamentárias, que possuem receitas específicas e dotações vinculadas a fontes de receitas que, para serem utilizadas, necessitam de que os valores estimados estejam devidamente alinhados com os valores arrecadados.

Na **Unidade Orçamentária 0401 - Ministério Público**, são realizadas as despesas com o pagamento de pessoal, parte da manutenção e pequenos investimentos. A receita que suporta

a realização dessas despesas é vinculada a um percentual da Receita Líquida Disponível (RLD), que apresentou, nos últimos anos, a seguinte evolução:

Comparativo da evolução da participação do MPSC
na Receita Líquida Disponível - Lei de Diretrizes Orçamentárias

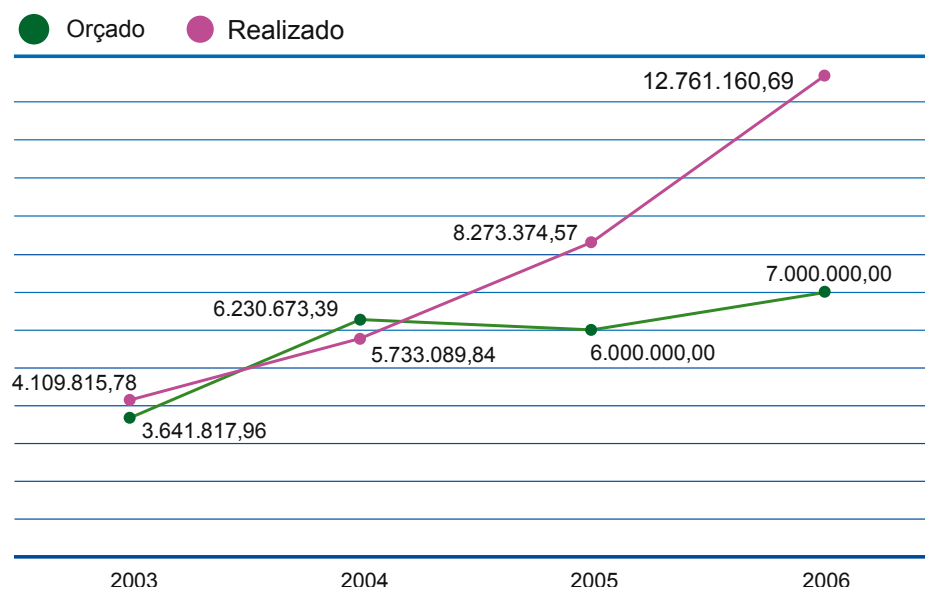


De fato, a questão que envolve o orçamento da Instituição é um dos grandes problemas da Procuradoria-Geral de Justiça, pois as ações planejadas são executadas em observância a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

Em 2006, o percentual destinado ao Ministério Público não sofreu incremento, permanecendo em 2,9% da RLD, o que correspondeu a uma receita de R\$171.843.427,90, ou seja um repasse médio mensal na ordem de R\$14.320.285,66

Para 2007, o percentual destinado ao Ministério Público teve incremento de 2,9% para 3,1% da RLD, o que corresponde a uma receita estimada, para o ano, de R\$195.920.000,00, ou seja, uma expectativa de arrecadação mensal média na ordem de R\$16.326.666,67.

Na **Unidade Orçamentária 0493 - Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP)**, são realizadas as despesas complementares de manutenção da Instituição e os investimentos. A receita que suporta a realização das despesas é vinculada a um percentual da transferência financeira da participação de 20% das receitas provenientes das taxas judiciais e extrajudiciais do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ), do Poder Judiciário.



A gestão dos recursos do Fundo é realizada por um Conselho de Administração que conta com a presença de três membros do Ministério Público, um representante do Poder Judiciário e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Os pedidos submetidos ao FERMP são avaliados mensalmente em reunião que ocorre na última terça-feira de cada mês.

Para 2007, a previsão de arrecadação é de R\$12.000.000,00, ou seja, uma disponibilidade média mensal de R\$1.000.000,00.

Na **Unidade Orçamentária 0492 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (FECEAF)**, são realizadas despesas vinculadas à capacitação e à formação de membros e servidores. A previsão orçamentária, para 2007, é de R\$200.000,00.

Na **Unidade Orçamentária 0491 - Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)**, são realizadas despesas de recuperação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental. Em 2005, foi incluída a possibilidade de atender a necessidade de contratação de perícias relacionadas às áreas a que o FRBL se destina. As despesas do fundo são aprovadas por um Conselho de Administração, cujo presidente é o Subprocurador-Geral de Justiça. Para 2007, o orçamento previsto é de R\$900.000,00.

A tabela abaixo demonstra a evolução do orçamento do Ministério Público e de suas unidades orçamentárias.

Estrutura Orçamentária do MPSC			
Unidades	2006		2007
	Orçado	Realizado	Orçado
0401 - MPSC	173.770.000,00	172.157.036,71	202.980.000,00
0491 - FRBL	400.000,00	216.911,90	900.000,00
0492 - FECEAF	100.000,00	76.421,16	200.000,00
0493 - FERMP	7.000.000,00	12.761.160,69	12.000.000,00
Total	181.270.000,00	185.211.530,46	216.080.000,00

3 Recursos materiais

Os recursos humanos antes descritos estão instalados em áreas físicas ocupadas exclusivamente pelo Ministério Público, ou áreas que são divididas com outros agentes estatais, sobretudo nos diversos fóruns existentes no território catarinense. Além disso, o Ministério Público se vale de uma frota de veículos e de equipamentos que lhe permitem, dentro da realidade atual, prestar a contento os serviços que lhe são afetos.

3.1 Instalações

A sede do Ministério Público está situada na Rua Bocaiúva, 1.750, Centro, Florianópolis (SC), na qual estão instalados os Órgãos da Administração Superior, os Procuradores de Justiça, a Coordenadoria de Recursos e parte dos Órgãos Auxiliares, especialmente a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a Assessoria Militar, a Coordenadoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Auditoria e Controle, a Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

No edifício Palas, sediado na Rua Othon Gama d'Eça, 611, Centro, Florianópolis (SC), estão instaladas diversas Promotorias de Justiça da Comarca da Capital, sobretudo aquelas que têm atribuições nas áreas da cidadania e dos direitos humanos, da moralidade administrativa, da ordem tributária, do meio ambiente e do consumidor. Ali também estão situados diversos Órgãos Técnicos e Administrativos, dentre eles: Coordenadoria-Geral de Apoio aos Órgãos Auxiliares (COGER); Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Operacionais (COPEO); Coordenado-

ria de Pagamento de Pessoal (COPAG); Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN); Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD); e Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH).

No Bairro Estreito, Florianópolis (SC), situado na Rua Heitor Blun, 386, sala 107, está instalado o Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (imóvel alugado).

Na Rua Rui Barbosa, 621, no Bairro Agronômica, Florianópolis (SC), estão instaladas as três Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca da Capital (imóvel alugado).

No Km 210 da BR 101, no Bairro Picadas do Sul, São José (SC), estão instalados o Almoxarifado Central, o Arquivo Geral e parte da Gerência de Patrimônio da Instituição (imóvel alugado).

No Bairro Barreiros, Município de São José (SC), na Rua Heriberto Hülse, s/n, está situado um imóvel sem construção medindo 4.684,21m².

No Bairro Barreiros, Município de São José (SC), na marginal da Rodovia BR 101, fundos da Rua Heriberto Hülse, está situado um terreno medindo 4.110,00m².

Na Rua 24 de Abril, 88, esquina com a Rua Bernardo Scheidt, Centro, Município da Palhoça (SC), estão instaladas as quatro Promotorias de Justiça da Comarca de Palhoça (imóvel alugado).

Os demais Órgãos de Execução do Ministério Público estão instalados nos conjuntos arquitetônicos pertencentes aos Fóruns de Justiça existentes nas 110 Comarcas do Estado.

3.2 Patrimônio móvel

O Ministério Público dispõe do seguinte patrimônio móvel para o desenvolvimento de suas atividades:

Patrimônio Móvel do MPSC			
Descrição	2004	2005	2006
Veículos	16	35	37
Máquinas e equipamentos de informática	6454	8171	9116
Mobiliário em geral	8942	10864	13141
Utensílios em geral	9139	1845	1986
Livros e <i>softwares</i>	9006	8397	8956

III – Resultados das Atividades do Ministério Público

Nas páginas que seguem, estão à disposição informações e estatísticas pertinentes às atividades desenvolvidas por todos os órgãos do Ministério Público em resultados quantitativos e qualitativos, abrangendo as atividades diretamente relacionadas com as respectivas atribuições, e também especificadas as atividades desenvolvidas, por área de atuação, consoante as políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação 2006. O PGA representa a união de esforços e ações em torno de propostas comuns de atuação, dando consistência ao princípio da unidade do Ministério Público.

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação ao Subprocurador-Geral de Justiça ou a outros órgãos do Ministério Público, realizou as seguintes atividades no ano de 2006:

Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça como Órgão da Administração Superior	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	134
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	13
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	22
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	28
Reuniões da Comissão de Concurso	8
Projetos de Lei elaborados	2
Atos	405
Portarias	4338
Resoluções	1
Despachos em processos administrativos	112
Despachos em processos licitatórios	87
Convênios	15
Conflito de atribuições	31
Total	5.196

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades:

Atividades	
1 Na área da moralidade administrativa	Quantidade
1.1 Criminal	
1.1.1 Remanescentes do período anterior	256
1.1.1.1 Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados/notícias criminais	275
1.1.1.2 Inquéritos Policiais	21
1.1.2 Arquivados	110
1.1.2.1 Remetidos a outros órgãos	130
1.1.2.2 Indeferimento de instauração de PIC	48

1.1.3 Requisição de Inquérito Policial	12
1.1.4 Denúncias	34
1.1.5 Portarias de instauração de PIC	46
1.1.6 Despachos motivados de instrução	122
1.1.7 Pedidos de quebra de sigilo telefônico/bancário	3
1.1.8 Passam para o período seguinte	122
1.1.9 Processos	40
1.1.10 Audiências judiciais	8
1.2 Cível	
1.2.1 Remanescentes do período anterior	33
1.2.1.1 Inquéritos Cíveis, Procedimentos Adm. Preliminares (PAP) e Peças Informativas	14
1.2.2 Arquivados	9
1.2.3 Remetidos a outros órgãos	12
1.2.4 Ações Cíveis Públicas ajuizadas	4
1.2.5 Portarias de instauração de PAP/IC	9
1.2.6 Despachos motivados de instrução	10
1.2.7 Passam para o período seguinte	22
1.2.8 Processos	2
2 Na área do meio ambiente	
2.1 Denúncias	10
2.2 Transações penais	4
2.3 Requisições de diligências	20
2.4 Arquivamento	17
2.5 Alegações finais	4
2.6 Manifestações diversas	18
2.7 Baixa à comarca	7
3 Na área da ordem tributária	
3.1 Pareceres	1
4 Na área do controle da constitucionalidade	
4.1 Pareceres exarados	124
4.2 Representações autuadas	83
4.3 Representações arquivadas	49
4.4 Representações ao PGR	3
4.5 Ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas	32
5 Na área da infância e juventude	
5.1 Decisões exaradas (recurso do Juiz ao PGJ com relação ao art. 181, §2º, do ECA)	4
5.2 Parecer à Comissão Estadual Judiciária de Adoção	13
5.3 Participação em Sessão	8
5.4 Parecer exarado em processo	34
6. Nas demais áreas	
6.1 Denúncias	5
6.2 Arquivamentos	32
6.3 Pareceres exarados	58
6.4 Processos administrativos	76
6.5 Requisição de diligência	20
6.6 Procedimentos remetidos aos Centros de Apoio	105

Registram-se, ainda, as atividades referentes ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP) e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), sob a administração da Subprocuradoria-Geral de Justiça:

FERMP	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	11
Pedidos encaminhados	312
Pedidos deferidos para 2006	254
Pedidos indeferidos para 2006	4
Pedidos deferidos para 2007	54
Certidões expedidas	14
Correspondências expedidas	43
Correspondências recebidas	7
FRBL	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	2
Correspondências expedidas	33
Correspondências recebidas	16
Portarias expedidas	5
Projetos recebidos	7
Projetos autuados (processos)	7
Processos distribuídos	7
Processos deferidos	1
Processos indeferidos	1
Processos arquivados	1
Pareceres técnicos	7
Acompanhamento dos processos deferidos	4
Conferência de documentação	3
Minutas de convênios dos processos deferidos	3
Cadastros de peritos inscritos em 2006	50
Cadastros de peritos aprovados em 2006	30
Perícias solicitadas	20
Perícias deferidas	11
Perícias pagas	5

1.1 Aspectos Qualitativos

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades da Procuradoria-Geral de Justiça:

Centros de Apoio

Continua reestruturação dos Centros de Apoio e adequação dos Programas à metodologia de planejamento denominada *Balanced Scorecard*.

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Composição de um novo Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais (CCPPI), com remessa de assuntos institucionais para desenvolvimento de diversos estudos, com

destaque dado à busca de alternativas de alteração do calendário e nova regulamentação de elaboração do Plano Geral de Atuação.

Plano Geral de Atuação

Revisão e atualização, com a participação dos membros da Instituição, por meio do Conselho Consultivo de Políticas e de Prioridades Institucionais e dos Centros de Apoio Operacional do Quarto Plano Geral de Atuação, com a definição das políticas e prioridades a serem observadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007.

Comissão de Concurso

Presidência do XXXII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público, encerrado em novembro de 2006, com aprovação de 20 candidatos.

Comissão de Planejamento Institucional

Com a criação da Comissão de Planejamento Institucional (COPLI), em 17 de junho de 2005, passou-se a contar com mais um setor de apoio à elaboração do Calendário de Atividades do Ministério Público de Santa Catarina, do anteprojeto e do projeto do Plano Geral de Atuação (PGA) e de auxílio ao Procurador-Geral de Justiça na preparação da proposta orçamentária anual do Ministério Público e acompanhamento do trâmite do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Assembléia Legislativa do Estado, que possibilitou um incremento na participação da RLD de 0,2%.

Atribuições das Promotorias de Justiça

Elaboração de estudos para a redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas da Capital, de São José, Itajaí, Joinville, Chapecó, Lages, Blumenau, Tubarão, Balneário Camboriú, Caçador, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Gaspar e Ituporanga.

Frota de veículos

Renovação e ampliação da frota de veículos, atualmente com 37 veículos, além de uma moto adquirida recentemente, destinando-se 16 veículos para as Promotorias de Justiça das Comarcas de Balneário Camboriú, Blumenau, Tubarão, Itajaí, Chapecó, Joinville, Criciúma, Lages, Palhoça, Jaraguá do Sul, Rio do Sul, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Capital (Promotorias do Fórum, Palas e Infância), e no Centro de Apoio Operacional às Investigações Criminais (veículo e moto), com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Quadro Permanente

Elaboração de projeto de lei que, dentre as várias alterações realizada na Lei Orgânica do Ministério Público, também trouxe aquela no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público e posterior remessa à Assembléia Legislativa, que resultou na edição da Lei Complementar n. 368, de 14 de dezembro de 2006.

Assistente de Promotoria de Justiça

Com a criação dos cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, além da nomeação de 51 em 2005, houve a nomeação, em 2006, de mais 187 servidores, com previsão de nomeação dos demais ainda no primeiro semestre de 2007. Em 14 de dezembro de 2006, por meio da edição da Lei Complementar n. 368, houve a criação de mais 17 cargos de Assistente de Promotoria de Justiça.

Convocação de aprovados em concurso

Ampliação do quadro de servidores, nos últimos três anos, principalmente no interior do Estado, com a convocação de candidatos aprovados no último concurso, provendo os cargos de Assistente Social (13), Analista de Sistemas (3), Analista do Ministério Público (13), Auditor (5), Bibliotecário (2), Motorista Oficial II (4), Oficial de Diligência (13), Programador de Computador (6), Psicólogo (2), Técnico do Ministério Público (29) e Técnico em Informática (19).

Tecnologia da Informação

Aquisição de 730 impressoras laser, 350 leitores de código de barra e 266 monitores de vídeo LCD para atendimento das Promotorias de Justiça, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Aquisição de 345 *notebooks* e 413 microcomputadores para atendimento de membros e áreas administrativas, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Modernização da infra-estrutura de rede, com a aquisição de novos servidores de rede e ampliação da capacidade de armazenamento.

Início da análise para desenvolvimento do SIG/MP, em parceria com empresa contratada, objetivando informatizar todos os processos e procedimentos administrativos no âmbito das Promotorias e Procuradorias de Justiça bem como Centros de Apoio.

Implantação do Sistema de Gestão Administrativa (SIGA), informatizando todas áreas financeira, contábil e de contratos.

Rede própria de comunicação digital

Instalação de rede própria de comunicação digital exclusiva conectada a 119 pontos abrangendo toda a estrutura da Instituição nas 110 Comarcas do Estado. A aquisição de equipamentos e serviços correram à conta de recursos destinados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Formalização de convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de reunir e dispor à sociedade informações para um diagnóstico sócio-econômico de Santa Catarina e para a avaliação dos índices de desenvolvimento humano do Estado, de acordo com os objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O produto desta parceria será um Portal de inclusão digital denominado "ACESSO".

Defesa das prerrogativas institucionais

Por diversas oportunidades foram envidados esforços em defesa das prerrogativas institucionais do Ministério Público perante o Conselho Nacional do Ministério Público e também, excepcionalmente, perante o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. No plano estadual, a fixação, por lei, do subsídio mensal dos membros do Ministério Público representou expressivo avanço institucional. Destaca-se, aqui, o fato de haver o Procurador-Geral de Justiça assumido a Presidência do CNPG, em agosto de 2006.

Projetos e convênios firmados pelo FRBL e custeio de Perícias

Em 2006, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) encerrou convênio com a Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE (educação ambiental) e firmou novos convênios com as seguintes entidades: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU (valoração ambiental) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável – SDS (mapeamento de restingas). Ainda sobre Convênios destaca-se o projeto para aquisição do “Sistema Corporativo Geoprocessado” em parceria com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. Já na área de Perícias o FRBL contribuiu com as Comarcas de Armazém (apuração de lesão ao meio ambiente), Santo Amaro da Imperatriz (verificação de obra), Gaspar (apuração de lesão ao meio ambiente), Bom Retiro (apuração de lesão ao meio ambiente), Forquilha (apuração de lesão ao meio ambiente), Joaçaba (verificação de obras), Pomerode (apuração de lesão ao meio ambiente), Xaxim (avaliação de imóvel), Criciúma (avaliação de poluição atmosférica), Herval d’Oeste (apuração de lesão ao meio ambiente), e Capivari de Baixo (verificação de irregularidades na comercialização de cimentos)

Convênios firmados

Foram consolidadas parcerias interinstitucionais responsáveis pela intensificação das atividades jurisdicionais e aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público, conforme segue:

Relacionamento Interinstitucional	
Acordo	Área de atribuição
Formalização dos convênios de implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de SC – SIGEF/SC	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Interligação dos sistemas informatizados entre a JUCESC e o MPSC – acesso a banco de dados	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Programa Integrado de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos afetos à Segurança Pública	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Prestação de serviços de análise laboratorial de águas e efluentes	CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Qualificação, em nível de mestrado, de integrantes do Ministério Público – curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Ciência Jurídica	CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Cooperação técnica para proteção dos bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família	CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações
Programa Prefeito Amigo da Criança	CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Articulação entre os órgãos visando à proteção e à reparação de dano ao consumidor turista em SC, conjuntamente com a Câmara Técnica de Consumidores Turistas - Protocolo de Intenções	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Auxílio aos Municípios para a criação de um órgão de defesa do consumidor – PROCONS municipais	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Parceria institucional com a finalidade de promover a adequada proteção aos cidadãos e à sociedade, na área contábil, notadamente na área do terceiro setor	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Estabelecimento de parceria institucional visando à adequada proteção aos cidadãos e à sociedade em atendimento ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQPH	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Consulta ao banco de dados do DETRAN, firmado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal

Ação conjunta visando o combate às condutas tipificadas na legislação penal tributária com a Prefeitura Municipal de Florianópolis	COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária e 20ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital
Aperfeiçoamento da fiscalização e da repressão às infrações penais ambientais com a Polícia Militar Ambiental	CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Orientação jurídico-ambiental dos acadêmicos do Curso de Direito da UFSC, visando ao assessoramento e à orientação jurídica às demandas socioambientais da coletividade levadas ao Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ), com a Universidade Federal de Santa Catarina	CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Cooperação técnico-científica, acadêmica e cultural e intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências com a UNISUL	CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Proteção dos bens, valores e direitos relativos ao benefício de prestação continuada (BPC) – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) com o Ministério do Desenvolvimento Social, Programa Combate à Fome	CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações
Programa de Assessoria Psicológica nos procedimentos judiciais e extrajudiciais de crianças e adolescentes em situação de risco com fundações e entidades de ensino superior nas Comarcas de Blumenau, Ibirama, Gaspar, Criciúma e Joaçaba.	CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Cessão gratuita e recíproca de programas, fontes de sistemas e intercâmbio de informações e conhecimentos da área de Tecnologia de Informação – Administração de Recursos Humanos, Suprimentos, Transportes, Patrimônio, Financeiro, Licitações e outros	COTEC - Coordenadoria de Tecnologia e Informação
Renovação de convênio para a edição conjunta da Revista Jurídica	ACMP - Associação Catarinense do Ministério Público
Aperfeiçoamento da articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária estadual com a Secretaria de Estado da Fazenda	COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária
Implantação do projeto Justiça Presente que visa a instalar Unidades Jurisdicionais Itinerantes em grandes Eventos	Poder Judiciário de Santa Catarina, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e Federação Catarinense de Futebol

Criação de Comissão Especial para implantação do sistema de automação do Ministério Público - Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público (SIG/MPSC)

Em agosto de 2006, o Ministério Público contratou empresa com reconhecida atuação no desenvolvimento de sistemas informatizados para órgãos da Justiça brasileira, para o desenvolvimento de um sistema que atendesse as necessidades do Ministério Público catarinense, o qual foi batizado de Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público de Santa Catarina – SIG/MPSC.

Pioneiro entre os Ministérios Públicos brasileiros, o SIG/MPSC visa à informatização de toda a atividade de execução dos órgãos da Instituição, permitindo aos Procuradores e Promotores de Justiça, ainda, a melhor gestão de suas tarefas. Todos os documentos recebidos pelo Ministério Público serão cadastrados num protocolo informatizado único, classificados e distribuídos ao órgão competente, assim como os procedimentos administrativos terão um registro estadual unificado, com o cadastro de todas as suas movimentações, muitas delas de forma automática quando da expedição de qualquer documento por intermédio do Editor de Textos integrado ao sistema, de modo que, guardadas as situações de sigilo, a qualquer órgão de execução será

possível a obtenção de informações de todos os procedimentos existentes no Ministério Público catarinense bem como das pessoas envolvidas. Importante avanço do SIG/MPSC é a possibilidade dos procedimentos administrativos tramitarem totalmente em meio digital, com total segurança, eliminando o uso de autos físicos. O projeto ainda prevê a integração com o Sistema de Automação da Justiça – SAJ, mantido pelo Poder Judiciário, a fim de que nele sejam incorporados os processos judiciais com a participação do Ministério Público, bem como a automatização dos relatórios de atividades encaminhados à Corregedoria-Geral, que contará com a possibilidade de fazer correções em ambiente virtual.

Para o desenvolvimento e a implantação deste sistema, o Procurador-Geral de Justiça designou Comissão Especial, por meio da Portaria n. 2580/2006, composta pelos Promotores de Justiça Fábio Strecker Schmitt (Presidente), Cristiane Rosália Maestri Böell, Fábio de Souza Trajano, Davi do Espírito Santo e Adalberto Exterkötter, e pelo Programador de Computador Paulo César Allebrandt, que começou seus trabalhos em 21.08.2006. Com encontros semanais às sextas-feiras, a Comissão realizou 17 reuniões ordinárias e duas extraordinárias, juntamente com técnicos da Softplan, tendo o seu Presidente e o servidor que a compõe participado de dezenas de outras, de cujo trabalho resultou o primeiro protótipo, colocado à disposição da Instituição para testes no dia 14 de dezembro de 2006, marcando o Dia Nacional do Ministério Público. Este protótipo passou por diversos testes e adequações, tendo sido treinados os primeiros usuários no mês de janeiro de 2007 e colocado em operação como piloto em duas Promotorias de Justiça no final do mesmo mês.

A previsão para desenvolvimento e implantação total do sistema é de dois anos a partir da contratação.

Evolução do índice na Receita Líquida Disponível

Com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, no dia 5 de setembro, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 destinou 3,1% da receita líquida do Estado para o Ministério Público de Santa Catarina. A decisão ratificou acordo celebrado com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas e com o próprio Legislativo Estadual e foi fruto de intenso trabalho que contou com a participação de toda a classe, fazendo com que o índice de participação na Receita Líquida Disponível evoluísse de 2,9% para 3,1%.

2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as atividades descritas a seguir.

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	13
Sessões ordinárias	10
Sessões extraordinárias	3
Súmulas	13
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	11
Edição de Ato de redistribuição de atribuições de Promotorias de Justiça	11
Eleições realizadas para Corregedor-Geral do Ministério Público; Representantes do 2º Grau no Conselho Superior do Ministério Público; Conselheiro do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais; e Ouvidor do Ministério Público	4
Posses solenes	1
Referendo a nome indicado para a função de Corregedor-Geral Substituto	1
Referendo a nome indicado para a função de Ouvidor do Ministério Público Substituto	1

Aprovação de proposta orçamentária	1
Feitos recebidos	18
Feitos distribuídos	17
Publicações oficiais	29
Ofícios expedidos	11

Em termos qualitativos, o Colégio de Procuradores de Justiça manifestou-se acerca do projeto de lei para a criação de Promotorias de Justiça e de cargos na estrutura orgânica da Instituição.

3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2005, conforme a tabela abaixo.

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	24
Sessões ordinárias	20
Sessões extraordinárias	4
Sessões do Pleno	23
Sessões da Primeira Turma Revisora	19
Sessões da Segunda Turma Revisora	19
Súmulas	21
Feitos recebidos	1513
Feitos distribuídos	1482
Movimentações no quadro – Permutas	4
Movimentações no quadro – Opções	17
Editais de Remoção	16
Movimentações no quadro – Remoções	11
Editais de Promoção	6
Movimentações no quadro – Promoções	11
Vitalicamentos de membros do Ministério Público	16
Aprovações de residência fora da comarca de lotação	4
Justificativas de ausência em pleito institucional	14
Afastamentos autorizados	1
Aprovação do quadro de antigüidade dos membros do Ministério Público	1
Votação para formação de lista sêxtupla para vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça	1
Edição de Resoluções	1
Publicações oficiais	93
Ofícios expedidos	879

Em 2006, foram recebidos 1513 feitos, o que resulta numa média de 125 por mês. Dos feitos recebidos, 1480 foram distribuídos aos Senhores Conselheiros. Do total distribuído, 1447 foram julgados, 16 permaneceram em gabinete, 17 foram convertidos em diligência. Em relação ao ano de 2005, houve aumento na ordem de 21% no número de feitos recebidos na Secretaria do Conselho Superior, passando de 1250 (2005) para 1513 (2006). Em 2006 foram recebidos 263 feitos a mais que no ano anterior, que ocasionou um acréscimo de 26% no número de feitos distribuídos aos Senhores Conselheiros, que passou de 1174 (2005) para 1480 (2006). Em 2006, foram distribuídos 306 feitos a mais que no ano anterior.

4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior, realizou as seguintes atividades no ano de 2006, conforme tabela abaixo.

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em estágio probatório	17
Relatórios Trimestrais de Estágio Probatório	90
Consultas respondidas	10
Pedidos de explicações instaurados	8
Visitas de inspeção realizadas	13
Sindicâncias instauradas	5
Processos administrativos instaurados	4
Procedimentos administrativos preliminares	29
Ofícios expedidos	549
Portarias expedidas	26
Expedição de certificados de estágio	230
Procedimentos de anotação em ficha funcional	30
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	12
Participação, como membro nato, de Sessões do CSMP	41
Participação em sessões do Colégio de Procuradores	10

5 Atividades da Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2006:

Aspectos Quantitativos – Área Criminal	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	6547
Processos requisitados para estudo	339
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	4
Total de Recursos interpostos	234
Recursos Especiais	173
Recursos Extraordinários	13
Embargos de Declaração	7
Agravo de Instrumento	38
Agravo de Decisão do Relator	3
Contra-razões de Recursos	478
Aspectos Quantitativos – Área Cível	
Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	10514
Processos requisitados para estudo	127
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	3179
Total de Recursos interpostos	119

Recursos Especiais	54
Recursos Extraordinários	21
Embargos de Declaração	12
Embargos Infringentes	2
Agravo de Instrumento	11
Agravo de Decisão do Relator	15
Contra-razões de Recursos	20
Outras manifestações recursais	4
Aspectos Qualitativos – Área Criminal	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários interpostos	13
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	7
Não admitidos	5
Providos	1
Recursos Especiais interpostos	173
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	39
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	99
Não admitidos	33
Providos	1
Desprovidos	1
Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	38
Providos	5
Desprovidos	3
Pendentes de Julgamento	29
Prejudicado	1
Embargos de Declaração	7
Acolhidos	2
Não Acolhidos	5
Agravos de decisão do relator	3
Desprovidos	1
Pendentes de Julgamento	2
Aspectos Qualitativos – Área Cível	
Situação Processual	Quantidade
Recursos Extraordinários interpostos	21
Admitidos e pendentes de julgamento no STF	4
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	8
Não admitidos	9
Recursos Especiais interpostos	54
Admitidos e pendentes de julgamento no STJ	24
Pendentes de análise de admissibilidade no TJSC	17
Não admitidos	10
Providos	2
Desprovidos	1

Agravos de Instrumento aos Tribunais Superiores	11
Providos	2
Pendentes de Julgamento	9
Embargos de Declaração	12
Acolhidos	1
Não Acolhidos	9
Pendentes de Julgamento	2
Embargos Infringentes	2
Providos	1
Pendentes de Julgamento	1
Agravos de decisão do relator	15
Providos	12
Desprovidos	2
Pendentes de Julgamento	1
Agravo Regimental	1
Não conhecido	1
Pedido de Reconsideração	2
Providos	1
Não conhecidos	1
Petições	1
Pendentes de Análise	1

Em 2006, especial referência merece a atuação do Ministério Público de Santa Catarina em sede de jurisdição constitucional, por sua admissão, na qualidade de *amicus curiae*, na ADI n. 2.996/SC, proposta pelo senhor Procurador-Geral da República em face da Lei estadual n. 11.348, de 17 de janeiro de 2000, que dispunha sobre o serviço de loterias, jogos e diversões eletrônicas no Estado de Santa Catarina e adotava outras providências.

O pedido de ingresso no feito, articulado pelo Procurador-Geral de Justiça em conjunto com a Coordenadoria de Recursos, demonstrou o interesse jurídico da instituição em acompanhar de perto ação, na qualidade de *amicus curiae*, em face de diversos episódios que estariam dificultando o regular desempenho das atribuições institucionais do Ministério Público no Estado de Santa Catarina, por seus mais variados órgãos de execução, subsidiando a Suprema Corte com documentos, informações e outros elementos importantes ao julgamento da ação.

O pedido de admissão foi deferido e, de maneira inédita, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina foi chamado a acompanhar a ação direta de inconstitucionalidade na qualidade de *friend of cour*.

Os argumentos e informações levados à Suprema Corte pelo Ministério Público de Santa Catarina felizmente foram considerados para o desfecho do julgamento da ação direta que, no dia 10 de agosto de 2006, foi considerada procedente, declarando-se a inconstitucionalidade formal da lei estadual questionada por usurpação de competência legiferante da União sobre sistema de sorteios.

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

Subdivididas as Procuradorias de Justiça em Coordenadorias Cível e Criminal, nessa qualidade desenvolveram as seguintes atividades:

Coordenadoria Cível	
Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	7
Sessões ordinárias	7
Ofícios expedidos	14
Coordenadoria Criminal	
Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	2
Sessões ordinárias	2
Ofícios Expedidos	13

Além das atividades das Coordenadorias antes referidas, os Procuradores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2005:

Atividades da Procuradoria de Justiça Cível	
Pareceres	Quantidade
Mandado de Segurança	123
Apelação Cível	5002
Agravo de Instrumento	1873
Habeas Corpus	198
Consulta	3
Precatório	1083
Reclamação	2
Ação Rescisória	49
Medida Cautelar	4
Ação Civil Pública	1
Pedido de Suspensão	3
Exceção de Suspeição	29
Embargos Infringentes	18
Pedido de Intervenção	4
Pedido de Providências	2
Conflito de Competência	123
Processo Administrativo	10
Ação de Improbidade Administrativa	4
Apelação Cível em Mandado de Segurança	1913
Recurso de Decisão	21
TOTAL	10465

Atividades da Procuradoria de Justiça Criminal	
Pareceres	Quantidade
<i>Habeas Corpus</i>	1828
Reclamação	10
Recurso Criminal	520
Revisão Criminal	152
Apelação Criminal	4257
Recurso de Agravo	883
Exceção de Suspeição	7
Mandado de Segurança	35
Agravo de Instrumento	6
Embargos Infringentes	16
Conflito de Jurisdição	132
Conflito de Competência	1
Pedido de Desaforamento	11
Carta Testemunhal	6
Outros	12
TOTAL	7864

7 Atividades dos Promotores de Justiça

Os Promotores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2006:

7.1 Na área criminal

Atividades da Área Criminal	2005	2006	Percentual
1. INQUÉRITOS POLICIAIS/NOTÍCIAS CRIMINAIS/PROCEDIMENTOS/TERMOS			
1.1 Remanescentes em gabinete no período anterior	15.904	16.568	4,18%
1.2 Retornados: delegacia/cartório/órgão de origem (antigos)	41.517	54.294	30,78%
1.3 Recebidos/instaurados no período (somente novos)			
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	444	743	67,34%
b) meio ambiente	4.852	5.408	11,46%
c) consumidor	456	380	-16,67%
d) moralidade administrativa	268	307	14,55%
e) idosos	52	81	55,77%
f) pessoas portadoras de deficiência	15	3	-80,00%
g) preconceito racial	17	7	-58,82%
h) ordem tributária	2.675	1.823	-31,85%
i) Código Penal Militar	1.240	1.437	15,89%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	47.065	45.343	-3,66%
k) área comum/outros	64.336	57.737	-10,26%
1.4 TRANSAÇÕES PENAIIS:			
a) meio ambiente	2.142	2.053	-4,15%
b) consumidor	212	100	-52,83%
c) moralidade administrativa	24	4	-83,33%

d) idosos	24	14	-41,67%
e) pessoas portadoras de deficiência	9	0	-100,00%
f) ordem tributária	325	151	-53,54%
g) Código Penal Militar	101	47	-53,47%
h) outras infrações de menor potencial ofensivo	11.325	9.949	-12,15%
i) área comum/outros	4.364	3.774	-13,52%
1.5 Arquivados:			
a) Procedimento de Investigação Criminal (PIC) instaurado	48	114	137,50%
b) meio ambiente	450	497	10,44%
c) consumidor	72	74	2,78%
d) moralidade administrativa	71	83	16,90%
e) idosos	22	39	77,27%
f) pessoas portadoras de deficiência	3	2	-33,33%
g) preconceito racial	9	1	-88,89%
h) ordem tributária	1.411	945	-33,03%
i) Código Penal Militar	821	844	2,80%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	18.421	20.459	11,06%
k) área comum/outros	17.076	18.530	8,51%
1.6 Baixados para diligência	21.802	25.177	15,48%
1.7 Extinção da punibilidade pelo cumprimento da transação formalizada	12.051	12.773	5,99%
1.8 Remetidos a outra Promotoria e demais sit. de baixa estatística	43.890	43.186	-1,60%
1.9 Denúncias oferecidas:			
a) meio ambiente	1.143	1.293	13,12%
b) consumidor	99	101	2,02%
c) moralidade administrativa	67	76	13,43%
d) idosos	11	14	27,27%
e) pessoas portadoras de deficiência	2	3	50,00%
f) preconceito racial	3	0	-100,00%
g) ordem tributária	652	658	0,92%
g.1) valor nominal sonogado	-	118.022.000	-
h) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	-	1	-
i) Código Penal Militar	351	235	-33,05%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	4.563	4.307	-5,61%
k) área comum/outros	20.709	20.926	1,05%
1.10 Passam para o período seguinte	16.568	17.701	6,84%
2. TIPOS PENAS DENUNCIADOS:			
2.1. ÁREA DA COLETIVIDADE/CÓDIGO PENAL MILITAR			
a) meio ambiente	1.248	1.285	2,96%
b) consumidor	213	104	-51,17%
c) moralidade administrativa	32	32	0,00%
d) pessoas portadoras de deficiência	7	2	-71,43%
e) preconceito racial	7	3	-57,14%
f) ordem tributária			
f.1) art. 1º da Lei n. 8.137/90	319	180	-43,57%
f.2) art. 2º da Lei n. 8.137/90	360	472	31,11%

f.3) outros contra a ordem tributária	14	11	-21,43%
g) Código Penal Militar	370	231	-37,57%
2.2 CÓDIGO PENAL			
2.2.1. Contra a Pessoa			
a) Homicídio	860	879	2,21%
b) Lesão Corporal	1.651	1.627	-1,45%
c) Outros tipos contra pessoa	928	807	-13,04%
2.2.2. Contra o Patrimônio			
a) Furto	6.859	6.445	-6,04%
b) Roubo e extorsão	1.589	1.533	-3,52%
c) Latrocínio	68	97	42,65%
d) Estelionato e outras fraudes	1.973	1.754	-11,10%
e) Outros tipos contra o patrimônio	1.666	1.499	-10,02%
2.2.3 Contra os Costumes			
a) Estupro	298	270	-9,40%
b) Atentado violento ao pudor	270	264	-2,22%
c) Outros contra os costumes	130	132	1,54%
2.2.4. Contra administração pública			
a) Peculato	42	29	-30,95%
b) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	2	6	200,00%
c) Concussão	34	27	-20,59%
d) Corrupção passiva	32	16	-50,00%
e) Prevaricação	9	12	33,33%
f) Desacato/resistência	509	527	3,54%
g) Outros contra a Administração Pública	435	477	9,66%
2.2.5. Outros tipos de Código Penal	1.102	1.012	-8,17%
2.3. Tipos previstos em leis especiais:			
2.3.1. Tóxicos			
a) Tráfico	1.308	1.576	20,49%
b) Posse	1.314	1.275	-2,97%
c) Outros da Lei de Tóxicos	104	119	14,42%
2.3.2. Abuso de autoridade	39	62	58,97%
2.3.3. Tortura	23	16	-30,43%
2.3.4. Crimes da Lei de Armas	1.919	2.166	12,87%
2.3.5. Crimes da Lei de Trânsito	2.453	2.499	1,88%
2.3.6. Crimes Eleitorais	88	67	-23,86%
2.3.7 lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	-	6	-
2.3.8. Outros	1.001	1.011	1,00%
3. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:			
3.1. Contra a vida	10	8	-20,00%
3.2. Lesão corporal e maus tratos	69	69	0,00%
3.3. Abandono e omissão de socorro	59	47	-20,34%
3.4. Contra os costumes			
a) Estupro	144	110	-23,61%
b) Atentado violento ao pudor	258	215	-16,67%

c) Outros contra os costumes	23	15	-34,78%
3.5. Crimes previstos na Lei n. 8.069/90(ECA)			
a) Privação de liberdade - art. 230	2	0	-100,00%
b) Constrangimento ilegal - art. 232	2	7	250,00%
c) Produção artística pornográfica - art. 240	2	1	-50,00%
d) Uso de imagem pornográfica - art. 241	4	1	-75,00%
e) Submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	33	31	-6,06%
f) Outros previstos na Lei n. 8.069/90 (ECA)	99	110	11,11%
3.6. Abuso de autoridade	2	1	-50,00%
3.7. Tortura	9	19	111,11%
3.8. Outros contra criança e adolescente	73	64	-12,33%
4. CRIMES CONTRA IDOSOS			
4.1. Contra a vida	6	2	-66,67%
4.2. Lesão corporal e maus tratos	21	6	-71,43%
4.3. Abandono e omissão de socorro	0	1	-
4.4. Outros contra os costumes			
a) Estupro	1	2	100,00%
b) Atentado violento ao pudor	1	3	200,00%
c) Outros contra os costumes	0	2	-
4.5. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03)			
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	3	12	300,00%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	2	3	50,00%
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	0	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	0	1	-
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor do idoso	0	0	-
f) Outros previstos na Lei n. 10.741/03	2	11	450,00%
4.6. Abuso de autoridade	1	0	-100,00%
4.7. Tortura	1	0	-100,00%
5. PROCESSOS:			
5.1. Remanescentes em gabinete no período anterior	3.394	3.423	0,85%
5.2. Recebidos no período:			
a) meio ambiente	3.115	3.823	22,73%
b) consumidor	426	274	-35,68%
c) moralidade administrativa	418	595	42,34%
d) idosos	30	20	-33,33%
e) pessoas portadoras de deficiência	6	4	-33,33%
f) preconceito racial	22	2	-90,91%
g) área tributária	1.807	2.061	14,06%
h) Código Penal Militar	337	679	101,48%
i) outras infrações de menor potencial ofensivo	18.054	26.837	48,65%
j) área comum/outros	175.187	226.523	29,30%
5.3. Manifestações:			
5.3.1. alegações finais	13.864	15.773	13,77%
5.3.2. medidas cautelares	3.768	3.893	3,32%
5.3.3. propostas de suspensão condicional do processo	3.817	3.036	-20,46%

5.3.4. execução penal	41.558	61.441	47,84%
5.3.5. libelos	598	576	-3,68%
5.3.6. razões de recursos	991	1.913	93,04%
5.3.7. contra-razões de recursos	3.288	3.879	17,97%
5.3.8. pareceres perante Turma de Recursos	397	812	104,53%
5.3.9. outras	51.431	64.353	25,12%
5.3.10. intimações diversas	79.661	105.555	32,51%
5.4. Passam para o período seguinte	3.423	3.010	-12,07%
6. INTIMAÇÕES DE SENTENÇAS			
6.1. Absolutórias	2.367	2.666	12,63%
6.2. Condenatórias	9.212	8.845	-3,98%
6.3. Pronúncia	423	496	17,26%
6.4. Impronúncia	23	31	34,78%
6.5. Desclassificação para juízo comum	79	183	131,65%
6.6. Absolvição sumária	233	84	-63,95%
6.7. Extinção da punibilidade	24.933	28.421	13,99%
6.8. Outras	21.727	27.425	26,23%
7. TRIBUNAL DO JÚRI - PLENÁRIO			
7.1. Sessões de julgamento	480	470	-2,08%
7.2. Réus condenados	354	359	1,41%
7.3. Réus absolvidos	123	132	7,32%
7.4. Decisões desclassificadoras	73	96	31,51%
8. OUTRAS ATIVIDADES			
8.1. Audiências judiciais	85.939	88.849	3,39%
8.2. Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	54	90	66,67%
8.3.. Sessões da Turma de Recursos	123	68	-44,72%
8.4. Requerimento de prisão preventiva	-	1.023	-
8.5. Pedidos de quebra de sigilo bancário, telefônico/outros	-	1.375	-
8.6. Atos de controle da atividade policial	269	482	79,18%
8.7. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	2.947	3.018	2,41%
8.8. Visitas a estabelecimentos penais	267	212	-20,60%
8.9. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	25.380	26.226	3,33%
9. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO:			
9.1. Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	9.025	7.834	-13,20%
9.2. Procedimento de Investigação Criminal - mais de 90 dias	48	9	-81,25%
9.3. Processos	1.160	959	-17,33%
9.4. Vencidos há mais de 30 dias (geral)	6.087	5.450	-10,46%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

No ano de 2006 as Promotorias de Justiça receberam para análise, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, 167.563 procedimentos, representando um aumento de 2,84% em relação ao total recebido no ano de 2005, quando foram registrados 162.937 procedimentos recebidos.

As Promotorias de Justiça, em face da carga recebida, ofertaram em 2006 um número de denúncias da ordem de 27.614, ultrapassando o índice do ano anterior em 14 peças, o que representa um ligeiro aumento de 0,05% em relação ao ano de 2005. Analisando os dados relativos aos tipos

penais denunciados, tem-se que a maior incidência continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio com 11.328 ocorrências, seguidos dos crimes contra a pessoa, com 3.313 ocorrências, e crimes de tóxicos, com 2.970 ocorrências.

Dos 167.563 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos em 2006, dos quais 113.269 são novos, 41.588 do total foram arquivados, e 25.177 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas em 2006, ainda, 16.092 transações penais, o que representa um decréscimo na ordem de 13,14% em relação ao ano de 2005, quando somaram 18.526. A maior incidência de transações penais foi verificada nas práticas delituosas contra o meio ambiente, com 2.053 registros, totalizando 4,15% a menos em relação ao ano de 2005, quando 2.142 transações penais foram concretizadas nesta área, especificamente.

Destaque deve ser dado às denúncias apresentadas por crimes contra a ordem tributária, onde em 2006 passou referida área a ter campo específico no relatório de atividades das Promotorias de Justiça para especificação dos valores nominalmente sonegados, quando então se apurou que as denúncias apresentadas correspondem a fatos tidos por criminosos que envolveram R\$ 118.022.000,00 (cento e dezoito milhões e vinte e dois mil reais) sonegados das rendas públicas.

No campo processual, em 2006 anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 260.818 processos que, somados à pendência do ano de 2005, totalizaram 264.241, verificando-se um aumento de 30,80% em relação ao número de novas entradas registradas no ano de 2005, que foi de 199.402 feitos. Deste total, foram despachados 261.231, o que equivale a um incremento de 31,03% em relação ao ano de 2005, quando 199.373 processos sofreram análise.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2006, de 470 sessões do Tribunal do Júri, o que representa um decréscimo de 2,08% em relação ao ano de 2005, quando foram registrados 480 julgamentos. Também participaram de 88.849 audiências judiciais, 3,39% a maior do que em 2005, cujo número apontou 85.939.

7.2 Na área cível

Atividades da Área Cível	2005	2006	Percentual
1 INQUÉRITOS CIVIS/PROCED. ADM./PEÇAS INFORMATIVAS			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	3.509	4.552	29,72%
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outros	-	203	-
1.3 Instaurados/Recebidos no período			
a) meio ambiente	1.282	1.360	6,08%
b) consumidor	842	994	18,05%
c) moralidade administrativa	1.002	1.219	21,66%
d) idosos	139	346	148,92%
e) pessoas portadoras de deficiência	49	71	44,90%
f) saúde	499	758	51,90%
g) fundações	78	38	-51,28%
h) outros	580	694	19,66%
1.4 Arquivados			
1.4.1 Sem ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	361	362	0,28%
b) consumidor	331	369	11,48%
c) moralidade administrativa	363	371	2,20%

d) idosos	61	134	119,67%
e) pessoas portadoras de deficiência	14	27	92,86%
f) saúde	154	205	33,12%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	163	90	-44,79%
h) outros	306	175	-42,81%
i) remessa ao MPF ou outro Órgão do MPE	37	265	616,22%
1.4.2 Com ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	399	409	2,51%
b) consumidor	245	322	31,43%
c) moralidade administrativa	75	63	-16,00%
d) idosos	24	8	-66,67%
e) pessoas portadoras de deficiência	11	15	36,36%
f) saúde	67	155	131,34%
g) fundações	20	4	-80,00%
h) outros	136	45	-66,91%
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	354	538	51,98%
1.6 Representações indeferidas (art. 13, do Ato PGJ 135/00)	-	159	-
1.7 Outras situações de baixa estatística	607	952	56,84%
1.8 Ajustamento de conduta em execução	719	1.473	104,87%
1.9 Passam para o período seguinte	4.252	5.267	23,87%
2. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
2.1. Ações civis públicas:			
a) meio ambiente	302	285	-5,63%
b) consumidor	32	112	250,00%
c) moralidade administrativa	194	246	26,80%
d) idosos	37	77	108,11%
e) pessoas portadoras de deficiência	8	12	50,00%
f) saúde	167	287	71,86%
g) fundações	9	8	-11,11%
h) outras	56	73	30,36%
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	19	13	-31,58%
2.3 No Juízo da Família	348	219	-37,07%
2.4 No Juízo Eleitoral	106	333	214,15%
2.5 Outras ações	82	105	28,05%
3. PROCESSOS			
3.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	5.703	5.394	-5,42%
3.2 Recebidos no período:			
a) meio ambiente	1.201	1.831	52,46%
b) consumidor	638	810	26,96%
c) moralidade administrativa	1.000	1.810	81,00%
d) idosos	130	215	65,38%
e) pessoas portadoras de deficiência	484	806	66,53%
f) saúde	732	1.539	110,25%
g) fundações	72	162	125,00%

h) área comum/outros	222.345	254.259	14,35%
3.3 Manifestações:			
3.3.1 Ação civil pública:			
a) meio ambiente	757	1.104	45,84%
b) consumidor	288	366	27,08%
c) moralidade administrativa	741	1.023	38,06%
d) idosos	72	137	90,28%
e) pessoas portadoras de deficiência	83	59	-28,92%
f) saúde	481	809	68,19%
g) fundações	55	47	-14,55%
h) outras	910	649	-28,68%
3.3.2 Direito de família	61.366	71.370	16,30%
3.3.3 Inventário/arrolamento (Direito das sucessões)	7.250	7.608	4,94%
3.3.4 Falência/concordata	2.742	2.317	-15,50%
3.3.5 Fazenda pública	4.798	4.853	1,15%
3.3.6 Mandado de segurança	4.489	4.748	5,77%
3.3.7 Ação popular	323	310	-4,02%
3.3.8 Registros públicos	6.500	6.746	3,78%
3.3.9 Acidente do trabalho/previdenciário	4.029	3.419	-15,14%
3.3.10 Ações indenizatórias	1.768	1.675	-5,26%
3.3.11 Ações possessórias/usucapião	2.987	3.547	18,75%
3.3.12 Direito eleitoral	6.765	9.595	41,83%
3.3.13 Recurso - razões	311	455	46,30%
3.3.14 Recurso - contra-razões	223	238	6,73%
3.3.15 Recurso - pareceres	373	246	-34,05%
3.3.16 Recurso - manif. art. 1º, do Ato PGJ/CGMP/nº 178/2001	2.419	2.674	10,54%
3.3.17 Pareceres perante a Turma de Recursos	922	191	-79,28%
3.3.18 Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ nº 103/2004)	7.178	13.584	89,24%
3.3.19 Outras manifestações	20.706	19.744	-4,65%
3.3.20 Cotas	19.555	19.697	0,73%
3.3.21 Intimações	68.820	85.548	24,31%
3.4 Passam para período seguinte	5.394	4.067	-24,60%
4 OUTRAS ATIVIDADES			
4.1 Audiências judiciais	51.072	46.701	-8,56%
4.2 Sessões da Turma de Recursos	184	81	-55,98%
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	12.147	12.675	4,35%
4.4 Atos de fiscalização de fundações	272	228	-16,18%
4.5 Manifestações em habilitações de casamentos	23.327	25.249	8,24%
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	2.834	3.184	12,35%
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	8.886	10.755	21,03%
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	3.367	3.132	-6,98%
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	203	71	-65,02%
4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	75	46	-38,67%
4.11 Visitas a estabelecim. que abriguem portadores de deficiência	35	9	-74,29%

4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	90	89	-1,11%
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	57	39	-31,58%
4.14 Visitas a fundações	90	37	-58,89%
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	287	255	-11,15%
4.16 Atos de Instrução ICP/ Procedimento administrativo			
a) Audiências públicas realizadas	379	232	-38,79%
b) Audiências instrutórias de ICP/Procedimentos administrativos	1.509	1.095	-27,44%
c) Pessoas inquiridas	1.808	1.676	-7,30%
d) Requisições e ofícios expedidos	16.298	19.419	19,15%
e) Cartas Precatórias expedidas	73	97	32,88%
f) Cartas Precatórias cumpridas	152	102	-32,89%
4.17 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	60.685	61.165	0,79%
5 PEDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
5.1 Inquéritos civis/proced. adm./peças informativas	1.793	2.029	13,16%
5.2 Processos	2.509	1.403	-44,08%
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2.834	2.122	-25,12%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça na área cível no ano de 2006 revelam que houve um aumento na demanda processual. Nesse ano o Ministério Público de primeiro grau recebeu 261.432 processos cíveis para serem examinados, o que representa um acréscimo de 15,37% em relação àqueles recebidos no ano de 2005, quando totalizaram 226.602.

A quantidade de manifestações exaradas nesses processos cíveis pelos Promotores de Justiça também registrou aumento em 2006, da ordem de 15,80%. Enquanto no ano de 2005 foram totalizados 226.911 pareceres, em 2006 houve registro de 262.759, o que representa um aumento de 35.848 manifestações processuais.

Em 2006 o exercício da atividade de agente interveniente do Ministério Público ficou na casa de 143.930 manifestações de mérito, o que, se confrontado ao exercício de 2005, representa um acréscimo de 9,57%.

Dentre as manifestações processuais, permanece representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família – 27,16% do total, correspondendo a 71.370 pareceres, vindo após os relativos à matéria de Direito Eleitoral, num total de 9.595, representando 3,65% do total, seguidos de 7.608 manifestações na área de sucessões e 6.746 na área de registros públicos.

O número de audiências judiciais que contaram com a participação do membro do Ministério Público baixou 8,56% em 2006, em comparação com o ano de 2005. Foram 46.701 audiências em 2006 contra 51.072 em 2005.

No exercício do dever legal de atender ao público diariamente, 61.165 pessoas foram recebidas nos gabinetes pelos Promotores de Justiça, número superior aos 60.685 atendimentos feitos em 2005.

Dentre as atividades extrajudiciais desenvolvidas na área cível pelos membros do Ministério Público, ainda merece registro o número de rescisões de contrato de trabalho que contaram com a assistência do Promotor de Justiça, que totalizaram 12.675 no ano de 2006, enquanto que no ano de 2005 haviam sido 12.147 – o que representa um aumento da ordem de 4,35%; também as manifestações em habilitações de casamento cresceram 8,24%, chegando a 25.249 em 2006.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, a exemplo do que já acontecera no ano de 2005 em relação a 2004, os números totalizados apontam para uma maior atuação dos órgãos de

execução, com incremento praticamente em todas as áreas.

Igualmente a 2005, quando se apurou acréscimo na quantidade de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Administrativos Preliminares instaurados e Peças de Informação recebidas, houve no ano de 2006 um novo aumento destes da ordem de 22,57%. Foram 5.480 inquéritos cíveis, procedimentos administrativos e peças informativas instauradas em 2006 contra 4.471 no ano de 2005.

Cresceu também o número de termos de ajustamento de conduta firmados, com o conseqüente arquivamento dos procedimentos administrativos respectivos. Foram registrados 1.021 ajustamentos firmados, o que representa um incremento da ordem de 4,50% em relação ao ano de 2005, quando eles haviam sido 977. Os arquivamentos desses procedimentos administrativos sem a celebração de ajustamento de condutas também aumentaram, chegando a 1.998 ocorrências, num incremento de 11,62% em relação ao ano de 2005.

Foram ajuizadas, no ano de 2006, pelos Promotores de Justiça, 1.100 ações cíveis públicas, o que representa 295 ações a mais do que no ano de 2005 – quando restaram aforadas 805 ações, equivalendo a um incremento de 36,65%.

Dentre os tipos de ações cíveis públicas ajuizadas, merece referência, como aliás já destacado acima, o significativo aumento na área da saúde, na qual ocorreu o maior número de ações cíveis públicas ajuizadas em 2006 – 287 –, apresentando um incremento de 71,86% a mais que o ano anterior. Por outro lado, o maior incremento em relação ao ano anterior foi na área do Direito do Consumidor, com 250% a mais que o ano de 2005.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, é de ser registrado o aumento nas visitas realizadas por Promotores de Justiça, os quais, ao longo de 2006, estiveram presentes em visita a 46 abrigos de idosos, a 9 abrigos de portadores de deficiência, a 89 estabelecimentos de saúde, a 39 comunidades terapêuticas e a 37 fundações.

Ainda em 2006 foram realizadas 232 audiências públicas, além de 1.095 outras para instrução de inquéritos cíveis e procedimentos administrativos no âmbito das Promotorias de Justiça.

7.3 Na área da infância e da juventude

Atividades da Área da Infância e Juventude	2005	2006	Percentual
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1. NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS			
1.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	595	748	25,71%
1.2 Autos de apreensão/Boletins circunstanciados/outros	18.042	19.486	8,00%
1.3. Ajustes de relatório			
a) ajuste pelo número de adolescentes infratores em Aapr/BC	-	439	-
b) ajuste por Aapr/BC reunidos	236	270	14,41%
1.4. Arquivamentos promovidos	1.928	2.574	33,51%
1.5. Remissões concedidas:			
a) simples	1.368	1.020	-25,44%
b) com medida sócio-educativa:	5.973	6.304	5,54%
b.1) advertência	3.831	4.055	5,85%
b.2) obrigação de reparar o dano	412	293	-28,88%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.471	2.421	-2,02%
b.4) liberdade assistida	737	665	-9,77%
1.6. Representações de atos infracionais oferecidas	2.310	2.135	-7,58%
1.7. Outras situações de baixa estatística	6.074	7.846	29,17%
1.8. Passam para o período seguinte	748	524	-29,95%

2. ATOS INFRACIONAIS REPRESENTADOS			
2.1. Contra a Pessoa			
a) Homicídio	133	137	3,01%
b) Lesão corporal	160	161	0,63%
c) Ameaça	125	109	-12,80%
d) Outros	85	67	-21,18%
2.2. Contra o Patrimônio			
a) Furto	1.213	1.019	-15,99%
b) Roubo e extorsão	287	262	-8,71%
c) Latrocínio	17	13	-23,53%
d) Estelionato e outras fraudes	18	18	0,00%
e) Outros	142	106	-25,35%
2.3. Contra costumes			
a) Estupro	43	21	-51,16%
b) Atentado violento ao pudor	68	53	-22,06%
c) Outros	10	10	0,00%
2.4. Tóxicos			
a) Tráfico	127	152	19,69%
b) Posse	147	113	-23,13%
c) Outros	19	10	-47,37%
2.5. Estatuto do desarmamento	99	103	4,04%
2.6. Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	0	1	-
2.7. Trânsito	136	111	-18,38%
2.8. Outros	137	106	-22,63%
3. ATOS INFRACIONAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
3.1. Homicídio	-	21	-
3.2. Contra os costumes	-	29	-
3.3. Tortura	-	2	-
3.4. Outros	-	53	-
4. PROCESSOS/AUDIÊNCIAS			
4.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	332	461	38,86%
4.2. Recebidos no período	24.249	30.401	25,37%
4.3. Manifestações/Audiências:			
a) Alegações finais	1.017	1.181	16,13%
b) Razões de recurso	26	22	-15,38%
c) Contra-razões de recurso	74	89	20,27%
d) Pareceres em execução de medidas	7.409	9.695	30,85%
e) Outras promoções	5.693	6.093	7,03%
4.4. Intimações diversas	9.901	13.542	36,77%
4.5. Passam para o período seguinte	461	240	-47,94%
4.6. Cartas precatórias (Ato CGMP 03/01)			
a) Expedidas	224	256	14,29%
b) Recebidas para cumprimento	369	370	0,27%

II - DA ÁREA CÍVEL			
5. INQUÉRITOS CIVIS/PEÇAS INFORMATIVAS/REPRESENTAÇÕES			
5.1 Vindos do período anterior	155	242	56,13%
5.2. Notícias/Inquéritos civis/Proc adm/Representações	907	989	9,04%
5.3. Avisos por infrequência escolar	736	780	5,98%
5.4. Avisos por maus-tratos	604	545	-9,77%
5.5. Arquivados/Indeferidos:			
a) Inquéritos civis/procedimentos administrativos:			
a.1) sem ajustamento de conduta	310	265	-14,52%
a.2) com ajustamento de conduta	60	35	-41,67%
a.3) indeferidos	29	36	24,14%
b) Avisos por infrequência escolar			
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	528	512	-3,03%
b.2) crianças ou adolescentes que não retornaram à escola	145	180	24,14%
c) Avisos por maus-tratos			
c.1) violência física/psicológica	235	181	-22,98%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	81	64	-20,99%
c.3) outras situações de maus-tratos	217	186	-14,29%
5.6. Inq. civil/proc. adm. concluído/anexado à inicial	298	377	26,51%
5.7. Ajustamentos de conduta em execução	11	15	36,36%
5.8. Outras situações de baixa estatística	246	437	77,64%
5.9. Passam para o período seguinte	242	283	16,94%
6. AÇÕES CIVIS AJUIZADAS			
6.1. Ações civis públicas	101	117	15,84%
6.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	-	0	-
6.3. Apuração de infração administrativa	322	102	-68,32%
6.4. Cautelares	67	68	1,49%
6.5.. Destituição/suspensão do poder familiar	354	330	-6,78%
6.6. Mandado de Segurança	16	51	218,75%
6.7. Medidas de proteção	609	571	-6,24%
6.8. Outras	314	189	-39,81%
7. PROCESSOS			
7.1. Remanescentes em gabinete do período anterior	430	493	14,65%
7.2. Recebidos	36.020	37.479	4,05%
7.3. Manifestações/pareceres:			
a) Adoção			
a.1) por brasileiros	1.615	1.636	1,30%
a.2) por estrangeiros	65	45	-30,77%
b) Alegações finais	714	629	-11,90%
c) Alimentos	1.583	1.539	-2,78%
d) Cadastro de adotantes	3.464	1.782	-48,56%
e) Cautelares	263	252	-4,18%
f) Infrações administrativas	527	496	-5,88%
g) Mandado de Segurança	28	20	-28,57%
h) Recursos			

h.1) Razões de recurso	30	30	0,00%
h.2) Contra-razões de recurso	114	75	-34,21%
h.3) Pareceres em recurso	16	57	256,25%
i) Outros pareceres	7.380	8.421	14,11%
j) Outras manifestações	10.764	11.312	5,09%
k) Intimações diversas	9.394	11.291	20,19%
7.4. Passam para o período seguinte	493	387	-21,50%
8. OUTRAS ATIVIDADES			
8.1. Audiências judiciais	10.219	9.132	-10,64%
8.2. Audiências de apresentação (nº de adolescentes)	10.845	10.163	-6,29%
8.3. Audiências/Reuniões ICP/Procedimentos Administrativos	296	323	9,12%
8.4. Recomendações e orientações	-	467	-
8.5. Reuniões/Audiências extrajudiciais	1.199	467	-61,05%
8.6. Palestras sobre assuntos institucionais	310	174	-43,87%
8.7. Visitas a entidades de atendim. ao autor de ato infrac.	53	1.099	1973,58%
8.8. Visitas a abrigos e outras entidades de atendimento	239	186	-22,18%
8.9. Atendimento ao público (número de pessoas)	17.889	16.824	-5,95%
9. PENDÊNCIAS COM PRAZO DE MANIFESTAÇÃO VENCIDO			
9.1. Procedimentos de apuração de ato infracional	132	101	-23,48%
9.2. Notícias de atos infracionais	71	114	60,56%
9.3. Inquéritos civis/Procedimentos administrativos	59	64	8,47%
9.4. Procedimento de Investig. Criminal (PIC) mais de 90 dias	0	0	-
9.5. Processos	143	122	-14,69%
9.6. Vencidos há mais de 30 dias	233	230	-1,29%

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

As Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude receberam, no ano de 2006, o total de 20.195 notícias de atos infracionais, o que representa um acréscimo da ordem de 10,49% em relação ao número verificado no ano de 2005, que foi de 18.278 comunicações dessa espécie.

Por conta dessas notícias foram apresentados em audiência aos Promotores de Justiça 10.163 adolescentes indicados como autores de atos infracionais, decorrendo daí o oferecimento de 2.572 representações, número que demonstra uma diminuição de 13,28% em relação ao ano de 2005, quando foram oferecidas 2.966 representações. O número de 2.572 representações corresponde a 7,15 atos infracionais praticados por dia.

Com os dados destacados, seria possível afirmar-se num primeiro lampejo que Santa Catarina estaria no rumo certo do combate às infrações infanto-juvenis, haja vista a diminuição de representações ofertadas pelo Ministério Público no ano de 2006, no entanto, apesar de tal constatação, certo é que os índices apurados, menores como se afirmou em relação a 2005, ainda causam preocupação e merecem ser observados à curta distância, pois ainda exprimem um conceito de violência desmedida praticada por agentes dessa faixa etária da sociedade. O número de 2.572 representações corresponde a 7,15 atos infracionais praticados por dia.

As remissões concedidas no ano de 2006 aos adolescentes indicados como autores de atos infracionais beneficiaram 7.324 adolescentes – número que é 0,23% inferior àquelas concedidas em 2005, quando alcançaram 7.341; das remissões concedidas no ano de 2006 verifica-se que 1.020 foram simples, ou seja, sem a cumulação de qualquer medida sócio-educativa, 4.058 cumuladas com medida sócio-educativa de advertência, 293 cumuladas com medida sócio-educativa de reparação do dano, 2.427 cumuladas com medida sócio-educativa de prestação de serviço à comu-

nidade e 665 cumuladas com medida sócio-educativa de liberdade assistida.

Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência continuou sendo pela prática de furto, com 1.020 ocorrências, muito embora este número seja 15,99% inferior ao apresentado em 2005. Os homicídios com autoria atribuída a adolescentes totalizaram 137 ocorrências no ano de 2006, quando no ano de 2005 haviam sido registrados 133 casos.

No último ano as Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude ainda receberam 780 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar – APÓIA – para dar conhecimento ao Promotor de Justiça da falta das crianças à escola, a fim de que adote as medidas legais para o seu retorno aos bancos escolares. Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, através de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 512 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 65,64% do total de situações comunicadas.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos das crianças e adolescentes, entre inquéritos civis públicos instaurados, notícias e representações recebidas e procedimentos administrativos preliminares instaurados, as Promotorias de Justiça apresentaram 992 ocorrências, tendo sido celebrados 36 termos de ajustamento de conduta, com o conseqüente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 266 procedimentos, no entanto, sem a celebração de ajuste de conduta.

Foram ajuizadas, ainda, 1.432 ações civis, sendo 117 ações civis públicas, 643 ações visando à adoção de medidas de proteção ou a verificação de situação de risco de criança ou adolescente, 330 ações de destituição ou suspensão do poder familiar, 102 ações para apuração de infração administrativa por entidade de atendimento a criança ou adolescente, 51 ações de mandado de segurança e 189 outras ações.

Em relação aos processos cíveis da área da infância e juventude, no ano de 2006 as Promotorias de Justiça receberam 37.509 deles representando um acréscimo de 4,13% em relação ao ano de 2005, quando foram recebidos 36.020 feitos, tendo sido emitidas 26.310 manifestações de mérito, com 11.305 intimações diversas.

Além destas atividades, merece também registro o número de 16.839 pessoas atendidas no ano de 2006 e 186 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público

A Secretaria-Geral do Ministério Público, como Órgão Auxiliar de apoio administrativo e logístico, realizou as atividades abaixo descritas e sintetizadas na tabela ao lado.

Espécie	Quantidade
Correspondências recebidas	7419
Correspondências expedidas	1375
Portarias elaboradas	2472
Atos elaborados	38
Remessa de publicações à IOESC	410
Escala de Plantão dos Promotores de Justiça	12
Processo de Seleção de Estagiários	87
Autuação de Processos	228

Dentre as atividades desenvolvidas, merecem destaque o registro e o trâmite, por meio do Protocolo Eletrônico, de toda a documentação remetida à Procuradoria-Geral de Justiça e a posterior distribuição aos setores competentes; definição de projetos institucionais; deflagração de processos licitatórios; elaboração de balancetes; acompanhamento de receitas; gestão de orçamento; emissão de empenhos; emissão de ordens de pagamento; análise de requerimentos formulados por servidores; reuniões do FERMP e de Comissões; controle de patrimônio; redação de ofícios e expedientes do Procurador-Geral de Justiça, do Subprocurador-Geral de Justiça e do Secretário-Geral do Ministério Público; elaboração de despachos, comunicações eletrônicas, declarações, certidões, portarias e atos normativos; além de convênios e de acordos de cooperação técnica, incluindo registro e controle de implantação; registro e autuação de procedimentos administrativos; deflagração do processo de seleção de estagiários; elaboração de portarias de designação de membros do Ministério Público; elaboração da portaria mensal de indicação dos Promotores de Justiça para atuar perante as zonas eleitorais; designação dos Coordenadores Administrativos; remessa dos atos oficiais para publicação na *internet* e na imprensa oficial; apoio e assessoria aos Assessores do Procurador-Geral de Justiça; realização de intimações de decisões administrativas; execução de atividades de arquivo e atualização; agendamento de compromissos institucionais; recepção telefônica dos membros e servidores da Instituição, com orientações de procedimentos acerca de diárias, viagens, férias, licenças, fornecimento de móveis e de equipamentos; autenticação de documentos; reprografia de documentos; e controle das publicações no Diário Oficial com o respectivo registro.

8.2 Da Ouvidoria

A Ouvidoria, como Órgão Auxiliar, realizou as atividades da tabela ao lado:

Classificação	Total
1. MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS	1056
Contato pessoal	11
Contato telefônico	24
E-mail	234
Formulário eletrônico	754
Outros	13
Via postal	20
2. TIPO DE MANIFESTAÇÃO	1056
Crítica ou Reclamação	98
Retardamento de atos de ofício	11
Omissão ou desídia	22
Recusa de atendimento ou trato descortês	7
Deficiência técnica no exercício da função	6
Conduta funcional ou social inconveniente	2
Inadimplência de obrigações civis	1
Parcialidade	2
Excesso de rigor ou de zelo	1
Outros	46
Denúncia	618
Retardamento de atos de ofício	3
Omissão ou desídia	3
Deficiência técnica no exercício da função	3
Conduta funcional ou social inconveniente	1

Inadimplência de obrigações civis	2
Parcialidade	3
Favorecimento, conluio ou prevaricação	1
Percepção de vantagens pessoais indevidas	1
Abuso dos poderes do cargo	2
Atos de improbidade administrativa	112
Infrações ambientais	278
Violações a direitos do consumidor	58
Violações a direitos da cidadania	67
Violações a direitos da infância e idosos	17
Infrações penais diversas	40
Outros	27
Elogio	14
Desempenho funcional	8
Presteza no atendimento	5
Iniciativas judiciais	1
Informação	311
Iniciativas e procedimentos	31
Situação de processos	16
Órgãos e serviços do Ministério Público	82
Órgãos e serviços externos	83
Consultoria jurídica de interesse pessoal	58
Consultoria jurídica de interesse coletivo	27
Outros	14
Outros	4
Sugestão e comentário	11
Posicionamento político-institucional	1
Adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais	5
Adoção de procedimentos disciplinares	1
Outros	4
3. ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES	1056
Parlamentares	7
Integrantes do Ministério Público	7
Integrantes do Judiciário	2
Profissionais liberais	297
Estudantes	60
Entidades civis ou sindicais	20
Servidores públicos	142
Imprensa	9
Empresários	63
Aposentados	21
Estrangeiros	77
Qualificação não informada	224
Fontes anônimas	38
Outra	89

4. SETORES VISADOS PELAS MANIFESTAÇÕES	1056
Procuradoria-Geral	14
Colégio de Procuradores e CSMP	1
Corregedoria-Geral	1
Procuradorias de Justiça	4
Ouvidoria	35
Promotorias de Justiça	81
Comissão de concurso	8
Centros de Apoio	20
Outros órgãos do MPSC	26
Órgãos Federais	55
Órgãos Estaduais	413
Órgãos Municipais	169
Pessoas jurídicas privadas	140
Pessoas físicas	68
Outros	21
5. ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES	1056
Arquivada por impertinente	39
Devolvida ao para envio a outros órgãos	138
Remetidas ao Corregedor-Geral	8
Remetidas a outros órgãos do MPSC	333
Remetidas ao Procurador-Geral de Justiça	4
Solucionadas pela Ouvidoria	519
Outros	15
TOTAL GERAL	1056

Dessas atividades, merecem destaque:

a) implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento, denominado “Atualiza”, utilizado por outros órgãos do Ministério Público de Santa Catarina e, parte dele, adaptada especialmente para permitir o gerenciamento das correspondências recebidas e expedidas pela Ouvidoria;

b) elaboração do Regimento Interno e aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça em 26 de abril de 2006, transformando-se na Resolução n. 86/2006, a qual está disponível integralmente no *site* oficial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

c) acoplado ao sistema de gerenciamento (Atualiza), a Ouvidoria passou a contar, a partir da segunda semana de novembro de 2006, com o apoio do *software* denominado BS3, que interage com o Atualiza, para efeito de totalização e geração de relatórios estatísticos; e

d) elaboração do Manual da Ouvidoria.

8.3 Dos Centros de Apoio Operacional

8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações recebidas para apoio a órgãos de execução	157
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	8
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	112
Pesquisas realizadas	50
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	74
Palestras ministradas	22
Eventos promovidos	1
Participações em reuniões	52
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	14
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	134
Ofícios, e-mails e fax expedidos	1363
Ofícios, e-mails e fax recebidos	584
Pessoas atendidas (público externo)	88

8.3.1.1 Estratégias estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da moralidade administrativa ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção e da repressão dos atos de improbidade administrativa.

8.3.1.2 Prevenção da improbidade administrativa

Deu-se continuidade às ações para a conscientização de agentes públicos, especialmente por meio de recomendações com o propósito de evitar a prática de atos atentatórios à legalidade e à probidade administrativa; participação, na condição de palestrante, no IX Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, em 13 encontros regionais, voltados a parlamentares e administradores públicos, e no 1º Encontro entre o Ministério Público e o Tribunal de Contas de Santa Catarina, realizado em setembro de 2006, com efetiva participação dos Promotores de Justiça que atuam na área da defesa da moralidade administrativa, objetivando a prevenção contra atos de improbidade.

8.3.1.3 Repressão de atos de improbidade administrativa

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas de forma intensificada, visando à integração com o Tribunal de Contas do Estado, com a Assembléia Legislativa, com o Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo e com as Câmaras de Vereadores, no sentido de serem ampliadas as fontes alimentadoras da Instituição, buscando, especialmente, coibir as fraudes em procedimentos licitatórios; o enriquecimento ilícito de agentes públicos; os desvios de verbas públicas e gastos indevidos; a ilegalidade no recebimento de honorários de sucumbência por parte dos procuradores municipais, com vistas à cessação de irregularidades e à reversão ao erário das quantias recebidas indevidamente; o superfaturamento de obras, produtos e serviços; as fraudes em concursos públicos; os desvios de finalidade e o abuso de poder; as contratações irregulares de funcionários; a publicidade irregular; e a doação indevida de bens imóveis por parte de entes públicos.

8.3.1.4 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.1, como órgão de apoio, e das atividades preventivas e repressivas destacadas, foi implantado o Programa de Combate ao Nepotismo no Serviço Público no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de propiciar suporte técnico-jurídico aos Promotores de Justiça com atribuições na defesa da moralidade administrativa, a fim de exercerem a fiscalização sobre as contratações, sem concurso público, dos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e dos servidores contratados temporariamente, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, dos agentes públicos detentores de mandato eletivo, secretários do Poder Executivo e dirigentes dos órgãos da administração pública direta e indireta (nepotismo), e buscar sua adequação jurídica, seja pela via administrativa, seja legislativa ou judicial.

O referido programa foi implementado por meio de INQUÉRITO CIVIL, de âmbito estadual, instaurado pela Portaria n. 02/2006/CMA, de 1º de junho de 2006, para apurar casos de nepotismo, na administração direta e indireta, no Estado e nos Municípios de Santa Catarina. Entre junho e dezembro de 2006, foi realizada a primeira etapa prevista no cronograma, buscando-se informações nos 293 municípios catarinenses (Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores) para o levantamento da situação fática e legal existente em cada município. Seguindo o cronograma, está prevista, para os meses de fevereiro e março de 2007, a elaboração de relatório individual e geral sobre a ocorrência de nepotismo nos municípios, e o posterior desmembramento e a remessa dos anexos do Inquérito Civil referentes a cada município às Promotorias de Justiça com atribuições na área da Moralidade Administrativa, para adoção das medidas cabíveis.

Em relação aos órgãos estaduais, em decorrência das eleições em outubro de 2006, o início do programa está previsto para ser deflagrado a partir de fevereiro de 2007.

8.3.1.5 Resultados obtidos

A atividade do CMA mostra-se essencialmente distinta da dos demais Centros de Apoio Operacional, destacando-se sobretudo seu funcionamento em caráter de delegação das atribuições originárias do Procurador-Geral de Justiça, de natureza marcadamente processual, tanto na esfera cível como criminal, além do apoio constante dado aos órgãos de execução, merecendo registro, dentre outras, as seguintes atividades:

Membros do MPSC envolvidos na área da Moralidade Administrativa

Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111

Atividade Criminal

Espécie	Quantidade
+ Remanescentes do período anterior	256
+ Procedimentos de Investigação Criminal - Notícias criminais	275
+ Inquéritos Policiais	21
- Arquivados	110
- Remetidos a outros órgãos	130
- Indeferimento de instauração de PIC	48
- Requisição de Inquérito Policial	12
- Denúncias	34
Portarias de instauração de PIC	46
Despachos motivados de instrução	122
Pedidos de quebra de sigilo telefônico/bancário	3
= Passam para o período seguinte	122

Processos	40
Audiências judiciais	8
Atividade Cível	
Espécie	Quantidade
+ Remanescentes do período anterior	33
+ Inquéritos Cíveis, Procedimentos de Administrativos Preliminares - PAP/ Peças Informativas	14
- Arquivados	9
- Remetidos a outros órgãos	12
- Ações Cíveis Públicas Ajuizadas	4
Portarias de instauração de PAP/IC	9
Despachos motivados de instrução	10
= Passam para o período seguinte	22
Processos	2

8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal

O Centro de Apoio Operacional Criminal, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	1.075
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	43
Pesquisas realizadas	829
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	163
Palestras ministradas	14
Eventos promovidos	4
Participação em reuniões	54
Participação em audiências públicas	3
Participação seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	4
Participação em órgãos externos representando a Instituição	6
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.182
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.215
Pessoas atendidas (público externo)	26
Outras atividades de apoio	40
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	47

8.3.2.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Centro de Apoio Operacional Criminal ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção de delitos, da repressão à criminalidade organizada, à macrocriminalidade e à criminalidade de elevada repercussão social, na execução penal e no acompanhamento da atividade policial.

8.3.2.2 Prevenção de delitos

Deu-se continuidade à realização de ações integradas que contaram com a participação, além deste Ministério Público, de organismos policiais, órgãos públicos diversos e, ainda, com setores da sociedade organizada ligados às questões da Segurança Pública, que visaram à identificação de situações potenciais ou concretamente fomentadoras de violência e criminalidade.

Foi assinado, na Capital, Protocolo de Atuação, nos moldes do que prescreve o Programa de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos Afetos à Segurança Pública, firmado por Promotores de Justiça e diversas outras instituições, tais como Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Juizado da Infância e Juventude, Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal da Receita, Secretaria Municipal de obras e Urbanismo, Floram e Conselho de Segurança do Maciço do Morro da Cruz, visando, mediante a realização de forças-tarefas de cunho eminentemente fiscalizatório, a prevenir delitos antes que eles aconteçam.

8.3.2.3 Repressão à criminalidade organizada, à macrocriminalidade e à criminalidade de elevada repercussão social

Buscou-se fomentar, primordialmente, atividades de inteligência criminal, implementando operações integradas, inclusive entre os órgãos do Ministério Público, para identificar e coibir a macrocriminalidade e as ações de organizações criminosas, cujas atividades estão centradas, sobretudo, no tráfico de drogas, no furto, no roubo e na receptação de veículos e cargas, nos crimes empresariais e nos crimes que envolvam agentes da Administração Pública, entre outros.

8.3.2.4 Execução penal

Após a conclusão do diagnóstico do sistema carcerário estadual, realizado por meio de Inquérito Civil instaurado pelo Procurador-Geral de Justiça, os resultados foram compilados e subdivididos por comarca, sendo posteriormente remetidos aos Promotores de Justiça que atuam nas Varas de Execução Penal respectivas, para as providências cabíveis.

Ainda, durante o transcurso do ano, a equipe técnica do Centro de Apoio Operacional Criminal, nas pessoas de seus coordenadores e de sua assessoria, auxiliou, *in loco*, diversos Promotores de Justiça naqueles casos considerados de maior complexidade e que, por esse motivo, demandaram atenção especial do Centro de Apoio.

8.3.2.5 Acompanhamento da atividade policial

Durante o ano de 2006, o Centro de Apoio Operacional Criminal auxiliou diretamente os Promotores de Justiça atuantes no Controle Externo da Atividade Policial, realizando, em conjunto e sob a supervisão desses, inspeções em estabelecimentos policiais em diversas Comarcas do Estado. Essas visitas tiveram muito mais um caráter de aproximação com as Polícias de nosso Estado do que eminentemente fiscalizatório, sendo esse espírito perfeitamente assimilado pelas Autoridades Policiais envolvidas, que muito colaboraram para o regular desenvolvimento dos trabalhos. Ao final do primeiro ciclo de inspeções, todas as impressões colhidas foram reduzidas a termo e levadas ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, para as providências necessárias.

8.3.2.6 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades mencionadas na tabela do item 8.3.2, podem-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades realizadas, na área criminal, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal e das Promotorias de Justiça com atuação criminal relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Integrado de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos afetos à Segurança Pública

Objetiva incentivar o Promotor de Justiça para implantação, no âmbito da sua Comarca, das diretrizes e operações previstas, dando-lhe o devido suporte, envolvendo órgãos públicos de diversas áreas, para uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva e, se necessário, re-

pressiva, com vista à redução dos índices de criminalidade, além do seu caráter pedagógico e de orientação, com a aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, remetendo-se as ocorrências e autuações aos representantes do Ministério Público, para a promoção das ações no âmbito penal e civil, cada qual nas suas respectivas áreas de atuação. Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2006, destaca-se a assinatura do Protocolo de Atuação para o município de Florianópolis, mais precisamente para aplicação no Maciço do Morro da Cruz.

a.2) Programa de Acesso e Compartilhamento de Dados e Informações

Visa a desenvolver, prioritariamente, as atividades de coleta e busca de dados de inteligência, estabelecendo os canais de ligação formais e informais que permitam o acompanhamento e a investigação de temas, entre os quais o crime organizado, o narcotráfico e os delitos conexos, a violência urbana e rural, as estruturas de segurança pública e ameaças potenciais a instituições democráticas e à sociedade: buscou-se a celebração de convênios com diversas instituições de modo a tornar disponível o acesso às informações aos membros do Ministério Público; dentre as novidades nos bancos de dados disponíveis, além da reestruturação do Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), que agora conta com maior número de informações e pode ser acessado de qualquer microcomputador ligado à *Internet*, destacando-se o sistema de consultas do COAF, que foi estendido a todos os Promotores de Justiça do Estado que necessitarem de informações para elucidar crimes ligados à lavagem de capitais, sem esquecer do convênio firmado com o Detran/SC, que proverá acesso aos dados relativos a veículos automotores e carteiras de motorista de todo o estado de Santa Catarina; ainda se pode contar com os bancos já disponíveis, tais como: a Secretaria da Receita Federal, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (CIASC-PRO3), da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG).

a.3) Programa de Execução Regular da Pena

Visa a propiciar suporte técnico-jurídico aos Promotores de Justiça com atribuição nas varas de execução penal com o intuito de exercerem a fiscalização do sistema prisional, objetivando o correto cumprimento das penas impostas pelos Juízos de Execução Penal do Estado de Santa Catarina e das normas relativas ao encarceramento, contribuindo para a reinserção do egresso na sociedade.

Como resultado do presente programa, destacam-se: inspeções realizadas nas comarcas da Capital, São José, Balneário Camboriú, Itajaí, Concórdia, São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Lages, Curitiba, Caçador, Rio do Sul, Indaial, Blumenau, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville e Criciúma; ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o diretor do Presídio Regional de Joaçaba; afastamento, por ato de improbidade administrativa, do diretor do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, na Comarca de São José; localização e elaboração de ofícios aos familiares dos egressos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico da Capital para que prestassem a devida assistência aos ex-internos daquela instituição; e participação e apresentação do Programa Execução Regular da Pena em encontro estadual promovido pela Pastoral Carcerária com a presença de representantes do Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e outras entidades e organizações não governamentais que atuam na área da execução penal.

a.4) Programa de Controle Externo da Atividade Policial

Objetiva implementar ações ordenadas no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento da atividade policial bem como buscar uma maior integração, na condição de órgão de controle externo, com os órgãos policiais encarregados do controle interno, objetivando a melhora nos níveis de cooperação e solidariedade funcional entre as instituições policiais e o Ministério Público e potencializar a efetividade da Justiça: realizaram-se diversas inspeções a estabelecimentos policiais em conjunto com os Promotores de Justiça que atuam nessa área de atribuição, além de auxiliá-los em diversas outras atividades e

pendências existentes na Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

b) Ações:

b.1) operação realizada, no dia 13/12/2006, em conjunto com os órgãos firmatários do Protocolo de Atuação acima referido, ocorrida no Maciço do Morro da Cruz;

b.2) operações de fechamento de casas de bingo e apreensões de máquinas caça-níqueis em diversas comarcas do Estado;

b.3) apoio aos Promotores de Justiça consistente na realização de inspeções nos cinco estabelecimentos prisionais da Capital e em outras comarcas, tais como: Balneário Camboriú, Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Indaial, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São José (São Pedro de Alcântara), São Miguel do Oeste e Xanxerê;

b.4) apoio aos Promotores de Justiça consistente na realização de inspeções a dois estabelecimentos policiais da Capital, e, também, em diversas outras comarca do Estado, tais como: Araranguá, Balneário Camboriú, Blumenau (duas delegacias), Caçador, Chapecó (três delegacias), Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Indaial, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville (duas delegacias), Lages (duas delegacias), Mafra, Rio do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Sombrio e Xanxerê;

b.5) participação no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOG;

b.6) participação no Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC;

b.7) participação na Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas;

b.8) participação no Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA;

b.9) participação no Grupo de Gestão Integrada – GGI; e

b.10) participação no Fórum Permanente de Segurança Pública da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL.

c) Atividades:

c.1) elaboração de três boletins informativos do Centro de Apoio Operacional Criminal; e

c.2) por designação, em atividade de execução, o Coordenador do Centro de Apoio emitiu 167 pareceres em contra-razões de recurso em apelação (art. 600, § 4º, do CPP).

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	535
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	30
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	505
Pesquisas realizadas	2256
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	596
Palestras ministradas	4
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	77
Participação em audiências públicas	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	24

Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	110
Ofícios, e-mails e fax expedidos	1795
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1811
Pessoas atendidas (público externo)	4
Outras atividades de apoio	120
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisiva	9

8.3.3.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da defesa da ordem tributária ocorreu, prioritariamente, na continuidade da articulação entre a Instituição e os Órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, bem como com a Secretaria da Receita Federal e o Ministério Público Federal, com vistas a uma efetiva repressão às infrações penais tributárias e à identificação, inclusive em feitos de natureza civil, de focos de conluio entre o poder público e a iniciativa privada, que, com inobservância dos princípios que norteiam a atividade tributária, resultem em corrupção e lesão ao erário e em prejuízo a toda população.

8.3.3.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.3, foram realizadas as seguintes atividades na área da ordem tributária relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

Membros do MPSC envolvidos na área da Ordem Tributária	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	1
Promotor de Justiça	110

a) Programa:

a.1) Programa de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária

O Programa tem por objetivo diminuir a supressão e a redução ilegais de tributos municipais e estaduais, tendo como resultado a atuação do COT na articulação entre o Ministério Público e os Órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, e entre aquele, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério Público Federal, com vistas a uma efetiva repressão às infrações penais tributárias, buscando priorizar ações para o combate à macrocriminalidade, em especial no que se refere à investigação dos fatos que implicam na evasão de tributos ao erário; para tanto, destaca-se que, prosseguiu-se, em 2006, com a implementação de mais 84 acessos de Promotores de Justiça ao S@T (Sistema de Administração Tributária), concedendo maior autonomia e robustez à atuação de combate à sonegação fiscal; ampliaram-se os trabalhos de execução com a emissão e o encaminhamento de relatórios mensais das notificações fiscais emitidas em desfavor de contribuintes de cada Comarca, em razão de valores devidos, natureza das práticas ilícitas perpetradas e da pendência, ou não, de recurso na esfera administrativa, criando uma maior independência em relação à Secretaria de Estado da Fazenda, que encaminhava os relatórios, oferecendo-nos uma visão mais ampla da situação dos crimes contra a ordem tributária; foram realizadas reuniões com o Sindicato dos Fiscais de Santa Catarina (SINDIFISCO) para análise e debate acerca da Lei n. 313, de 22 de dezembro de 2005 (Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina), e posterior encaminhamento de informações ao CECCON para o estudo sobre a viabilidade do ajuizamento de ação de inconstitucionalidade ou de representação, ao Procurador-Geral da República, a respeito de possíveis violações de normas federais/preceitos constitucionais; realizou-se reunião com o Sindicato dos Combustíveis e Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, para sustentar e aprimorar a parceria entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, técnicos da SEF/SC (GtCol) e o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, no combate à venda de combustíveis e lubrificantes sem o

recolhimento dos tributos devidos; os Coordenadores do Centro e três funcionários participaram do Curso de Educação Fiscal na Escola Fazendária da Secretaria de Estado da Fazenda; houve o comparecimento em diversas reuniões de grupo formado para discutir e propor a tentativa de implementação, no Estado de Santa Catarina, de Comitê de Combate à Pirataria; foi efetuado o acompanhamento de ações penais trancadas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina por pendência de recurso na esfera administrativa; aconteceram visitas periódicas ao Conselho Estadual de Contribuintes para colheita de informações, obtenção de acórdãos e manifestação de interesse na agilização da tramitação de processos administrativos; foi realizada busca de informações no Ministério da Justiça de procedimentos e inovações na área de colheita de provas em meio eletrônico; prestou-se apoio à iniciativa do Procurador-Geral de Justiça da implementação de atribuições concorrentes e regionalizadas no tocante aos crimes da Lei n. 8.137/90 (Lei dos Crimes Contra a Ordem Tributária), compreendendo as Comarcas de Acurra, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó, permitindo que o Ministério Público de Santa Catarina colabore mais intensamente com o Estado e o povo catarinense, cooperando em Promotorias de Justiça onde o combate à sonegação fiscal é, de regra, atividade residual dos Promotores, em razão do invencível volume de serviço que lhes tocam e das múltiplas atribuições sustentadas, o que resultou no avanço, inicialmente, de 65 para 217 denúncias distribuídas, importando “o valor nominal sonegado (desprezar frações de milhares) R\$ 37.626.000” (trinta e sete milhões, seiscentos e vinte e seis mil reais).

O valor nominal denunciado/sonegado importou em R\$ 118.022.000,00 (cento e dezoito milhões e vinte e dois mil reais). Empenhando-se em conquistar formas de intercâmbio de informações, de ampliação das atuações conjuntas e objetivando à reparação dos valores tributários devidos, buscou-se a estruturação de serviço de inteligência a operar no Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais, visando aperfeiçoar o trabalho de identificação e punição de organizações criminosas atuantes na área fiscal. A iniciativa, além de guarnecer a estrutura operacional do Ministério Público com equipamentos de alto grau de tecnologia, assegurou que equipe de Auditores Fiscais passe a desenvolver suas atividades diretamente no CIE, buscando qualificar a prova a lastrear tanto o lançamento do tributo devido quanto a persecução penal dos infratores.

Destaca-se, ainda, a assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Florianópolis para ações conjuntas na prevenção e repressão de fraudes e sonegação de tributos municipais. A iniciativa da parceria e o trabalho de execução foram implementados pelo Promotor de Justiça Francisco Bissoli Filho, da 20ª Promotoria de Justiça da Capital, titular do combate aos crimes contra a ordem tributária. A cooperação foi assinada também pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Prefeito Municipal, Dário Elias Berger.

b) Atividades:

b.1) em 2006, o COT instaurou 274 peças informativas e, considerando as 269 peças informativas do ano anterior (2005), trabalhou no período com um total de 543 peças. Desse total, 116 foram destinadas a outros órgãos do Ministério Público e 62 foram arquivadas. Restou um total de 365 peças informativas para o ano de 2007, das quais 96 estão aguardando resposta de ofícios e 269 estão em procedimento de análise e/ou aguardando o resultado de ações fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda.

b.2) O COT recebeu, em 2006, 253 procedimentos administrativos preliminares e/ou peças referentes a notificações fiscais, oriundas das Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado, com suas respectivas promoções de arquivamento, nos termos do art. 4º, III, da Portaria n. 1.164/95, para apreciação da Coordenação e posterior envio ao arquivo central do Ministério Público.

8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	562
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	3
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	143
Pesquisas realizadas	171
Palestras ministradas	6
Eventos promovidos	9
Participação em reuniões	189
Participação em audiências públicas	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	76
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	267
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	46.861
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.622
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.427
Pessoas atendidas (público externo)	1.057
Outras atividades de apoio	3.992
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	28

8.3.4.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da Infância e da Juventude ocorreu nos três eixos que constituem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e da Juventude, ou seja, em campos que contemplam a promoção, o controle social e a defesa e responsabilização.

8.3.4.2 Promoção de direitos (forma de prevenção primária)

Deu-se continuidade às políticas sociais básicas voltadas à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, por meio de ações, projetos e programas que visem, especialmente, ao combate à evasão escolar (APÓIA), à oferta de exame de DNA, ao combate à exploração sexual infanto-juvenil (apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil), à oferta de medicamentos e suplementos alimentares para os portadores de mucoviscidose e ao funcionamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional e de notificação compulsória da desnutrição grave em crianças de até cinco anos (SISVAN); o Programa de Sistema Unificado de Comunicação Compulsória de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes (APOMT) e o Programa de Facilitação e Estímulo para o Aumento das Contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

8.3.4.3 Controle social (prevenção secundária)

Implementação de políticas de proteção especial, por meio de ações, projetos e programas que visem ao atendimento a crianças e adolescentes vulnerabilizados por ameaças ou violações a seus direitos, como os drogaditos, os portadores de necessidades especiais e as vítimas de violência, inclusive a policial, e que visem a adequar as entidades que oferecem abrigo a crianças e adolescentes, em atenção ao preconizado nos artigos 90 a 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da promoção da fiscalização, da avaliação e do reordenamento operacional de tais entidades.

8.3.4.4 Defesa e responsabilização (prevenção terciária)

Implementação de políticas sócio-educativas, por meio de ações, projetos e programas que visem: a) ao aperfeiçoamento de Promotores de Justiça acerca da execução de medidas sócio-educativas; b) ao atendimento de adolescente autor de ato infracional que seja dependente de substâncias químicas, estendendo esse atendimento aos seus familiares, quando apresentarem a mesma dependência, por meio de aplicação de medidas de proteção; c) ao fornecimento de assessoria técnica, em ciência psicológica, nos procedimentos extrajudiciais e judiciais, por meio da elaboração de pareceres, laudos e relatórios psicológicos sobre crianças e adolescentes em conflito com a lei ou que tenham seus direitos violados; e d) à ampliação e adequação dos Centros de Internamento Provisório e Centros de Educação Regionais.

8.3.4.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades e dos resultados descritos nas tabelas constantes dos itens 7.3 e 8.3.4, podem-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa FIAR – Cidadania

O Programa visa a estimular e facilitar as contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) no Estado de Santa Catarina e dentre as atividades realizadas em 2006 destacam-se:

a) a realização de ações de apoio e articulação com a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Criança e Adolescente, que apresentou projeto de resolução autorizando a criação do FIALESC, para estimular e facilitar as contribuições dos parlamentares e funcionários da Casa Legislativa, e o projeto de lei autorizando a criação do Programa FIASER, para estimular e facilitar a contribuição dos funcionários públicos estaduais, nos mesmos moldes do programa já desenvolvido no âmbito do Ministério Público, com a doação dos Promotores e Procuradores de Justiça ao FIA Estadual, mediante autorização para desconto em folha de pagamento; b) a realização do Curso “Aperfeiçoamento de Promotores de Justiça – Acompanhamento e Fiscalização da Política Municipal de Atendimento – Orçamento e Fundos de Direitos da Criança e Adolescente”, nos dias 7 e 8 de abril, ministrado pelo Professor Maurício Vian, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), objetivando fomentar e subsidiar a atuação dos Membros do Ministério Público, notadamente os Promotores de Justiça da Infância e Juventude, estendendo-se às Assistentes Sociais e a outros órgãos e instituições externas cujo trabalho envolve questões de Orçamento e Fundos para a promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, na formulação de políticas municipais de atenção à criança e ao adolescente na elaboração dos Planos Plurianuais, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, nas ações, experiências e dificuldades na implantação e fiscalização do Fundo da Infância e Juventude (FIA), totalizando 69 (sessenta e nove) participantes; c) experiência piloto com a promoção de 2 (duas) audiências públicas, nos dias 3 de abril e 29 de maio, por solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, abrangendo os 6 (seis) Municípios que a integram, com o objetivo de esclarecer questões pertinentes aos Fundos da Infância e Adolescência, sobretudo destacando as ações de gestão, aplicação e controle dos recursos financeiros que compõem sua receita, apresentando também, de forma didática, o ciclo orçamentário do Município, a fim de que haja de fato a integração do Município e dos Conselhos de Direitos na gestão do Fundo, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, análise das leis orçamentárias e sugestões; d) apresentada a minuta de Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Ren-

Membros do MPSC envolvidos na área da Infância e Juventude	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	112

da, o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e o Ministério Público, pontuando responsabilidades e propondo, através de um fluxograma de ações, uma forma de viabilizar o respectivo Programa; e) ao Tribunal de Justiça foi apresentada minuta de ofício à Secretaria da Receita Federal para consulta informal quanto à possibilidade de descontar-se o valor das doações dos Magistrados e Promotores de Justiça aos FIAs Estadual e Municipais (consoante disposto no art. 260 do ECA, regulamentado pela Instrução Normativa da SRF n. 258/02) do Imposto de Renda Retido na Fonte, apresentada ao Secretário de Estado da Fazenda e Secretário Nacional da Receita Federal, em Brasília, aguardando deliberação; e f) Participação da Comissão Pró-FIA, instituída pela Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), para o planejamento de ações com intuito de aumentar a arrecadação para o Fundo Estadual e Municipais.

a.2) Programa de Aviso Por Infrequência de Aluno (APÓIA)

Visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes, de 7 a 18 anos, para que concluam o ensino fundamental e promover o regresso à escola de crianças e adolescentes que a abandonaram sem concluir o ensino fundamental.

Destaca-se que, em seu sexto ano, foram mantidas as ações já desencadeadas, com a continuidade dos trabalhos da Comissão Interinstitucional de Avaliação e Reformulação do Programa, composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, que tem por finalidade discutir a evolução dos resultados obtidos por meio do APÓIA e elaborar, em conjunto, o planejamento das estratégias a serem utilizadas para adequá-lo às necessidades atuais, corrigindo eventuais deficiências; reuniões na Secretaria Estadual de Educação para tratar da reformulação do Programa APÓIA, discutindo a disponibilização do Programa Série Escola para a consulta dos Promotores de Justiça; a elaboração de projetos para implantação, no âmbito da GEECTs, de Equipe Multidisciplinar para acompanhamento de casos evadidos ou encaminhados pela escola e de programa para atendimento educacional de alunos com infrequência superior à possibilidade de aprovação; a reedição da Portaria n. 36, de 3/4/2005, que institui o APÓIA, abrangendo o ensino médio, contendo as seguintes modificações: implantação da chamada única em toda rede escolar estadual e do APÓIA *on-line*; todas ações visando à melhoria do Programa APÓIA e à correção de eventuais deficiências. Ainda, com relação ao Programa, destaca-se que, das atividades extrajudiciais desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, em 2006, e pelos Conselhos Tutelares, houve a emissão de 3.058 avisos, desses, 2.702 resultaram no retorno da criança e do adolescente à escola.

a.3) Programa de Aviso por Maus-Tratos contra Criança ou Adolescente (APOMT)

Visa a implantar, em todo o Estado de Santa Catarina, um Sistema Unificado de Aviso Compulsório de Maus-Tratos contra Criança e Adolescente, por meio do uso de um formulário padronizado de notificação expedido pelos parceiros executores, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei n. 8.069/90.

Dentre as ações realizadas, destacam-se: a) campanha de mídia a fim de estimular as denúncias, com o apoio da Assessoria de Comunicação, composta de um vídeo para TV de 30", *jingle* para as rádios e duas peças gráficas para divulgação em jornais, resultando no engajamento de mais de 190 emissoras de rádio e televisão e de 170 jornais do interior do Estado, que possuem tiragem diária superior a 570 mil exemplares, além de apresentar mais um canal de denúncia, pelo telefone 190, marcando a presença da Polícia Militar como parceira do Programa, conforme pactuado no Termo de Cooperação n. 7, assinado com o Ministério Público em 2004. A referida campanha, desenvolvida pela Agência de Publicidade DAraújo Loducca e com orientação técnica do Centro de Apoio, foi premiada em duas categorias do 20º Prêmio Colunistas de Santa Catarina, no dia 18 de novembro, quais sejam: o *spot* "APOMT", criado para veiculação nas rádios, foi

merecedor do prêmio bronze na categoria Produtos e Serviços Comunitários, da Área Rádio, e a peça “Brincadeira ou Medo”, criada para veiculação nas emissoras de televisão, ganhou o prêmio bronze também na categoria Produtos e Serviços Comunitários, da Área Campanhas; b) a publicação de um novo caderno do APOMT, em conjunto com os órgãos e as instituições parceiras, contendo seu processo de construção, evolução e orientações quanto ao papel de cada agente público, além dos procedimentos a serem adotados para a denúncia, em texto didático e elucidativo, com mais de 40 (quarenta) páginas, em uma primeira tiragem, com 2.500 (duas mil e quinhentas) cópias, para distribuição no Estado, e disponível eletronicamente aos parceiros; c) em parceria com a Agência D/Araújo Loducca, objetivando subsidiar novas capacitações, com duração de 6min40s, foi elaborado também um vídeo institucional que abrange, em linguagem simples e associado a diversas fotos elucidativas, quatro tópicos basilares: o que são maus-tratos; as suas conseqüências; o porquê da necessidade de denunciar; e o que já foi realizado no Estado para consolidar o Programa; d) assinatura do Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica do Programa (N. 007/2004), no dia 25 de julho, com a Polícia Rodoviária Federal, a fim de orientar os policiais rodoviários a prestar atendimento e dar o encaminhamento adequado às ocorrências de maus-tratos na sua jurisdição; e) celebração do Termo de Compromisso e Cooperação local para operacionalização em Balneário Camboriú (14/3/06), Santo Amaro da Imperatriz, exceto Rancho Queimado (3/4/2006), São Lourenço do Oeste (17 e 18/5/2006), Herval D’ Oeste (18/5/06) e Blumenau (22/6/06), Luis Alves (15/8/2006), Lages e Correia Pinto (24/8/2006), Pains, São José do Cerrito e Bocaina do Sul (outubro/2006) e Imbituba (14/11/2006); e participação direta na capacitação de agentes públicos da Capital, promovido pela Promotora de Justiça Cristiane Böell, com a participação de aproximadamente 100 (cem) pessoas; f) I, II e III Encontros de Avaliação e Planejamento do Programa APOMT, realizados com a Coordenação da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, nos dias 14 de novembro, 4 e 15 de dezembro, o primeiro, na sede balneária da Associação Catarinense do Ministério Público, e os demais na Procuradoria-Geral de Justiça, reunindo os integrantes da Comissão Gestora, especialmente para planejamento das ações em 2007; g) início das tratativas com o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF), a fim de estabelecimento de uma parceria para elaboração do APOMT Família, que visa a estender o programa atual para a proteção também da mulher, do idoso e do portador de deficiência; h) dentre outras atividades desenvolvidas, estão 12 reuniões da Comissão Gestora para planejamento, avaliação e discussão e 6 da Equipe Técnica para implementação das deliberações da comissão anterior, e distribuição de material, num total de 1.773 cadernos e 6.263 formulários, além de vídeos e cartazes. Conforme dados extraídos do Banco disponível na *intranet*, os números de casos registrados no ano de 2006 foram de 1.182 Avisos por Maus-Tratos, não incluídos aqueles que ainda se encontram em tramitação nos Conselhos Tutelares.

a.4) Programa Família – O Melhor Abrigo

Visa a efetivar a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere às crianças e aos adolescentes abrigados, garantindo-lhes prioridade absoluta, de modo que nenhum direito venha a ser ameaçado ou violado por ação ou omissão do poder público, reexaminando e fiscalizando as entidades e os programas de abrigo no sentido de propiciar e assegurar o direito à convivência familiar.

Destaca-se a elaboração de um diagnóstico da estrutura das entidades de abrigo e da realidade sócio-familiar dos abrigados, com o encaminhamento de dois questionários para preenchimento pelas instituições em conjunto com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA). Durante o ano de 2006, deu-se o prosseguimento desse diagnóstico com a finalização da coleta dos dados nas entidades que executam os Programas de abrigamento em Santa Catarina, pelo envio, pela recepção e inclusão dos questionários no banco de dados disponível na *intranet*, ficando registradas 103 entidades de abrigamento e 1.018 crianças ou adolescentes. A partir dos dados coletados, foram analisadas e identificadas irregularidades em 89 entidades de abrigamento, com o encaminhamento de relatórios individualizados às Promotorias de Justiça das Comarcas,

sugerindo desde logo as ações extrajudiciais e judiciais a serem eventualmente adotadas, com a disponibilização de todos os instrumentos necessários para adequação estrutural, física, material e humana das entidades na *intranet*, como Modelo de Recomendação, Modelo de Procedimento Administrativo Preliminar, Modelo de Projeto de Lei Municipal dispendo sobre programa de guarda subsidiada, Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Proposta de Regimento Interno para Entidades e Programas de Abrigo, Sugestão de Lei sobre Programa Família de Apoio para crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, Sugestão de Lei sobre Programa Família de Apoio para crianças e adolescentes com difícil colocação familiar, Modelo de Termo de Ajustamento de Conduta para construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco. Em retorno, as Promotorias de Justiça já informaram medidas executadas em 24 das 89 entidades denunciadas (27%), destacando-se a solicitação de maiores informações a entidade de abrigo, Termo de Ajustamento de Conduta, Procedimento Administrativo Preliminar, Inquérito Civil e extinção de entidade.

Além disso, foram retomadas as tratativas com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) para a celebração de Termo de Cooperação visando ao desenvolvimento de ações para a troca de informações sobre crianças abrigadas e habilitação para adoções.

a.5) Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco (PAPSI)

Visa a fornecer assessoria técnica em ciência psicológica nos procedimentos extrajudiciais e judiciais, por meio da elaboração de pareceres, laudos e relatórios psicológicos relacionados com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos ou em conflito com a lei.

Em 2006, destaca-se a reestruturação do programa, iniciada especialmente após reunião na Comarca de Lages, no dia 25 de agosto de 2006, resultando, também, na elaboração de uma nova Plataforma para apresentação aos Promotores de Justiça e Supervisores de Estágio mais específica e detalhada na sua metodologia de execução; de um novo Termo de Convênio com a simplificação dos trâmites de realização dos estágios semestrais e de acompanhamento das atividades; de um novo Relatório de Atividades a ser preenchido bimestralmente pelos estagiários e supervisores; de Questionários de Avaliação a serem remetidos aos supervisores de estágio acerca das facilidades e dificuldades no trabalho dos estagiários e na supervisão, do ambiente de trabalho e da comunicação com o Ministério Público, e aos Promotores de Justiça; de um Guia para o Estagiário, com explanações didáticas sobre o Ministério Público, a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, e vários aspectos do Estatuto da Criança e do Adolescente como as medidas de proteção e socioeducativas.

Atualmente, funciona em 11 (onze) Comarcas, por meio de convênios com Universidades e Fundações do Estado de Santa Catarina, sendo 5 (cinco) delas firmados em 2006 (Universidade Regional de Blumenau – FURB, em Blumenau; Fundação Educacional Hansa Hammônia – FEHH, em Ibirama; e Presidente Getúlio, Fundação Unidade de Atenção e Desenvolvimento Psicossocial – UNIPSI, em Gaspar; Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, em Criciúma; Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, em Joaçaba). O Programa vem atuando efetivamente em 6 (seis) delas, atingindo um total de 409 (quatrocentos e nove) casos atendidos.

b) Ações:

b.1) na oferta do exame de DNA, decorrente do termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, objetivando monitorar o número de exames realizados, além de efetivar adequações para o atendimento de acordo com o crescimento da demanda, as ações visaram a efetivação do direito indisponível à paternidade de crianças e adolescentes, decorrentes de procedimentos administrativos do Ministério Público e judiciais, desde que comprovada a hipossuficiência de recursos do requerente para arcar com as despesas laboratoriais. Destaca-se que a Secretaria de Estado de

Saúde, por seu Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), renovou contrato com laboratório conveniado, comprometendo-se em realizar, no ano de 2006, o total de 600 exames.

b.2) no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e Notificação Compulsória da Desnutrição Grave em Crianças até cinco anos (SISVAN), como atividade decorrente do termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, que originou o termo de convênio também assinado naquele ano e renovado em 4 de dezembro de 2003, objetivou monitorar o número de notificações e óbitos registrados por desnutrição grave de crianças até 5 anos em Santa Catarina, desenvolvendo-se ações articuladas por meio das Promotorias de Justiça para identificar e aplicar as medidas de proteção necessárias aos casos respectivos, além de auxiliar na formulação de políticas públicas adequadas para a atenção à saúde e ao direito à vida da população infanto-juvenil e de gestantes. Em 2006, o Centro de Apoio participou de diversas reuniões, alcançando o seguinte relatório:

Espécie	Quantidade
Notificações de crianças com desnutrição grave	100
Casos investigados de crianças com possível desnutrição grave	100
Casos confirmados de crianças com possível desnutrição grave	69
Casos descartados devido a causa secundária (patologia associada) ou por não obedecerem aos critérios de notificação	31
Óbitos informados	1

b.3) na oferta de medicamentos e suplementos alimentares para portadores de mucoviscidose, a disposição de medicamentos e suplementos alimentares aos portadores de fibrose cística ou mucoviscidose está legitimada pelo termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 12 de março de 1997. O referido termo obriga a Secretaria a fornecer, por sua Diretoria de Medicamentos Básicos, as exatas quantidades de medicamentos prescritas pelo médico da criança ou do adolescente portador da doença, observando, impreterivelmente, a continuidade do fornecimento. Assim, há o acompanhamento da execução do termo de ajustamento de conduta celebrado, prestando-se apoio operacional e fornecendo-se subsídios aos Órgãos de Execução para o ajuizamento das providências judiciais necessárias, nas hipóteses de descumprimento do pactuado, além do apoio a outros órgãos ou instituições, como a participação na reunião da Gerência de Doenças e Agravos da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, no dia 15 de março de 2006, cuja pauta foi o Plano de Ações das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANTS) e reconhecimento do evento do dia 6 de setembro na Capital, organizado pela Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico, com a realização de reunião para destacar que, em eventual descumprimento do compromisso por parte da Secretaria de Estado da Saúde, a Associação Catarinense de Assistência ao Mucoviscidótico deverá acionar o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, incumbido da defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, conforme dispõe a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que adotará as medidas judiciais coletivas ou individuais, de cunho civil, nos termos ajustados.

b.4) no combate à exploração sexual infanto-juvenil, eleito como prioridade institucional no PGA, as ações também vêm sendo desenvolvidas por meio do apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, desde a sua criação em 1998, o CIJ continuou desenvolvendo as suas atividades, com destaque para a realização de diversas campanhas em conjunto com aquela Entidade, como também com relação ao Disque-Denúncia 100 - antigo 0800 99 0500, serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes -, além da recepção, o serviço pretende acompanhar, monitorar, avaliar as denúncias e remetê-las para que sejam apuradas e seja feito o atendimento das vítimas, possi-

bilitando o encaminhamento às Promotorias de Justiça e aos Conselhos Tutelares de 325 denúncias, sendo 72 de abuso sexual, de 65 exploração sexual e 188 de maus-tratos, somente em 2006.

b.5) Instauração do Inquérito Civil 001/06/CIJ, conforme Portaria n. 546, de 17 de fevereiro de 2006, nesta Procuradoria-Geral de Justiça, de âmbito estadual, para apurar as denúncias de maus-tratos, superlotação, insuficiência de vagas e o desvio de finalidade dos Centros de Internação Provisória e Centros de Educação Regional responsáveis pela execução da medida sócio-educativa de internação imposta aos adolescentes autores de atos infracionais, desenvolvendo, além das atividades de investigação, por meio do levantamento de dados, a tabulação de todas as informações repassadas pelos Promotores de Justiça e demais órgãos, a fim de compor o relatório de diagnóstico das instituições no Estado para a análise das providências a serem adotadas e formação do banco de dados.

c) Atividades:

c.1) Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, por convocação do Coordenador-Geral do CIJ, para acompanhamento e deliberação das ações a serem desenvolvidas pelo CIJ na área de atuação respectiva bem como para discussão das temáticas enfrentadas no exercício da atividade diária das Promotorias de Justiça, especialmente acerca das ações a serem implementadas no Inquérito Civil 001/06/CIJ, no âmbito estadual, para apurar as irregularidades dos Centros de Internação Provisória e Centros de Educação Regional, conforme mencionado anteriormente.

c.2) Participação no Fórum Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal (FONCAIJ), no qual a Coordenadora do CIJ foi eleita Coordenadora-Geral em 2006.

c.3) Promoção do Curso de Capacitação dos Policiais Rodoviários Federais, atendendo ao compromisso assumido pelo Ministério Público na Cláusula Segunda do Termo Aditivo n. 001/2006 celebrado com a Polícia Rodoviária Federal, realizado nos dias 28 e 29 de março de 2006, o CIJ com o apoio do CEAF.

c.4) Participação no XXI Congresso da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, realizado nos dias 25 a 28 de maio de 2006, em Belo Horizonte/MG, cujo tema central foi “Direitos fundamentais das crianças e adolescentes: avanços e desafios”.

c.5) Continuidade dada às ações decorrentes do Protocolo de Intenções com a Fundação ABRINQ, cuja parceria visa a monitorar o cumprimento das ações previstas no Programa Prefeito Amigo da Criança.

c.6) Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária, em 23 de fevereiro de 2006, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos atos infracionais praticados por adolescentes no âmbito das rodovias federais, equivalentes aos crimes de menor potencial ofensivo de que tratam as Leis n. 9.099/95 e 10.259/01 e aqueles previstos na Lei n. 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (artigo 103, da Lei n. 8.069/90).

c.7) Participação no Projeto “Agente da Paz” da Associação dos Magistrados Catarinenses, um projeto de ação constituído pela Comissão Provisória Pró-Infância e Juventude e formada em parceria com o Poder Judiciário Estadual, Poder Legislativo Estadual, Poder Executivo Estadual, por meio de suas Secretarias Estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia, de Saúde e da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ministério Público Estadual, Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação Maurício Sirotsky (RBS), visando a fomentar espaços de articulação, reflexão, formação e implementação de ações voltadas à temática da cultura da paz, tendo como eixos norteadores as

concepções de cidadania, ética e justiça.

c.8) Parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e o Grupo RBS de Comunicação, renovada e fortalecida pelo seu compromisso na formatação e edição do Boletim Virtual de periodicidade mensal bem como pela Campanha de mídia do APOMT, com seu apoio e articulação.

Destaca-se também nessa parceria a participação na Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, uma iniciativa daquela Fundação, a partir do contexto da Campanha Institucional da RBS: “O Amor é a Melhor Herança, Cuide das Crianças”, contando também com o apoio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Os objetivos destes encontros são fomentar a mobilização social em prol da erradicação de maus-tratos a crianças e adolescentes, a celebração de compromissos e a formulação de respostas à sociedade.

Em Joinville, no dia 18 de novembro, aconteceu a 1ª Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegida contra a Violência e a Exploração Sexual Infanto-juvenil de 2006, que contou com a participação do Procurador de Justiça e Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do MPSC, Aurino Alves de Souza. As outras cinco jornadas regionais aconteceram em Lages (30.11), Chapecó (7.12), Itajaí (9.12), Criciúma (14.12) e Florianópolis (15.12), com a participação dos Promotores de Justiça.

c.9) Apoio às atividades da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT), dentre as quais se destacam: a participação do Coordenador-Geral na Abertura do Seminário Estadual e da Coordenadora na Sessão Especial de Apresentação dos Resultados dos 20 Seminários Regionais de Formação, nos dias 10 e 11 de maio respectivamente; o apoio às atividades de divulgação da entidade, com a expedição de etiquetas para as correspondências do Seminário Regional, e dos endereçamentos dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais, Dirigentes, Conselho Fiscal, Coordenadores Regionais e assessores de ACCT; Oficina “A Efetividade dos Programas APOMT e APÓIA no Atendimento em Rede da Criança e do Adolescente” no VII Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Rio do Sul, do dia 25 a 27 de outubro.

c.10) no Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, atendendo às necessidades dos órgãos de execução, foram implementadas ações visando à articulação com o Ministério Público do Trabalho, a Delegacia Regional do Trabalho e o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho em Santa Catarina para o desenvolvimento de atividades conjuntas para o combate ao trabalho infantil e a proteção do adolescente no trabalho. Em decorrência da parceria estabelecida, no dia 9 de junho de 2006, o apoio técnico do CIJ participou da Assembléia Ordinária. Também, por solicitação da Alice Nair Feiber Sonego Borner, Procuradora do Trabalho da 12ª Região, aconteceu, nos dias 17 e 18 de agosto, no auditório desta Procuradoria-Geral de Justiça, com a promoção do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho de Santa Catarina, o Encontro da Região Sul – Trabalho Infantil: Violação de Direitos Humanos. O referido evento foi de extrema relevância para a atuação funcional dos Promotores de Justiça e contou com a parceria do Centro de Apoio na divulgação em material impresso e na palestra proferida pela Coordenação.

c.11) Parceria para o oferecimento do Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos Afetos à Infância e Juventude, Idosos e Pessoas com Deficiência, com habilitação para o Magistério Superior, na Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e Federação Catarinense de Municípios (Fecam), inédito no Estado e com a modalidade de ensino a distância, mediante convênio viabilizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com o currículo do curso proposto pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) e pelo Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF), dirigido aos gradu-

ados na área de Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Filosofia e áreas afins. A pós-graduação visa a oferecer capacitação aos agentes que atuam no dia-a-dia na proteção e na defesa dos direitos de crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, sejam profissionais do Ministério Público, dos Governos do Estado e Municipais, da rede pública de saúde, da educação, da segurança, de organizações não-governamentais ou do público em geral, visto que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência representam mais de 60% da população brasileira.

c.12) Realização do Natal Solidário 2006, desenvolvido em parceria com a Assessoria Militar, visando, em síntese, a adotar os pedidos das crianças dirigidas ao Papai Noel, tendo sido agraciadas com presentes 128 crianças e adolescentes da comunidade, representadas pelo Conselho dos Moradores do Saco Grande II, cuja entrega foi efetuada no dia 16 de dezembro de 2006, em evento promovido na própria sede da comunidade.

c.13) Apoio ao Projeto Garuva, promovido pela Promotora de Justiça Priscila Linhares Albino, que recomenda a adequação do currículo do ano letivo de 2007 das escolas públicas do Município de Garuva, inserindo na grade de ensino aulas multidisciplinares que tratem de temas como Preservação do Meio Ambiente, Educação para o Trânsito e Educação Sexual. A iniciativa é resultado de uma Recomendação do Ministério Público, acatada pela Prefeitura de Garuva, Secretaria de Educação do Município e pelo Conselho Municipal de Educação. Também foram sugeridos outros assuntos: Prevenção do uso de drogas e afins, Prevenção à violência e indisciplina escolar, Ética e Cidadania, Respeito à pessoa com deficiência e populações vulnerabilizadas e o Estatuto da Criança e Adolescente e defesa dos direitos fundamentais. A disciplina criada para abordar tais assuntos terá, no mínimo, 45 minutos de duração e deverá ser acrescentada ao currículo, com aumento da carga horária das escolas.

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	223
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	10
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	169
Pesquisas realizadas	133
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	152
Palestras ministradas	17
Eventos promovidos	13
Participação em reuniões	121
Participação em audiências públicas	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	21
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	24
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	84
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.593
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.103
Pessoas atendidas (público externo)	194
Outras atividades de apoio	31
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	27

8.3.5.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do meio ambiente ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção aos recursos hídricos, da prevenção e repressão à poluição por resíduos sólidos, do saneamento básico, da ordem urbanística e da proteção atmosférica.

8.3.5.2 Proteção aos recursos hídricos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, mediante cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição bem como à proteção e à recuperação das matas ciliares.

8.3.5.3 Prevenção e repressão da poluição por resíduos sólidos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, buscando-se agregar ao Programa Lixo Nosso de Cada Dia, por meio de cooperação técnica e operacional entre os entes públicos e privados envolvidos, a regularização da destinação dos resíduos industriais e de serviços de saúde bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas degradadas, inclusive com vistas à prevenção de danos aos mananciais.

8.3.5.4 Saneamento básico

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, objetivando o aumento de sistemas individuais ou coletivos de tratamento e a superação dos problemas originários da destinação inadequada de esgotos sanitários, prevenindo eventuais danos à saúde da população e ao meio ambiente em todos os municípios de Santa Catarina.

8.3.5.5 Ordem urbanística

Implementação de ações tendo em vista a cooperação dos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na questão da organização dos espaços urbanos habitáveis, como pressuposto essencial para uma convivência social saudável e democrática, por meio da efetivação e adequação de planos diretores em todos os municípios catarinenses, conforme o disposto no Estatuto da Cidade, e, ainda, a proteção ao patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural.

8.3.5.6 Proteção atmosférica

Implementação de ações buscando a cooperação técnica e operacional dos órgãos públicos e privados, visando à redução da poluição atmosférica, por meio da execução, em todo o Estado de Santa Catarina, de programa destinado a equacionar as fontes poluentes originárias.

8.3.5.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na Tabela do item 8.3.5, foram realizadas as seguintes atividades, na área do meio ambiente, relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Água Limpa

Visa à proteção e recuperação das matas ciliares e dos mananciais de abastecimento público, com o propósito de reverter o quadro de degradação e poluição existente em todas as principais bacias hidrográficas do Estado.

Membros do MPSC envolvidos na área do Meio Ambiente	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111

a.2) Programa Lixo Nosso de Cada Dia

Articulação entre o Ministério Público, os órgãos de proteção ambiental e os 293 municípios catarinenses visando a trabalhar a educação ambiental, a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem ou outras formas de destinação adequada de resíduos sólidos, e a fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas em razão dos antigos depósitos a céu aberto.

a.3) Programa de Destinação das Embalagens de Agrotóxicos

Objetiva a criação de mecanismos para operacionalizar o cumprimento da legislação referente aos agrotóxicos, buscando uma articulação entre os órgãos e as entidades envolvidas, visando a organizar estruturas de apoio para a entrega, pelos agricultores, das embalagens de agrotóxicos, de preferência, triplice-lavadas, nas revendas ou nos postos de recebimento, com encaminhamento às centrais de recebimento e posterior destinação final, obtendo-se resultados como a instalação de 10 Postos e quatro Centrais de Recebimento de Embalagens, passando o número de embalagens vazias recolhidas no Estado de Santa Catarina de 5 toneladas, em 2001, para 30 toneladas, em 2002; 108,1, em 2003; 354,7, em 2004; 386,2, em 2005; e 481,5, em 2006, conforme dados fornecidos pelo sítio do Instituto Nacional de Processamento das Embalagens Vazias.

a.4) Programa de Exploração Florestal Sustentável

Visando à implementação de ações preventivas e corretivas destinadas à minimização dos problemas resultantes da falta de licenciamento ambiental das indústrias madeireiras e em face da aquisição, pelo comércio e pela indústria, de forma ilegal, de produtos vegetais originários de florestas nativas, além do desenfreado plantio de árvores exóticas (pinus/eucalipto).

a.5) Programa de Prevenção e Repressão à Poluição Atmosférica

Consiste em um conjunto de medidas que serão adotadas em parceria com os demais órgãos encarregados da proteção ambiental, para reduzir a poluição atmosférica produzida pelas atividades industriais, como já efetivado por intermédio de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas firmado em 2004, o Sindicato e Cooperativa representativa do setor das olarias e cerâmicas de revestimento do Sul do Estado, e pelas estações de rádio-base, consideradas potencialmente poluentes em razão da emissão de radiação eletromagnética não ionizante. O Programa pretende, além disso, estimular a edição de leis municipais regulamentando o licenciamento ambiental das estações de rádio-base.

b) Ações

b.1) na área do Programa Lixo Nosso de Cada Dia, foram apresentados os resultados da avaliação da disposição final dos resíduos sólidos, em 32 (trinta e dois) municípios situados em regiões hidrográficas do Estado de Santa Catarina, por conta do Protocolo de Intenções assinado com o Ministério Público em 4 de outubro de 2005, cuja coordenação e execução ficou sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES);

b.2) nas atividades integradas de piscicultura e suinocultura, no município de Agrolândia, ficou deliberada, em reunião de trabalho ocorrida em agosto de 2006, uma nova vistoria nas vinte e nove propriedades (licenciadas) e, ato contínuo, o encaminhamento de relatório detalhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, sob a responsabilidade da Fundação do Meio Ambiente, a fim de identificar os problemas impeditivos para o fornecimento da licença ambiental em algumas propriedades, dando o prazo de 15 (quinze) dias úteis para tanto. A partir desse relatório, será elaborada uma minuta de um novo Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, o qual será assinado individualmente por cada produtor, diretamente com a Promotoria de Justiça mencionada alhures;

b.3) foram iniciadas discussões com a finalidade de buscar a regularização das indústrias processadoras da raiz da mandioca, que geram efluentes com alto potencial poluidor, e esses não dispõem, ainda, de tratamento adequado, razão pela qual geralmente são depositados em tanques sem impermeabilização escavados no solo, provocando, com isso, a contaminação das águas subterrâneas. Foi criado um grupo de trabalho para elaboração de minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

b.4) na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, da atividade agrícola de fruticultura, considerada potencialmente causadora de degradação ambiental, com intuito de adequar as propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram estendidas e mantidas as ações em toda a Região de São Joaquim e Fraiburgo, abrangendo todos os locais onde há o cultivo da maçã, com a assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

b.5) na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, da atividade agrícola de orizicultura, considerada potencialmente causadora de degradação ambiental, com intuito de adequar as propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, foram firmados Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas – 2ª etapa, visando a dar continuidade as ações;

b.6) na área da suinocultura, procurou-se desenvolver ações para mitigar, por meio de ações concretas, a poluição causada pela atividade suinícola na região do Alto Uruguai Catarinense, visando a regularizar as propriedades por meio de licenciamento ambiental, formalizado a partir de um plano de viabilização elaborado com apoio de um comitê gestor e do setor de agroindústria, obtendo-se resultados positivos, razão pela qual por intermédio da assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas, foram estendidas as ações relacionadas a atividade nas regiões de abrangência das Associações de Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP e AMMOC) e do Extremo Oeste (AMERIOS E AMEOSC);

b.7) na área da avicultura de corte, em razão de solicitação do próprio setor produtivo, foram iniciadas discussões que visam à regularização da atividade no Estado de Santa Catarina, tendo em vista que parte das instalações físicas para criação de aves das propriedades encontram-se em desconformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes, conforme demonstra um *Relatório de Vistoria a campo da Fundação do Meio Ambiente*. Como projeto-piloto, serão iniciadas as ações de adequação das propriedades situadas na região de abrangência da Grande Florianópolis, por intermédio de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

b.8) vislumbrou-se a premente necessidade de buscar articulação entre órgãos e empresas, visando a ações integradas que possibilitem a regulamentação das atividades do setor de base florestal em Santa Catarina, com implementação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA), disciplinando a recomposição da vegetação em áreas já ocupadas com plantio de vegetação exótica (pinus/eucalipto), as quais serão revertidas à vegetação original, conforme medidas que serão previstas no PRA, obtendo resultados como a conclusão da Fase I do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Para tanto, foi realizada uma articulação com a Assessoria Técnica Ambiental, grupo esse formado por professores e alunos do curso de pós-graduação em Engenharia e Gestão de Conhecimento, especificamente com o Núcleo de Gestão da Sustentabilidade da UFSC, objetivando a análise das propostas de Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas remetidas ao CME pelas principais reflorestadoras do Estado;

b.9) nas atividades que envolvem as indústrias de cerâmica vermelha e de revestimento foi firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas ante a constatação da urgente necessidade de buscar a preservação dos cursos d'água e demais áreas ambientalmente protegidas,

com a disciplina e adequação legal do uso do solo nas jazidas de extração de argila; a recuperação dos passivos ambientais, consubstanciados nas cavas de extração a céu aberto, verdadeiros focos de criação de mosquitos e outros insetos nocivos à saúde, além de representar perigo para a segurança das pessoas que transitam ou residem nas áreas circunvizinhas; e o controle das emissões atmosféricas, em função das inversões térmicas que ocorrem principalmente, na época de inverno na região de maior influência, com conseqüências danosas à saúde da população local; dando-se continuidade às referidas ações, foi firmado Termo Aditivo de Retificação e Ratificação, com intuito de ajustar o Termo inicial às questões técnicas que surgiram ao longo das discussões de avaliação das condicionantes do compromisso firmado;

b.10) no que tange às atividades que envolvem a ordem urbanística, especialmente em relação à elaboração dos Planos Diretores, foi sugerida aos Promotores de Justiça a expedição de Recomendação (minuta elaborada pelo Centro de Apoio Operacional) aos Prefeitos Municipais, objetivando em síntese que esses elaborassem o Plano Diretor dos seus Municípios, de forma democrática e participativa, resultando num esforço conjunto do município e da sociedade; e

b.11) Inquérito Civil sobre Saneamento: o Ministério Público firmou Termo de Cooperação Técnica com órgãos públicos e entidades civis, com a finalidade de implementar ações integradas que possibilitem melhorar o índice de atendimento à população urbana com serviços adequados de esgotamento sanitário, e listou medidas que deverão ser implementadas em curto, médio e longo prazo, por bacia hidrográfica, para reverter o quadro estampado no diagnóstico, cujos números apontam que 195 (66,55%) dos municípios catarinenses não possuem rede coletora. Em cumprimento ao teor do Termo de Cooperação Técnica, foi apresentado Cronograma do Plano de Trabalho, tendo sido cumprida a primeira etapa que está consubstanciada na apresentação do Relatório Parcial I, cujo objetivo é diagnosticar a situação existente nos sistemas de tratamento de esgoto em operação. Com o despacho conclusivo do Procurador-Geral de Justiça, foram desmembrados os anexos do Inquérito Civil e endereçados aos Senhores Promotores de Justiça com atribuições na área ambiental, de início, para as Comarcas cujos municípios integram a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí – Região Hidrográfica 7, com jurisdição em 20 comarcas do Estado de Santa Catarina. Outrossim, vale salientar que uma das metas do Ministério Público, é implantar, no prazo máximo de dois anos, Planos Diretores de Saneamento Básico em todos os municípios catarinenses.

c) Ações:

c.1) com intuito de dar continuidade às ações previstas no Programa de Prevenção de Delitos e Danos Ambientais e tendo em vista o transcurso de tempo desde a sua implementação, foi firmado Convênio para a destinação de recursos arrecadados em transações penais e em condenações por crimes ambientais, assinado, no dia 12 de dezembro de 2006, entre o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME), e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por intermédio da Polícia Militar. O Convênio n. 009/2006 revoga e substitui o Termo de Cooperação Técnica n. 002/99, do Programa já mencionado. O novo Convênio mantém a essência do anterior, que prevê a aplicação dos recursos arrecadados na proteção do meio ambiente, traz como mudanças a criação de uma conta específica para depósito dos recursos e prevê a prestação de contas da Polícia Militar de Proteção Ambiental. Também estabelece como prioridade para a aplicação dos valores a Comarca onde ocorreu o delito e que originou a arrecadação, possibilitando seu retorno por meio de investimentos nos Pelotões e Grupos da Polícia Ambiental da região de abrangência. O objetivo é melhorar a infra-estrutura técnica e de pessoal da corporação para a prevenção e repressão dos crimes e das infrações ao meio ambiente. O Convênio prevê que a Polícia Militar Ambiental deverá ainda oferecer seminários de orientação aos policiais sobre infrações penais ambientais. Já o Ministério Público deverá priorizar a pena de prestação pecuniária nas propostas de transação penal, nos pedidos de condenação por crime ambiental e nas medidas compensatórias que forem estabelecidas em termos de ajustamento de conduta.

c.2) realizou-se o Seminário “A Resolução Conama 369/2006 e sua repercussão em face dos Planos Diretores”, visando a definir estratégias comuns de atuação com o propósito de dar maior eficácia ao trabalho do Ministério Público em relação às áreas de preservação permanentes no perímetro urbano, identificando parcerias e prioridades de atuação para proteção dessas áreas e avaliando a atuação do Ministério Público e dos Comitês de Bacia Hidrográfica na sua proteção. Foi organizado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e da Associação Catarinense do Ministério Público.

c.3) o Procurador-Geral de Justiça foi agraciado com o Troféu Fritz Müller, da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), pela condução das diversas ações da Instituição voltadas à preservação do meio ambiente, em especial pelo desenvolvimento e pelos resultados dos Programas Lixo Nosso de Cada Dia e de Destinação das Embalagens de Agrotóxicos, colocados em prática em conjunto com diversos parceiros, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e implementado pelos Promotores de Justiça.

Programa Lixo Nosso de Cada Dia		
Resultados	Maio 2001	Outubro 2006
Municípios Adequados	37 (12,6%)	256 (87,4%)
Municípios Inadequados	256 (87,4%)	37 (12,6%)

Programa de Destinação das Embalagens de Agrotóxicos					
Recolhimento de embalagens*	2002	2003	2004	2005	2006
Quantidade (em toneladas)	30,2 T	108,1 T	354,7 T	386,2 T	481,5 T

*Fonte: Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV)

c.4) Foi firmado Protocolo de Intenções entre o Ministério Público de Santa Catarina, por intermédio do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, e a Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio do Centro de Ciências Jurídicas, celebrado no dia 21 de setembro de 2006, implementando o projeto desenvolvido pela referida Universidade, denominado “Assistência Judiciária Gratuita às ONGs Carentes para a Tutela Jurisdicional Ambiental”, e o Ministério Público passará a prestar informações e orientação aos acadêmicos do Curso de Direito que atuam no Escritório Modelo de Assistência Judiciária (EMAJ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A iniciativa decorre das prioridades definidas nos programas institucionais e dos programas e das ações previstos no Plano Geral de Atuação (PGA) do MPSC.

8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	274
Pesquisas realizadas	64
Palestras ministradas	10
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	141
Participação em audiências públicas	27
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	15
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	12

Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	859
Ofícios, e-mails e fax expedidos	5.056
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.525
Pessoas atendidas (público externo)	198
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	34

8.3.6.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do consumidor ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção da saúde e segurança do consumidor, do serviço de atendimento ao consumidor e da qualidade dos produtos e serviços.

8.3.6.2 Proteção da saúde e da segurança do consumidor

Deu-se continuidade a ações que visem a resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos, com ênfase nos casos relativos à qualidade da água tratada; alimentos contaminados pelo uso inadequado ou ilegal de substâncias agrotóxicas; produtos de origem animal não inspecionados bem como de serviços, especialmente os de lazer, compreendendo a aferição das condições de segurança de estádios, ginásios de esportes, cinemas, teatros e outros.

8.3.6.3 Ampliação do serviço de atendimento ao consumidor

Deu-se continuidade a ações que visem a incentivar a instalação de serviços de proteção ao consumidor (Procons) nos Municípios catarinenses, a fim de possibilitar ao consumidor a defesa extrajudicial e judicial de seus direitos, minorando suas angústias, reduzindo os níveis dos conflitos e contribuindo para a paz social bem como visando a ampliar os serviços de vigilância sanitária estadual e municipais.

8.3.6.4 Qualidade de produtos e serviços

Implementação de ações visando a coibir a venda de produtos e a prestação de serviços com vícios de qualidade ou quantidade, os quais afrontam direitos básicos do consumidor, inclusive a adulteração de combustíveis automotivos e a comercialização de produtos e serviços da construção civil em desacordo com os padrões técnicos exigidos.

8.3.6.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na Tabela do item 8.3.6, foram realizadas as seguintes atividades na área do consumidor relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Proteção Jurídico-Sanitário de Consumidores de Produtos de Origem Animal

Articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia, existente desde outubro de 1999, com vistas a uma efetiva repressão à produção e à comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo, promovendo-se as seguintes ações: a Federação Catarinense dos Municípios e o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) organizaram uma série de audiências públicas com o tema “A Segurança Sanitária e a Defesa do Consumidor”. Foram realizadas 12 audiências públicas, divididas em três ciclos, a

Membros do MPSC envolvidos na área do Consumidor	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	110

fim que todos os municípios catarinenses, por meio de seus representantes, pudessem discutir as dificuldades para implantar os programas de vigilância sanitária e de defesa do consumidor. Técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentaram aos participantes os procedimentos para adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). O Sistema unificará os serviços de inspeção federal, estadual e municipal. Em parceria com Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Diretoria de Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), Secretaria de Estado da Fazenda e Polícia Militar, após aprovação pelo Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, foi realizado roteiro de fiscalização de produtos de origem animal, que passou a ser rotina tanto dos órgãos parceiro quanto às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. A partir do mês de junho, foram feitas 23 fiscalizações, abrangendo 24 municípios, sob a coordenação das respectivas Promotorias de Justiça. As ações resultaram na apreensão de 117.258,02kg de produtos impróprios ao consumo. Se nos basearmos na recomendação nutricional de que um indivíduo adulto deve consumir diariamente 80 gramas de proteína, conclui-se que a apreensão de 117 toneladas de produtos de origem animal impediram que 1.465.725 pessoas consumissem produtos impróprios. Por fim, ficou estabelecido o cronograma para as fiscalizações em 2007.

a.2) Programa Combustível Legal

Objetiva o aperfeiçoamento da articulação já existente entre o Ministério Público e as entidades públicas e privadas para efetiva repressão às irregularidades na produção e comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina, promovendo-se as seguintes ações: gerenciamento das informações prestadas pela Agência Nacional de Petróleo acerca dos índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis; coleta de combustível para análise e remessa dos laudos aos Promotores de Justiça do Estado, totalizando 360 coletas (30 por mês); comunicação aos Promotores de Justiça dos postos de combustível que comercializam de marca diversa da bandeira ostentada no estabelecimento; e controle e providências com relação ao cumprimento dos termos de ajustamento de conduta firmados pelas Promotorias de Justiça do Estado quanto à qualidade dos combustíveis (coletas e análises mensais).

a.3) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat

Objetiva o estabelecimento de parceria institucional visando à proteção aos cidadãos e à sociedade, em atendimento à proposta do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), promovendo-se as seguintes ações: recebimento de autos de constatação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) referentes a irregularidades eventualmente encontradas em tijolos cerâmicos; encaminhamento das fichas com irregularidades às respectivas Promotorias de Justiça das Comarcas onde se situam os fabricantes, revendedores ou proprietários da obra, com o fim de diligenciar e, conforme o caso, firmar termo de ajustamento de conduta, ou mesmo ajuizar ação competente; e tratativas com o Tribunal de Contas do Estado, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, para que se tracem diretrizes para aquisição de bens pela Administração Pública, com observância das normas técnicas. Foram realizadas 7 audiências públicas com o setor de cerâmica vermelha, divididas nas regiões de Tijucas, Mafra, Itajaí, Morro da Fumaça, Chapecó, Capinzal e Rio do Sul, com posterior auxílio do CCO às Promotorias de Tijucas, São João Batista, Urussanga, Jaguaruna, Braço do Norte, Içara, Mafra, Capinzal, Rio do Sul, Timbó e Trombudo Central, totalizando 352 Termos de Ajustamento de Conduta. Em dezembro de 2006, foram emitidas requisições aos ceramistas que assumiram compromisso, a fim de que apresentassem os ensaios laboratoriais comprovando que seus produtos estão de acordo com as normas técnicas. No setor de artefatos de cimento, foram realizadas 8 audiências públicas divididas nas regiões da Grande Florianópolis, Criciúma, Joinville, Canoinhas, Blumenau, Joaçaba, Chapecó e Lages, resultando no compromisso de 43 empresas de artefatos de cimento na adequação de seus produtos às normas legais.

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil Estadual n. 003, de 9 de setembro de 2004, para a apuração dos fatos e das responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água, realizaram-se as seguintes ações: no III Encontro dos Promotores de Justiça de Defesa do Consumidor de Santa Catarina, foi realizada palestra por representante do Laboratório Central (LACEN) sobre as exigências da Portaria n. 518/2004 e apresentado o relatório final do IC n. 003/04. Após, foram remetidas as peças pertinentes a cada município às Promotorias de Justiça do Consumidor, com o respectivo material de apoio. Foi expedida recomendação à Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) bem como aos 209 municípios atendidos por essa empresa concessionária. Por fim, foi realizado levantamento dos laboratórios aptos a atender os exames exigidos pela Portaria n. 518/2004;

b.2) no Projeto para Fomentar Órgãos Municipais de Defesa dos Consumidores (Procons), desenvolvido desde 2000, para propiciar a articulação necessária entre o Ministério Público, a Secretaria de Justiça e Cidadania e os Municípios na implantação desses órgãos municipais, oferecendo-se os mecanismos que podem promover a defesa dos direitos dos consumidores, realizaram-se as seguintes ações: por meio das associações de municípios catarinenses, foi entregue material de apoio aos chefes do Poder Executivo Municipal para a instalação de órgão de defesa dos consumidores. Além disso, foram realizadas audiências públicas, em todo o Estado, ressaltando a importância da criação do órgão nos municípios, para a efetiva proteção dos consumidores.

c) Atividades:

c.1) na instauração de Procedimento Administrativo Preliminar n. 01/05, de 25 de maio de 2005, sobre a utilização de gordura *trans* em produtos alimentícios, realizaram-se as seguintes ações: todos os Procons foram orientados a realizar fiscalizações nos produtos industrializados, dando por encerradas as medidas a serem tomadas pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor.

c.2) em expediente de apoio n. 51/2005, de 2 de setembro de 2005, sobre a adequação de copos plásticos às normas da ABNT (NBR 14.865), realizaram-se as seguintes ações: em reunião realizada pelo Centro de Apoio Operacional, representando as Promotorias de Justiça envolvidas na questão, com os fabricantes de descartáveis compromissários do termo de ajustamento, ficou acordada a doação de valores ao Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO – Superintendência de Santa Catarina Instituto em Santa Catarina e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, em função do descumprimento de termo de ajustamento de conduta celebrado anteriormente. Com a doação, o INMETRO adquirirá equipamentos técnicos e de informática, além de um veículo para uso em suas atividades de fiscalização.

c.3) em expediente de apoio n. 56/05, de 18 de outubro de 2005, sobre o funcionamento de estabelecimentos denominados *drugstores* e expediente de apoio n. 053/05, de 30 de julho de 2005, sobre a troca de medicamento prescrito por outro similar, realizaram-se as seguintes ações: no dia 25 de julho, foi assinado o Aditivo n. 001/2006 ao Convênio de Cooperação Técnica já existente entre o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Saúde, para a promoção da saúde dos consumidores nas áreas de atuação da Coordenadoria de Saúde Pública e das Vigilâncias Sanitárias do Estado e dos Municípios (Convênio de Cooperação Técnica n. 021/2002). O Conselho Regional de Farmácia (CRF) foi integrado ao Convênio, de forma que possam ser intensificadas ações articuladas de proteção aos consumidores de medicamentos no Estado.

c.4) realização do III Encontro dos Promotores de Justiça de Defesa do Consumidor de Santa Catarina: o evento foi realizado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO), com apoio da Procuradoria Geral de Justiça, do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina e da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), e, visou discutir no âmbito da Instituição assuntos relacionados ao Plano Geral de Atuação e temas atuais na defesa do consumidor, objetivando a integração entre Procuradores e Promotores de Justiça.

c.5) em expediente de apoio n. 61/06, de 27 de setembro de 2006, sobre transporte coletivo intermunicipal, realizaram-se as seguintes ações: foram expedidas requisições aos órgãos correlatos para se verificarem irregularidades no transporte intermunicipal de passageiros.

c.6) em expediente de apoio n. 67/06, de 22 de maio de 2006, sobre o tráfico de substâncias entorpecentes, por meio de transporte rodoviário interestadual, realizaram-se as seguintes ações: foram expedidas recomendações às empresas responsáveis pelo transporte interestadual de passageiros, para o cumprimento da Resolução n. 18, de 23 de maio de 2002, e da Resolução n. 1.432, de 26 de abril de 2006, ambas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tratam, respectivamente, da identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário interestadual e dos procedimentos para o transporte de bagagens e encomendas nos ônibus utilizados nos serviços de transporte interestadual e internacional, em razão de suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes promovido por adolescentes.

c.7) em expediente de apoio n. 66/06, de 23 de novembro de 2006, sobre a responsabilidade técnica das empresas produtoras e/ou transformadoras de produtos de origem animal que possuem Serviço de Inspeção Sanitária, realizaram-se as seguintes ações: levantamento das empresas em atividade e os responsáveis técnicos registrados perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina. Esse levantamento embasou os ciclos de audiências públicas “A Segurança Sanitária e a Defesa do Consumidor”.

c.8) em expediente de apoio n. 19/03, de 21 de agosto de 2003, sobre ações de vigilância sanitária, realizaram-se as seguintes ações: para se diagnosticarem os serviços de vigilância sanitária municipal, foi realizado levantamento das capacitações pela Vigilância Sanitária Estadual (VISA), dos fiscais treinados pela VISA e dos fiscais atuantes em vigilância sanitária e o número total de recursos repassados pela VISA (especificando-se os recursos para ações de baixa, média e alta complexidades). Esse levantamento embasou a apresentação do relatório final do Inquérito Civil n. 003/2004 e os ciclos de audiências públicas “A Segurança Sanitária e a Defesa do Consumidor”.

8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	1.213
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	294
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	1.214
Pesquisas realizadas	241
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	142
Palestras ministradas	11
Eventos promovidos	2
Participação em reuniões	115
Participação em audiências públicas	6
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	52
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	84
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	17
Ofícios, e-mails e fax expedidos	4.079
Ofícios, e-mails e fax recebidos	5.613
Pessoas atendidas (público externo)	1.747
Outras atividades de apoio	1.463
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	6

8.3.7.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da cidadania e fundações ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção à saúde, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos e na orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas e fundações privadas.

8.3.7.2 Proteção à saúde

Deu-se continuidade às ações que visam a garantir ao cidadão o acesso universal, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde bem como a erradicação da cobrança indevida por serviços prestados no âmbito do SUS.

8.3.7.3 Proteção às pessoas portadoras de deficiências

Deu-se continuidade às ações visando a fiscalizar e fazer cumprir os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de proteção e garantia de acesso, por parte das pessoas portadoras de deficiências, aos edifícios, aos equipamentos públicos e aos meios de transporte coletivo bem como a garantir o acesso dessas pessoas a rede regular de ensino.

8.3.7.4 Proteção aos idosos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, visando a zelar pela correta aplicação das normas relativas ao idoso, evitando a ocorrência de abusos e lesões a seus direitos e contribuindo com o seu bem-estar, especialmente por meio de vistorias em entidades asilares e de ações articuladas com outros organismos e instituições.

8.3.7.5 Orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas

Deu-se continuidade ao Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas, realizando visitas do Ministério Público, em conjunto com outros órgãos públicos ou instituições privadas afins (Vigilância Sanitária Estadual, Corpo de Bombeiros, Conselho Estadual de Entorpecentes e representantes das Comunidades Terapêuticas situadas no Estado), aos locais que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, visando orientar e dotar a instituição de critérios mínimos para o funcionamento desses serviços, notadamente no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, ao espaço para atividades, à rotina de funcionamento e tratamento, etc.

8.3.7.6 Fiscalização das fundações

Deu-se continuidade ao Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações Privadas, visando a formar e atualizar o cadastro de fundações particulares existentes em Santa Catarina e padronizar suas prestações de contas, de modo a tornar mais eficaz e efetiva a fiscalização legalmente atribuída ao Ministério Público, por intermédio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), bem como disciplinar a instituição e a promoção de alterações estatutárias.

8.3.7.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.7, foram realizadas as seguintes atividades na área da cidadania e fundações relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

Membros do MPSC envolvidos na área de Cidadania e Fundações	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Abusividade de Cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetiva reprimir abusos na cobrança por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas à garantia de acesso universal, igualitário, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão catarinense. O programa também possibilita uma visão estatística sobre as demandas dirigidas às Promotorias de Justiça, especialmente pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde.

a.2) Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias

Objetiva proteger as pessoas portadoras de transtornos psíquicos de eventuais abusos e fiscalizar as internações psiquiátricas involuntárias, nos termos da Lei Federal n. 10.216/2001. Nesse programa, realizaram-se 8 reuniões da comissão revisora das internações psiquiátricas involuntárias, no CCF, nas quais foram analisadas comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações e, nas hipóteses de descumprimento das recomendações, nos preenchimentos dessas, foram requisitadas informações. Com o objetivo de viabilizar o preenchimento das comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações via *Internet*, criou-se o Cadastro de Internações Psiquiátricas Involuntárias (CIPI), sistema este que, após a realização de convênio entre o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Saúde, possibilitará com que hospitais psiquiátricos ou hospitais com leito destinado a internação psiquiátrica acessem o respectivo banco de dados cadastral com o objetivo de alimentá-lo ou apenas visualizá-lo. O sistema acima citado também permitirá que o Promotor de Justiça da comarca onde haja internações psiquiátricas involuntárias faça, dentre outras ações, notificações ao hospital ou mesmo requerimentos de auxílio à Comissão Revisora a fim de que seja sanada alguma dúvida porventura existente acerca do processo de internação.

a.3) Programa de Vistoria a Entidades Asilares

Objetiva coordenar as ações de fiscalização nos estabelecimentos que abriguem as pessoas idosas em regime asilar, o qual está em fase de execução avançada. O CCF está acompanhando as ações desencadeadas nas Promotorias de Justiça a partir das vistorias realizadas desde o segundo semestre de 2005.

a.4) Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações

Objetiva gerenciar o Banco de Dados de Fundações, criado pelo Ato n. 00059/MP/2002, que normatizou e padronizou a forma de prestação de contas anual das fundações privadas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina. O Programa utiliza sistema informatizado elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominado Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP).

a.5) Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nos Prédios Públicos

Objetiva promover a adequação, mediante a supressão de barreiras e obstáculos dos prédios públicos estaduais e municipais, de modo a garantir a livre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. O Programa está em fase inicial de implantação. Está em curso na Capital, sob a condução da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, a experiência-piloto. A fase seguinte será a interiorização do programa às demais Promotorias de Justiça da cidadania.

a.6) Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas

Objetiva, inicialmente, a realização de vistorias pelo Ministério Público, em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual - eventualmente com a Municipal -, Corpo de Bombeiros Militar (CBMSC), Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola

de Santa Catarina (CIDASC), em estabelecimentos que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (Comunidades Terapêuticas), com o objetivo principal de fazer com que tais estabelecimentos exerçam suas atividades em consonância com as normas contidas na Resolução RDC n. 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, ao espaço para atividades e às rotinas de funcionamento e tratamento. Durante o ano de 2006, foram vistoriados quatro estabelecimentos situados em Florianópolis; dois, em Biguaçu; nove, em Itajaí; um, em Palhoça; cinco, em Paulo Lopes; e um, em Vidal Ramos. Até o presente, com a finalidade de sanar as irregularidades constatadas durante as vistorias, foram firmados Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) nas Comarcas de Criciúma (Comunidade Terapêutica Desafio Jovem); Gaspar (Novo Rumo Casa de Recuperação e Centro de Reabilitação Jovens Livres), Lages (Sociedade Paranaense da Divina Providência) e Treviso (Casa de Recuperação o Bom Samaritano). Ao todo, 74 estabelecimentos localizados nas mais diversas regiões do Estado já foram vistoriados. No decorrer do ano de 2007, dar-se-á continuidade ao trabalho de identificação daquelas Comunidades Terapêuticas porventura ainda não conhecidas, tomando-se como base as informações obtidas no CONEN e na Vigilância Sanitária Estadual e aquelas recebidas pelo Ministério Público provenientes de outros órgãos públicos ou mesmo de cidadãos residentes em municípios onde se situam aqueles estabelecimentos.

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil n. 001/2004, de âmbito estadual, objetiva apurar o cumprimento da carga horária dos médicos e odontólogos da rede pública municipal e estadual e dos contratados para o Programa de Saúde Familiar (PSF). Em virtude do controle e fiscalização, por parte do CCF, das medidas adotadas pelos Promotores de Justiça das Comarcas do Estado, na fase atual, pode-se atestar que, durante o ano de 2006, foram firmados 242 Termos de Ajustamento de Conduta pelos municípios do Estado; 2 municípios promoveram o arquivamento direto pelo fato de estarem com a situação regularizada e, em 9 municípios, o Ministério Público teve de intentar Ações Cíveis Públicas em virtude do fato de aqueles não terem aceitado as condições do Termo de Ajustamento de Conduta anteriormente proposto. A sociedade tem sido informada sobre os dados obtidos até o momento.

b.2) Bombeiros Voluntários: Realizaram-se reuniões com representantes da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, do Corpo de Bombeiros Militares, da Agência Reguladora de Serviços Públicos (AGESC), da Associação Catarinense de Bombeiros Voluntários (ABVESC) e da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários (FECABOM) com o objetivo de se estabelecerem critérios técnicos e jurídicos para a instalação, atuação e certificação das entidades de Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina. Os debates tiveram como objetivo a criação de um marco legal a fim de disciplinar os critérios acima mencionados, o que culminou com a elaboração de uma proposta de alteração da redação do artigo 109, §2º da Constituição Estadual. Nessa proposta consta que a lei deverá estabelecer, dentre outros aspectos, os limites de atuação por parte dos Bombeiros Voluntários, critérios para obtenção de registro das entidades supracitadas no órgão Estadual competente e a forma como elas serão fiscalizadas.

8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

O Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	65
Pesquisas realizadas	52
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	4
Palestras ministradas	1

Participação em reuniões	6
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	4
Ofícios, e-mails e fax expedidos	103
Ofícios, e-mails e fax recebidos	84
Pessoas atendidas (público externo)	33
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	4

8.3.8.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do controle de constitucionalidade ocorreu de modo a dar continuidade a ações que visam à harmonização das atividades dos diversos órgãos de execução do Ministério Público, no que tange ao aforamento das ações diretas de inconstitucionalidade, estimulando-os, a partir do exercício ordenado e sistemático do controle concentrado de constitucionalidade, a manter os ordenamentos jurídicos municipais e estaduais dentro dos parâmetros definidos pelos princípios e pelas normas constitucionais.

8.3.8.2 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.8, foram realizadas as seguintes atividades na área do controle de constitucionalidade relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

Membros do MPSC envolvidos na área do Controle de Constitucionalidade	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	1
Promotor de Justiça	110

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Criação Ilegal de Cargos Comissionados

Consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais que têm criado cargos comissionados com violação aos princípios do prévio concurso, da moralidade, da eficiência e da razoabilidade, através de levantamento da ordem normativa municipal para detectar qual ou quais leis apresentam referida anomalia.

a.2) Programa de Controle Integrado de Leis Municipais Instituidoras de Conselhos

Consiste em estimular e integrar o controle de constitucionalidade das leis municipais que têm instituído conselhos municipais, de cujo órgão colegiado prevêem a participação de membros do Ministério Público estadual, com atribuições estranhas às suas funções constitucionais e estatutárias.

a.3) Programa de Controle de Leis Municipais com Prerrogativas de Concessões ou Permissões de Transportes Coletivos

O Programa consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais que instituem ou prorrogam concessões e permissões de transportes coletivos de passageiros com violação aos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da prévia licitação.

a.4) Programa de Controle de Leis Municipais Modificadoras de Plano Diretor

O Programa consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais que têm o fito de, com a cobiça e o consumismo econômico da construção civil (maior fonte econômica da região costeira do nosso Estado), beneficiarem tal seguimento em detrimento da coletividade, da qualidade de vida e do bem-estar da população que usufrui dos recursos das cidades balneárias.

a.5) Programa de Combate à Progressão Ilegal de Servidores Públicos

O Programa consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais e estaduais que têm possibilitado a investidura derivada em cargos públicos, por meio de sua transformação, em flagrante incompatibilidade com os princípios do prévio concurso e da moralidade administrativa.

b) Ações: Projeto Constituição Estadual Anotada

Visa a organizar o texto constitucional catarinense, anotando e comentando aqueles artigos mais utilizados na feitura de ações diretas de inconstitucionalidade pelo CECCON, relacionando a eles decisões atualizadas do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para fomentar um maior controle da constitucionalidade das leis nos Municípios.

8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais

O Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	156
Ofícios expedidos	1127
Ofícios recebidos	841

Nas atividades de persecução criminal do Ministério Público, além das atividades de apoio prestadas aos Promotores de Justiça conforme dados da tabela acima, o Centro de Apoio Operacional realizou inúmeras tarefas, seja na deflagração de operações, seja na participação conjunta com os Promotores de Justiça em investigações que, em face da necessidade de manter-se sigilo, não podem ser divulgadas.

8.3.10 Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral

O Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	54
Atos de apoio realizados a órgãos de 2ª grau	1
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	23
Pesquisas realizadas	72
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	44
Palestras ministradas	6
Eventos promovidos	1
Participação em reuniões	15
Participação em audiências públicas	1
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	22
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	9
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	4
Ofícios, e-mails e fax expedidos	174
Ofícios, e-mails e fax recebidos	153
Pessoas atendidas (público externo)	95
Outras atividades de apoio	19
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	28

8.3.10.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área cível e eleitoral teve como prioridade o atendimento aos feitos da família, envolvendo interesse de incapazes, aos feitos relacionados a falências e recuperação de empresas, aos feitos relacionados à aquisição coletiva da posse, aos feitos relacionados à fazenda pública, sobretudo visando à repressão de atos de improbidade administrativa e do abuso do poder econômico e político, com a observância à racionalização da intervenção do Ministério Público como *custos legis*.

8.3.10.2 Atividades realizadas

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.10, foram realizadas algumas atividades na área cível e eleitoral relacionadas com o Plano Geral de Atuação, com destaque para o elevado número de respostas as pesquisas formuladas na área eleitoral pelos órgãos de execução e a participação em programas, palestras e entrevistas concedidas à imprensa, instituições universitárias e órgãos públicos.

Membros do MPSC envolvidos nas áreas Cível e Eleitoral	
Órgão de Execução	Quantidade
Promotor de Justiça	177

8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Os cursos e eventos promovidos diretamente pelo CEAF foram os seguintes:

Ato realizado	Quantidade		
Apoios operacionais oferecidos a eventos promovidos diretamente por outros órgãos internos e externos	4		
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	31		
Expedição de certidões e certificados	1343		
Realização de estudos e pesquisas diversas sobre questões jurídicas e institucionais	2		
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	29		
Elaboração de minutas para publicações diversas	2		
Pesquisa e elaboração de textos acerca da história do MPSC	1		
Eventos realizados	Participantes	Período	Carga horária
Visita de estudantes da UNIVALI	40	23/2	2
Visita de estudantes da UNIDAVI	27	6/3	2
Visita de estudantes da UNIPLAC	33	15/3	2
Curso de Capacitação para Prevenção e Combate ao Crime de Lavagem de Dinheiro	112	23 e 24/3	14
Visita de estudantes da UNIVALI	44	28/3	2
Curso de Acompanhamento e Fiscalização da Política Municipal de Atendimento – Orçamento e Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	66	7 e 8/4	12
Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa (Tubarão) – módulos I, II e III	15	21,22,28 e 29/4 e 19 e 20/5	36
Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa (Florianópolis) – módulos I, II e III	42	8, 9, 10, 11, 12 e 16/05 e 5, 6, 7, 8, 9 e 12/6	36
Curso de Aperfeiçoamento em Língua Portuguesa, destinado exclusivamente a Membros do MP (Florianópolis) – módulo I, II e III	16	23 a 25/5	36

II Encontro do Ministério Público e Instituto Geral de Perícias	53	19/5	8
Curso de Autodefesa para Membros do MP/SC – módulos I, II e III	14	3, 10 e 24/6	16
Visita de estudantes do CESUSC	38	26/6	2
Visita de estudantes da UNIVALI	31	30/6	2
Curso de Aperfeiçoamento em Processo Civil: Novas Reformas	60	14 e 15/7	8
Curso de Autodefesa para Membros do Ministério Público de Santa Catarina	16	30/7 e 26/8	15
Visita de estudantes da UNIPLAC	30	22/8	2
Visita de estudantes da UNIVALI	43	23/8	2
Visita de estudantes do CESUSC	28	13/9	2
Visita de estudantes da UNIVILLE	36	15/9	2
Visita de estudantes da UNIDAVI	12	20/9	2
Primeiro Encontro Ministério Público & Tribunal de Contas Catarinense: Controle da Probidade Administrativa - Aspectos Teóricos e Práticos	98	21 e 22/9	15
Curso sobre Aposentadoria e Reformas da Previdência	25	25 a 29/9	25
Curso de Contabilidade Pública com ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	22	2 a 6/10	25
Seminário: a Resolução CONAMA 369/2006 e sua Repercussão em face dos Planos Diretores	142	6/10	8
III Encontro dos Promotores de Justiça de Defesa do Consumidor de Santa Catarina	62	23 e 24/10	15
Curso de Negociação Avançada	20	24 e 25/10	10
O Prequestionamento e demais Aspectos Destacados da Jurisdição Constitucional	148	3/11	6
Visita de estudantes da UNIPLAC	29	7/4 e 11/6	2
Curso de Preparação para os Novos Assistentes de Promotoria de Justiça	181	8 a 10/11	24
Curso de Autodefesa para Membros do Ministério Público de Santa Catarina – Região Sul	7	17 e 18/11	8
Palestra sobre “Qualidade de Vida”	82	21/11	4
Visita de estudantes do CESUSC	8	29/11	2
II Encontro Operacional Criminal do Ministério Público De Santa Catarina	162	30/11 a 1º/12	16
Palestra e lançamento do livro “O Direito Humano fundamental ao desenvolvimento Social: uma abordagem interdisciplinar e pluralista ao direito constitucional comparado entre Brasil e Espanha”	28	19/12	2

8.5 Da Comissão de Concurso

Em 21 de junho de 2005, o Conselho Superior do Ministério Público editou a Resolução nº 001/2005/CSMP, a qual regulamentou a abertura do XXXII Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina (Edital nº 002/2005/PGJ). O período de inscrições se estendeu de 29 de junho a 29 de julho de 2005.

Inscreveram-se, no prazo final determinado, 2.052 candidatos pela *Internet*, tendo, efetivamente, 1.660 confirmado suas inscrições, as quais foram, na sua totalidade, deferidas pela Comissão de Concurso, que designou o dia 18 de setembro de 2005, para realização do Processo Seletivo Preambular.

Em 18 de setembro de 2005, no *campus* da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), localizado em Palhoça, foi realizado o Processo Seletivo Preambular.

Corrigidas as provas e ultrapassada a etapa de recursos, foram aprovados 149 candidatos, abrindo-se o prazo para que esses requeressem suas inscrições definitivas.

A Comissão de Concurso deferiu o requerimento de inscrição definitiva dos 149 candidatos e designou o dia 15 de novembro do mesmo ano para que fosse realizada a Prova Escrita de Conhecimento Específico em Direito Penal e Direito Processual Penal, a qual aconteceu na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), nesta Capital.

Corrigidas as provas e superada a etapa de recursos, foram considerados habilitados para a etapa seguinte 64 candidatos.

A Prova de Conhecimentos Específicos em Direito Civil e Direito Processual Civil foi realizada, em 25 de março de 2006, na ESAG, na qual restaram aprovados, depois de analisados os recursos, 35 candidatos.

Em 15 de julho de 2006, a prova Escrita de Conhecimento Específico em Direitos Difusos e Coletivos foi realizada, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em que foram aprovados 26 candidatos. Passou-se, então, à etapa do concurso que consiste em exames psicotécnicos, prova de tribuna, entrevista e prova oral.

A etapa acima descrita foi totalmente realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, nas seguintes datas: 1) exames psicotécnicos – 2 a 6 de outubro; 2) prova de tribuna e entrevista – 19 e 20 de outubro; e 3) prova oral – 23 a 26 de outubro. Na fase final do Concurso, foram aprovados 20 candidatos.

8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo estão, em sua maioria, vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo. Nos itens e nas tabelas seguintes, estão descritas as atividades desenvolvidas por cada setor no decorrer de 2006, iniciando-se pela Coordenadoria-Geral (COGER):

Produtos	Quantidade
Planejamento dos Serviços Administrativos	1
Avaliação dos Serviços Administrativos	12
Acompanhamento de Programas	42
Acompanhamentos da RLD, da RCL – LRF e da Receita FERMP	36
Avaliações do Relatório de Gestão – LRF, do Orçamento do MPSC, do Orçamento do FERMP, do Orçamento do FECEAF, do Orçamento do FRBL, das contas do Condomínio – Sede, das contas do Condomínio – Palas e das despesas (MPSC-FERMP-FECEAF-FRBL)	96
Projetos	7
Estudos	2
Participação em Comissões	2
Reuniões de Trabalho	150

Em termos qualitativos, destacam-se os projetos de desenvolvimento do Sistema de Gestão Administrativa (SIGA), o Portal Sociedade Catarinense do Conhecimento em fase final de desenvolvimento, por meio de parceria com a UFSC e o PNUD, a Implantação do Sistema BS3, ferramenta de gestão da Instituição e a criação de indicadores de desempenho institucional. Destacam-se, ainda, as gestões financeira e orçamentária que possibilitaram a contratação dos Assistentes de Promotorias de Justiça e a implementação do subsídio para os membros do Ministério Público.

8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO) - Gerência de Informações e Projetos - Setor de Acompanhamento de Fundos Especiais

Produtos	Quantidade
Planejamento Estratégico (<i>workshop</i> , acompanhamento ou revisão)	1
Plano Plurianual (MPSC-FERMP-FRBL-CECEAF)	4
Lei de Diretrizes Orçamentárias (MPSC-FERMP-FRBL-CECEAF)	4
Orçamento Anual (MPSC-FERMP-FRBL-CECEAF)	4
Gestão do <i>Balanced Scorecard</i> do MPSC	1
Gestão do Sistema de Gestão Administrativa - SIGA	1
Elaboração, apoio, acompanhamento ou gestão de projetos	12
Elaboração de planos de trabalho	6
Atualizações e cálculos	48
Estudos de <i>layout</i> (construções, reformas e aluguéis)	60
Acompanhamento de obras (construções ou reformas)	12
Organização de eventos	2
Visitas técnicas (administração e arquitetura)	45
Acompanhamento de Programas e Ações (MPSC-FERMP-FRBL-CECEAF)	48
Trabalhos gráficos	109
Acompanhamento de Fundos Especiais (FERMP-FRBL-CECEAF)	3
Participação de grupos de trabalho externos (com outras instituições públicas)	3
Participação em comissões e atividades extraordinárias	4
Reuniões de trabalho	162

Em termos qualitativos, destaca-se a implementação do sistema de gestão estratégica do MPSC, por meio da metodologia chamada *Balanced Scorecard* (BSC); a participação no desenvolvimento e gestão do Sistema de Gestão Administrativa (SIGA); a continuação do projeto da Solução Corporativa Geoprocessada do MPSC, com início postergado para o final do exercício de 2006, que visa ao monitoramento sócio-ambiental de Santa Catarina por meio de imagens de satélite de alta resolução; o desenvolvimento de um estudo para a reestruturação organizacional no âmbito da COGER em 2007; e a formatação da primeira pesquisa de Clima Organizacional aplicada no MPSC, além da captação de recursos financeiros privados e da conquista de espaços publicitários sem dispêndio de recursos públicos para atividades ministeriais.

Observou-se, também, em 2006, um crescimento significativo na demanda por serviços e recursos dos fundos secretariados pelo Setor de Acompanhamento de Fundos Especiais, em especial do FERMP e do FRBL, além da implantação da Gerência de Informações e Projetos, ambos pertencentes à estrutura da COPEO.

Adicionalmente, a atuação dos arquitetos da COPEO, tanto no grande número de visitas técnicas, estudos e acompanhamento de projetos quanto no assessoramento do importante programa de acessibilidade aos prédios públicos, merece destaque. Essa Coordenadoria, em con-

junto com a COGER, segue também participando de grupos de trabalho interinstitucionais, de eventos técnicos e estabelecendo parcerias estratégicas nas suas áreas de atuação.

8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Produtos	Quantidade
Folha de Pagamento – Normal	
Inclusões Membros/Servidores	243
Sistema RH	1277
Atrasados (cálculo e inclusão)	284
Estagiários/Bolsistas – inclusão	361
Estagiários/Bolsistas – exclusão	369
Movimentações	
Promoções	196
Licenças e afastamentos	202
Lotações	275
ACMP	3031
ASPROJUS	1291
Contas-Correntes	440
Seguradoras	52
Vale-Transporte	30
Expedientes	
Margens Consignáveis	528
Projeções/Relatórios	42
Elaboração de contracheques pensionistas	264
Envio de contracheques inativos/pensionistas	4728
Reuniões de trabalho	58

8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Planejamento	21
Avaliação	78
Participação em comissões	18
Reuniões de trabalho	76
Gerência de Desenvolvimento (GEDES)	
Sistemas desenvolvidos	88
Sistemas em desenvolvimento	6
Manutenção nos sistemas existentes	410
Treinamento	4
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	92
Gerência de Rede (GERED)	
Usuários em rede	1.354
Usuários de e-mail	1.102

Reuniões de trabalho	112
Gerência de Suporte (GESUP)	
Atendimento de <i>hardware</i>	1.925
Atendimento de <i>software</i>	1.298
Reuniões de trabalho	28
Setor de Atendimento ao Usuário	
Pedidos de serviço abertos	6.019
Pedidos de serviço fechados	5.953
Atendimentos via telefone	2.150
Reuniões de trabalho	18

8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Administração de contratos com valores mensais fixos	29
Administração de contratos com valores mensais não fixos	31
Administração dos imóveis locados	4
Adm. de compras, serviços e cursos diversos realizados por meio de compra direta ou por processos licitatórios	1156
Administração de despesas globais controladas sem contrato	56
Participação em comissões	4
Reuniões de trabalho	90
Gerência de Compra (GECOMP)	
Solicitação de orçamento	1.568
Autorização de despesas encaminhadas	1.223
Processos licitatórios instaurados	57
Processos licitatórios homologados	45
Participação em comissões	3
Gerência de Manutenção (GEMAN)	
Atendimento de manutenção de rotina	1.496
Atendimento de manutenção emergencial	77
Participação em comissões	7
Reuniões de trabalho	50
Gerência de Transporte e Serviços Gerais (GETSEG)	
Viagens realizadas dentro do Estado	169
Viagens realizadas fora do Estado	9
Manutenção em veículos	51
Veículos da frota	34
Gerência de Patrimônio (GEPAT)	
Administração dos bens móveis	4002
Administração dos bens de informática	928
Administração da baixa de bens em geral	1235
Administração das doações	380
Participação em comissões	2
Reuniões de trabalho	22

Gerência de Almoxarifado (GEALM)	
Bens permanentes e de consumo	9043
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	11

Em termos qualitativos, destaca-se a consolidação do processo de compras por meio do pregão presencial, que proporcionou ao Ministério Público uma economia média de até 25% em suas aquisições. Também houve incremento no patrimônio da Instituição com a aquisição de mobiliários, bens de informática e a renovação da frota de veículos oficiais.

8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)

Produtos	Quantidade
Setor de Registro Funcional	
Elaboração de Atos:	
Nomeação	243
Exoneração	11
Exoneração a pedido	19
Aposentadoria	4
Elaboração de portarias	1652
Elaboração de ofícios	297
Elaboração de termos de posse	43
Designação de substitutos de outro cargo	110
Concessão automática de adicional por tempo de serviço	11
Elaboração de declarações	77
Cadastramento:	
Atos	394
Portarias	3973
Procedimentos administrativos	305
Agendamento perícia médica	94
Atualização cadastral	178
Sistema de protocolo	5.556
Setor de Desenvolvimento Humano	
Bolsa de Trabalho:	
Elaboração de convênios	30
Elaboração de termos de compromissos	137
Elaboração de termos de rescisões	70
Realização de seleção de bolsistas	90
Cadastramento de bolsistas	276
Elaboração de publicações	225
Elaboração de declarações	66
Controle de frequência e aproveitamento	292
Controle de avaliações	146
Estágio Curricular Obrigatório:	
Elaboração de convênios	1
Elaboração de termos de compromissos	12

Elaboração de publicações	12
Progressão Funcional:	
Elaboração de atos de promoção	22
Elaboração de programas institucionais	4
Gerência de Cadastro e Legislação (GECAD)	
Informações Processuais:	
Averbação de Tempo de Serviço	19
Aposentadoria	3
Retificação de averbação	1
Exercício findo	17
Auxílio-Creche	10
Abono de permanência	18
Análise de faltas	1
Afastamento para curso	3
Informação processo de disfunção	3
Revisão situação funcional	2
Transcrição funcional	2
Auxílio-Funeral	4
Elaboração de Documentos:	
Proventos para o Tribunal de Contas	4
Contagem de tempo para aposentadoria	25
Retificação de atos de aposentadoria (TC)	1
Estudos:	
Análise dos assentamentos funcionais	3
Consultas/assuntos	32
Atribuições da Comissão de Assuntos Funcionais:	
Reuniões	9
Avaliação de processos de bolsa de estudo	7
Cálculo de benefício da bolsa de estudo	31
Análise de requerimentos p/ promoção e aperfeiçoamento	170

8.6.7 Coordenadoria de Finanças (COFIN)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Registros das receitas do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	48
Informes de disponibilidade de dotação e financeiro do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	54
Autorização de nota de empenho	1.532
Análise e assinatura de nota de empenho	4.311
Autorização para pagamento da despesa liquidada	1.247
Controle e previsão dos gastos	48
Avaliações dos balancetes mensais e dos balanços anuais	48
Gerência de Contabilidade (GECON)	
Balancetes do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	48
Balanços do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	4

Relatórios de controle interno do MPSC-TCE, do FRBL-TCE, do FECEAF-TCE e do FERMP-TCE	48
Gerações e transmissões do ACP-TCE-MPSC, do ACP-TCE-FRBL, do ACP-TCE-FECEAF e do ACP-TCE-FERMP	16
Elaboração e prestação de contas de adiantamentos concedidos a servidores do MPSC	69
Conferência e encaminhamento dos processos licitatórios à COAD	70
Arquivamento e guarda de empenhos, notas fiscais, ordens bancárias, correspondências e faturas	4.932
Elaboração Anual da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) à Receita Federal	1
Elaboração de rendimentos isentos e não tributáveis para a COPAG	12
Gerência de Finanças (GEFIN)	
Controle de autorização de despesas por saldo de dotação orçamentária	1.503
Controle de credores	178
Boletim de execução orçamentária	4.311
Emissão de notas de empenho	4.311
Bloqueio e desbloqueio de saldo orçamentário	374
Liquidações de empenhos	3.168
Emissão de ordens bancárias	1.385
Comunicação de crédito	2.615
Resgate e aplicação de recursos financeiros	299
Emissão de Guia de Recolhimento de Plano de Saúde (IPESC)	12
Emissão de Guia de Contribuição Previdenciária (IPESC)	12
Emissão de Guia de Recolhimento de Imposto sobre Serviço	12
Emissão de Declaração da Fonte de Imposto sobre Serviço	12
Emissão de Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social	12
Adiantamentos	57
Pagamento de diárias	1.320
Prestação de contas de adiantamento	57
Balancete de prestação de contas	57
Liberação de arquivos transferidos para os bancos	44

8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Recebimento de processos do TJ	27.714
Distribuição de processos	27.714
Encaminhamento de processos ao TJ	27.606
Pesquisas realizadas	312
Reuniões de trabalho	6
Gerência de Biblioteca (GEBIB)	
Pesquisas realizadas	1.548
Empréstimos	9.199
Indexações	3.456
Livros comprados	1.250
Livros recebidos por doação (intercâmbio)	211
Participação em comissões	1

Reuniões de trabalho	10
Gerência de Arquivo e Documentos (GEDOC)	
Exemplares de DOE recebidos	227
Exemplares do DJE recebidos	207
Caixas, pastas A-Z, e encadernações recebidas de Coordenadorias, Centros, Assessorias e da SGMP, contendo documentos da Instituição	558
Documentos processados e cadastrados na base de dados (GED)	1.220
Pesquisas e consultas realizadas	296
Reuniões de trabalho	3

8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO)

Serviços e Produtos	Quantidade
Análise de sistemas de informação digital	2
Apoio à organização de eventos	134
Apoio a campanhas institucionais	35
Atendimento a Membros e Servidores	594
Atendimento à mídia e ao cidadão	348
Elaboração de planos de trabalho	1
Elaboração de projetos	7
Participação em comissões	15
Planejamento dos serviços e produtos de Comunicação Social	4
Relacionamento com a mídia	252
Relatórios	1
Reuniões de trabalho	54
Serviços de cadastro	204
Serviços de criação gráfica	192
Serviços de distribuição	726
Serviços de editoração eletrônica e postal	165.584
Serviços de fotojornalismo	108
Serviços de impressão	5.365
Serviços de internet e intranet	1.440
Serviços de pesquisa de notícias (<i>clipping</i>)	10.628
Serviços de radiojornalismo	17
Serviços de redação	474
Serviços de telejornalismo	164
Treinamento (orientação)	16

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Coordenadoria de Comunicação Social:

Intranet

Deu-se Continuidade do projeto de implantação da nova Intranet dinâmica, com a publicação parcial dos conteúdos da versão anterior, reorganização das seções em face da necessidade de aprimorar a estrutura da informação, notadamente em relação aos diversos tipos de documentos gerados pela Administração Superior e pelos Centros de Apoio.

Portal do CNPG

Executou-se a reconstrução do Portal do CNPG, em setembro de 2006, contendo seções compartilhadas com os setores de planejamento e comunicação do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal. Migração para solução dinâmica, mediante a reformulação da programação visual e adoção de gerenciador de conteúdo. Criação da versão eletrônica do Diagnóstico do Ministério Público dos Estados e da União. Migração, em curto prazo, do conteúdo da versão antiga para o novo Portal do CNPG, com seções de notícias do CNPG e do Ministério Público dos Estados e da União, normas, documentos e diagnóstico referente aos dados das unidades do Ministério Público.

Campanha do APOMT

Participação na elaboração e definição de peças gráficas e audiovisuais da campanha estadual de mídia do Programa APOMT, coordenado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, bem como na articulação do apoio das entidades representativas dos jornais e emissoras de rádio e televisão de Santa Catarina

Apoio a eventos

Manteve-se o apoio à criação, produção e reprodução de peças gráficas destinadas aos eventos promovidos pelos Órgãos Auxiliares do MPSC.

Atendimento à mídia

Realizou-se, no período, o atendimento aos profissionais de comunicação, com a realização de visitas a órgãos da mídia para o fortalecimento do relacionamento institucional, principalmente no tocante às entidades representativas dos segmentos de rádio, televisão e jornal.

Clipping de telejornais

Ampliou-se o número de jornais pesquisados, abrangendo dezenas de publicações diárias e semanais do interior de Santa Catarina, em número superior a 70 veículos. Migrou-se o local de publicação dos conteúdos selecionados da Internet para a Intranet e adotou-se uma sistemática de classificação com opções de busca para facilitar a localização das notícias.

Clipping das emissoras de televisão

Adotou-se a captura, seleção e publicação de reportagens de algumas das emissoras de televisão com sede em Florianópolis, cujo conteúdo pode ser assistido pela *Intranet*.

Serviços de redação

Deu-se continuidade às atividades de divulgação dos fatos de interesse público concernentes à atuação do Ministério Público catarinense, por intermédio da distribuição à mídia e aos membros e servidores, por meio eletrônico, de 474 comunicados (*press releases*). O impacto dessa divulgação pode ser mensurado parcialmente através do serviço de pesquisa de notícias.

Publicações Oficiais no Portal do MPSC

Criou-se o “Diário Eletrônico do MPSC” e a seção “Publicações Oficiais” na *home* do Portal do Ministério Público, em face da descontinuidade da versão impressa do Diário da Justiça.

Serviços de impressão

Adquiriu-se impressora digital que produz impressos coloridos, para atender a demanda de serviços gráficos internos.

Padronização

Os principais impressos – Relatório de Gestão, Plano de Atuação, Revista Jurídica e material de expediente – receberam tratamento padronizado, com aplicação de logomarca e tipografia.

8.6.10 Assessoria Militar

Serviços e produtos	Quantidade
Acompanhamento de assuntos institucionais do Ministério Público	29
Acompanhamento de assuntos institucionais da PMSC e de outros órgãos	42
Elaboração de projetos e convênios	2
Elaboração de pareceres, sindicâncias, processos administrativos etc.	5
Apoio ao Gabinete do PGJ	128
Planejamento de viagens do PGJ	29
Apoio aos Procuradores	116
Apoio aos Promotores	245
Acompanhamento protocolar aos Membros do MP	25
Apoio aos Servidores	48
Apoio a Policiais Militares	45
Prestação de segurança pessoal e patrimonial (instal. físicas, transporte, comunicação e informática)	52
Recepção e acompanhamento de autoridades e visitas	43
Supervisão do sistema de segurança contra incêndio	6
Operações realizadas	5
Realização de diligências	10
Atendimento de ocorrências	25
Protocolos de atendimentos/ segurança pessoal de Membros do MP ameaçados	21
Processos de aquisição, registro e transferências de armas e munições	107
Processos relacionados à segurança dos veículos de Membros do MP e servidores	212
Providências pertinentes à gestão do efetivo Policial Militar (escala de serviço, controle de refeições, controle de armamento e munições, fardamento etc.)	285
Realização de cursos, treinamentos, estágios, palestras e reuniões	15
Apoio e organização de eventos – audiências, palestras, programas, encontros, seminários, jornadas, simpósios, fóruns, congressos, etc.	136
Agendamento e providências adotadas para utilização dos auditórios	54
Providências pertinentes à gestão das recepcionistas / telefonistas	84
Providências pertinentes à gestão das copeiras e dos garçons	35
Providências pertinentes à supervisão de serviços terceirizados	210
Expedição de convites	2360
Expedição de documentos (ofícios, comunicações, exposições de motivos etc.)	353

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Assessoria Militar:

Segurança de Autoridades

Realização do Curso de Autodefesa oferecido aos membros da Instituição nas diversas regiões do Estado, destacando-se, entre outras disciplinas, o treinamento de defesa pessoal e de direção veicular evasiva, qualificando 84 Promotores de Justiça. Implantação do serviço de apoio aos membros do Ministério Público relacionado ao controle dos armamentos, decorrente da nova legislação de armas, realizando mais de 100 processos, além dos inúmeros atendimentos prestados sobre o assunto.

Segurança Física

Ampliação da estrutura de segurança do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça e do policiamento em mais três Unidades do Ministério Público (Palhoça, São José e na sede das Promotorias da Infância da Capital). Prestação de apoio e segurança às diversas etapas do curso de ingresso na carreira do Ministério Público.

Segurança Pública

Direcionamento das atividades extraordinárias dos policiais militares que atuam na segurança da sede da Procuradoria-Geral de Justiça para atuação no policiamento ostensivo da região, dando ênfase à segurança dos colégios e dos estabelecimentos comerciais, alcançando uma diminuição efetiva do número de ocorrências criminais.

Cerimonial

Realização de inúmeros eventos e solenidades, destacando-se entre eles a Solenidade de Posse do Procurador-Geral de Justiça no Cargo de Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público do Estado e da União bem como do Congresso da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (AMPASA), além das Audiências Públicas sobre Segurança Sanitária e Defesa do Consumidor realizadas em diversas cidades do Estado.

Intercâmbio

Participação no Grupo dos Assessores Militares do Ministério Público e no Grupo dos Assessores de Cerimonial do Ministério Público, assumindo a Coordenação Nacional dos dois grupos. Recebimento da Condecoração da Ordem do Mérito do Ministério Público Militar em solenidade realizada na Capital Federal, por destacável participação nos grupos de Assessores Policiais e de Assessores de Cerimonial do Ministério Público dos Estados e da União.

8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle

Espécie	Quantidade
Análises de prestação de contas	645
Auditorias	9
Perícias/cálculos	88
Consultorias/pesquisas	62

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades:

A Coordenadoria de Auditoria e Controle (COAUD) atua em vários seguimentos dentro das atividades-meio (pareceres em procedimentos administrativos e auditorias) e fim (perícias e auditorias para os Centros de Apoio Operacionais, Promotorias e Procuradorias de Justiça). Foram inúmeros os trabalhos realizados ao longo do ano de 2006, como demonstramos no item 8.6.11, com destaque para:

- Trabalho de auditoria realizado em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF) em fundações de direito privado, inclusive com checagens *in loco* que resultaram em reprovação de prestação de contas de várias entidades;
- Auditoria no Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ) e Orionópolis Catarinense, que resultou na melhor organização e utilização dos recursos dos curatelados;
- Conclusão do trabalho de auditoria na Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, proporcionando uma avaliação dos controles, programas de informática e das rotinas utilizadas;
- Auditoria na Gerência de Transportes e na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade;
- Treinamento dos novos auditores, num total de 40 horas-aula em contabilidade pública, consolidando os conhecimentos dos profissionais da área; e
- acompanhamento dos gastos com pessoal realizados pelo Ministério Público, com a elaboração de parecer de auditoria ao final de cada quadrimestre, no Relatório de Gestão Fiscal.

IV - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-Geral de Justiça

Pedro Sérgio Steil

Secretário-Geral do Ministério Público

Sandro José Neis

Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Durval da Silva Amorim

Abel Antunes de Mello

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Subprocurador-Geral de Justiça

Narcísio Geraldino Rodrigues

..... Tel. (48) 3229.9001

pgj@mp.sc.gov.br

Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ)

Moacyr de Moraes Lima Filho

Anselmo Agostinho da Silva

Hipólito Luiz Piazza

Paulo Antônio Günther

Luiz Fernando Sirydakís

Demétrio Constantino Serratine

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Jobél Braga de Araújo

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil - Presidente

Vilmar José Loef

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Raulino Jaco Brüning

Humberto Francisco Scharf Vieira

Sérgio Antônio Rizelo

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Nelson Fernando Mendes

Jacson Corrêa

Anselmo Jerônimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio César Moreira

Francisco José Fabiano

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Sidney Bandarra Barreiros

Lenir Roslindo Piffer - Secretária

Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)

Moacyr de Moraes Lima Filho

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Pedro Sérgio Steil - Presidente

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Tel. (48) 3229.9014

csmp@mp.sc.gov.br

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Basílio Elias De Caro

André Carvalho

Corregedor-Geral do Ministério Público (CGMP)

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Tel. (48) 3229.9033

cgmp@mp.sc.gov.br

Secretário da Corregedoria-Geral

Marcílio de Novaes Costa

Assessores do Corregedor-Geral

Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol

Aor Steffens Miranda

Corregedora-Geral Substituta

Gladys Afonso

Coordenadoria de Recursos (CR)

Paulo Roberto Speck – Coordenador

Fernando da Silva Comin – Assessor

Tel. (48) 3229.9115

crecursos@mp.sc.gov.br

Ouvidoria do Ministério Público

Anselmo Jerônimo de Oliveira - Ouvidor

Tel. (48) 3229.9000

ouvidoria@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)

Basílio Elias De Caro – Coordenador-Geral

Gladys Afonso – Colaboradora

Rogério Ponzi Seligman – Coordenador

João Carlos Teixeira Joaquim – Coordenador Adjunto

Tel. (48) 3229.9224

cma@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)

Jacson Corrêa – Coordenador-Geral

Luciano Trierweiler Naschenweng – Coordenador

Tel. (48) 3229.9216

cme@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)

Antenor Chinato Ribeiro – Coordenador-Geral

Tel. (48) 3229.9212

cco@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF)

Aurino Alves de Souza – Coordenador-Geral

Davi do Espírito Santo – Coordenador

Tel. (48) 3229.9233

ccf@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)

Aurino Alves de Souza – Coordenador-Geral

Helen Crystine Corrêa Sanches – Coordenadora

Tel. (48) 3229.9155

cij@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)

Sérgio Antônio Rizelo – Coordenador-Geral

Maury Roberto Viviani – Coordenador

Tel. (48) 3229.9154

cot@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

Odil José Cota – Coordenador-Geral

Paulo Antonio Locatelli – Coordenador

Tel. (48) 3229.9214

ccr@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Op. de Controle de Constitucionalidade (Ceccon)

Gilberto Callado de Oliveira – Coordenador-Geral

Tel. (48) 3229.9319

ceccon@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (CIE)

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador

Tel. (48) 3214.2000

cie@mp.sc.gov.br

Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE)

Ivens José Thives de Carvalho – Coordenador

Tel. (48) 3229.9338

cce@mp.sc.gov.br

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)
Ivens José Thives de Carvalho – Diretor

Tel. (48) 3229.9200 ceaf@mp.sc.gov.br

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais (CCPPI)

conselhoconsultivo@mp.sc.gov.br

Representante do 2º Grau

Plínio Cesar Moreira

Representantes do 1º Grau:

1ª Região - Extremo-Oeste

Giovanni Andrei Franzoni Gil

2ª Região - Oeste

Silvana Schmidt Vieira

3ª Região - Meio-Oeste

Alexandre Carrinho Muniz

4ª Região - Planalto Serrano

George André Franzoni Gil

5ª Região - Alto Vale do Itajaí

Adalberto Exterkötter

6ª Região - Médio Vale do Itajaí

Gustavo Mereles Ruiz Díaz - Vice-Presidente

7ª Região - Vale do Itajaí e Rio Tijucas

Rosan da Rocha

8ª Região - Grande Florianópolis

Márcia Aguiar Arend - Secretário

9ª Região - Planalto Norte

Laudares Capella Filho

10ª Região - Norte

Milani Maurilio Bento

11ª Região - Sul

Walkyria Ruicir Danielski - Presidente

12ª Região - Extremo-Sul

Marcio Cota

Comissão de Planejamento Institucional (COPLI)

copli@mp.sc.gov.br

Durval da Silva Amorim - Presidente

Adauto Viccari Júnior

Abel Antunes de Mello

Christian Rosa

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Nelson Alex Lorenz

Sandro José Neis

Denis Moreira Cunha - Secretário

Comissão para Implantação do Sistema de Automação (SIG/MP)

Fábio Strecker Schmitt - Presidente

Cristiane Rosália Maestri Böell

Fábio de Souza Trajano

Adalberto Exterkoetter

Davi do Espírito Santo

Paulo Cesar Allebrandt

Assessoria Militar

Tel. (48) 3229.9007

assmilitar@mp.sc.gov.br

Ten. Cel. Rogério Martins

Coordenadoria-Geral de Apoio aos Órgãos e Serviços Auxiliares

Tel. (48) 3229.7541

coger@mp.sc.gov.br

Adauto Viccari Júnior

Coordenadoria de Auditoria e Controle

Tel. (48) 3229.9130

coaud@mp.sc.gov.br

Jair Alcides dos Santos

Coordenadoria de Comunicação Social

Tel. (48) 3229.9011

comso@mp.sc.gov.br

Nelson Alex Lorenz

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade

Tel. (48) 3229.7553

cofin@mp.sc.gov.br

Márcio Abelardo Rosa

Coordenadoria de Operações Administrativas

Tel. (48) 3229.7552

coad@mp.sc.gov.br

Doris Mara Eller Brüggmann

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal

Tel. (48) 3229.7550

copag@mp.sc.gov.br

Maria Inês Finger Martins

Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais

Tel. (48) 3229.7554

copeo@mp.sc.gov.br

Christian Rosa

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas

Tel. (48) 3229.9143

copij@mp.sc.gov.br

Ana Lúcia Franceschi

Coordenadoria de Recursos Humanos

Tel. (48) 3229.7557

corh@mp.sc.gov.br

Silvana Maria Pacheco

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Tel. (48) 3229.9135

cotec@mp.sc.gov.br

Alexandre Gaidzinski

V - PROMOTORES DE JUSTIÇA, POR ENTRÂNCIA E ANTIGÜIDADE NA CARREIRA

Entrância Especial

Ernani Dutra
Donaldo Reiner
Eroni José Salles
Sadi Brígido Jung
Saulo Torres
Paulo César Ramos de Oliveira
Paulo de Tarso Brandão
Ricardo Francisco da Silveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Moacir José Dal Magro
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Norival Acácio Engel
Fábio de Souza Trajano
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Luiz Eduardo Braunsperger
James Faraco Amorim
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Paulo Roberto Luz Gottardi
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim

Ernani Guetten de Almeida
Vânio Martins de Faria
Genivaldo da Silva
Américo Bigaton
Janir Luiz Della Giustina
Aor Steffens Miranda
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo
Lio Marcos Marin
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Rui Arno Richter
Viviane D'Ávila Winckler
Cristiane Rosalia Maestri Boell
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
Murilo Casemiro Mattos
Sidney Eloy Dalabrida
Fábio Strecker Schmitt
Neori Rafael Krah
Monika Pabst
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Marcílio de Novaes Costa
Jorge Orofino da Luz Fontes

Onofre José Carvalho Agostini
Eduardo Mendonça Lima
Carlos Alberto de Carvalho Rosa
Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Luchezi
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schiefler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Hélio José Fiamoncini
André Fernandes Indalencio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
Carlos Alberto Platt Nahas
Jorgelita Toner Favaretto
Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
Marisa Fátima Lara Souza
Jádel da Silva Júnior
Marcelo Truppel Coutinho
Rosemary Machado Silva
Elizabeth Machado
Vera Lúcia Coró Bedinoto
Ruy Vladimir Soares de Sousa
José Eduardo Cardoso
Darci Blatt
Daniel Paladino
Márcia Aguiar Arend
Flávio Duarte de Souza
Leda Maria Hermann
Margaret Gayer Gubert Rotta
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Nollí Melo
Débora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ângela Valença Bordini Silveira
Ricardo Luis Dell'Agnollo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Ricardo Marcondes de Azevedo
Andréa da Silva D uarte
Miguel Lotário Nigler
Marcelo Wegner
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Andreas Eisele

Alexandre Schmitt dos Santos
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Sérgio Ricardo Joesting
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Isaac Newton Belota Sabba Guimarães
Gustavo Mereles Ruiz Diaz
Fernando Linhares da Silva Júnior
Maristela do Nascimento Indalencio
Thais Cristina Scheffer
Alexandre Daura Serratine
Maury Roberto Viviani
Alexandre Wiethorn Lemos
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Felipe Martins de Azevedo
Francisco de Paula Fernandes Neto
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Luis Suzin Marini Júnior
Rogério Ponzi Seligman
Vânia Augusta Cella Piazza
Fabiano David Baldissarelli
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht
Havah Emília Piccinini de Araujo Mainhardt
Andrey Cunha Amorim
Júlio André Locatelli
Marcelo Brito de Araújo
Mário Vieira Júnior
Juliana Padrão Serra de Araújo
Rafael de Moraes Lima
Luiz Augusto Farias Nagel
Joel Rogério Furtado Junior

Sandro Ricardo Souza
Helen Crystine Corrêa Sanches
Geovani Werner Tramontin
George André Franzoni Gil
Kátia Rosana Pretti Armange
Luciano Trierweiller Naschenweng
Rodrigo Millen Carlin
Rosângela Zanatta
Sandro de Araujo
Cristina Balceiro da Motta
Maria Luzia Beiler Girardi
Anelize Nascimento Martins Machado
Fabrício Nunes
Milani Maurílio Bento
Nazareno Bez Batti
Fabiano Henrique Garcia
Affonso Ghizzo Neto
Celso Antonio Ballista Junior
Jonnathan Augustus Kuhnen
Gustavo Viviani de Souza
Fabrício José Cavalcanti
Márcio Conti Junior
Aurélíio Giacomelli da Silva
Ana Paula Cardoso Teixeira
Marcelo Mengarda
Alexandre Piazza
Marcelo Gomes Silva
Diana Spalding Lessa Garcia
Maria Amélia Borges Moreira
André Otávio Vieira de Mello

Entrância Intermediária

Pedro Roberto Decomain
Eraldo Antunes
Karla Bárdio Meirelles Menegotto
Viviane Damiani Valcanaia
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
Vânia Lúcia Sangalli
José Orlando Lara Dias
João Carlos Teixeira Joaquim
Hélio Sell Júnior
João Carlos Linhares Silveira
Simone Cristina Schultz
Cristian Richard Stahelin Oliveira
José de Jesus Wagner

Douglas Alan Silva
Laudares Capella Filho
Jean Michel Forest
Odair Tramontin
Sandra Goulart
Ricardo Viviani de Souza
Heloísa Melo
José Renato Côrte
Gilberto Polli
Deize Mari Oechsler
Wilson Paulo Mendonça Neto
Luciana Rosa
Benhur Poti Betiolo

Fernando da Silva Comin
Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Silvana Schmidt Vieira
Ricardo Paladino
Mauricio de Oliveira Medina
Amélia Regina da Silva
Alexandre Carrinho Muniz
Jackson Goldoni
Rodrigo Silveira de Souza
Rodrigo Kurth Quadro
Gustavo Wiggers
Leonardo Todeschini

Entrância Inicial

Victor Emendorfer Filho
Henriette Marlowe Rotta Lemos
Cristina Elaine Thome
Andréa Machado Speck
Alício Henrique Hirt
Luciana Schaefer Filomeno
João Alexandre Massulini Acosta
Nilton Exterkoetter
Jussara Maria Viana
Maria Cristina Pereira Cavalcanti
Murilo Adaghinari
Silvana do Prado Brouwers
Adalberto Exterkötter
Rafael Alberto da Silva Moser
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Caio César Lopes Peiter
Cristine Angulski da Luz
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Cristiano José Gomes
Cesar Augusto Engel
Carla Mara Pinheiro Miranda
Patrícia Dagostin
Roberta Mesquita e Oliveira

Lenice Born da Silva
Susana Perin
Nádea Clarice Bissoli
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Alan Boettger
Daniel Westphal Taylor
Fabrício Franke da Silva
Andrea Gevaerd
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Max Zuffo
Gláucio José Souza Alberton
Nataly Lemke
Marcio André Zattar Cota
Lara Peplau
Wagner Pires Kuroda
Fred Anderson Vicente
Mauro Canto da Silva
Ana Cristina Boni
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Renee Cardoso Braga
Cléber Augusto Hanisch

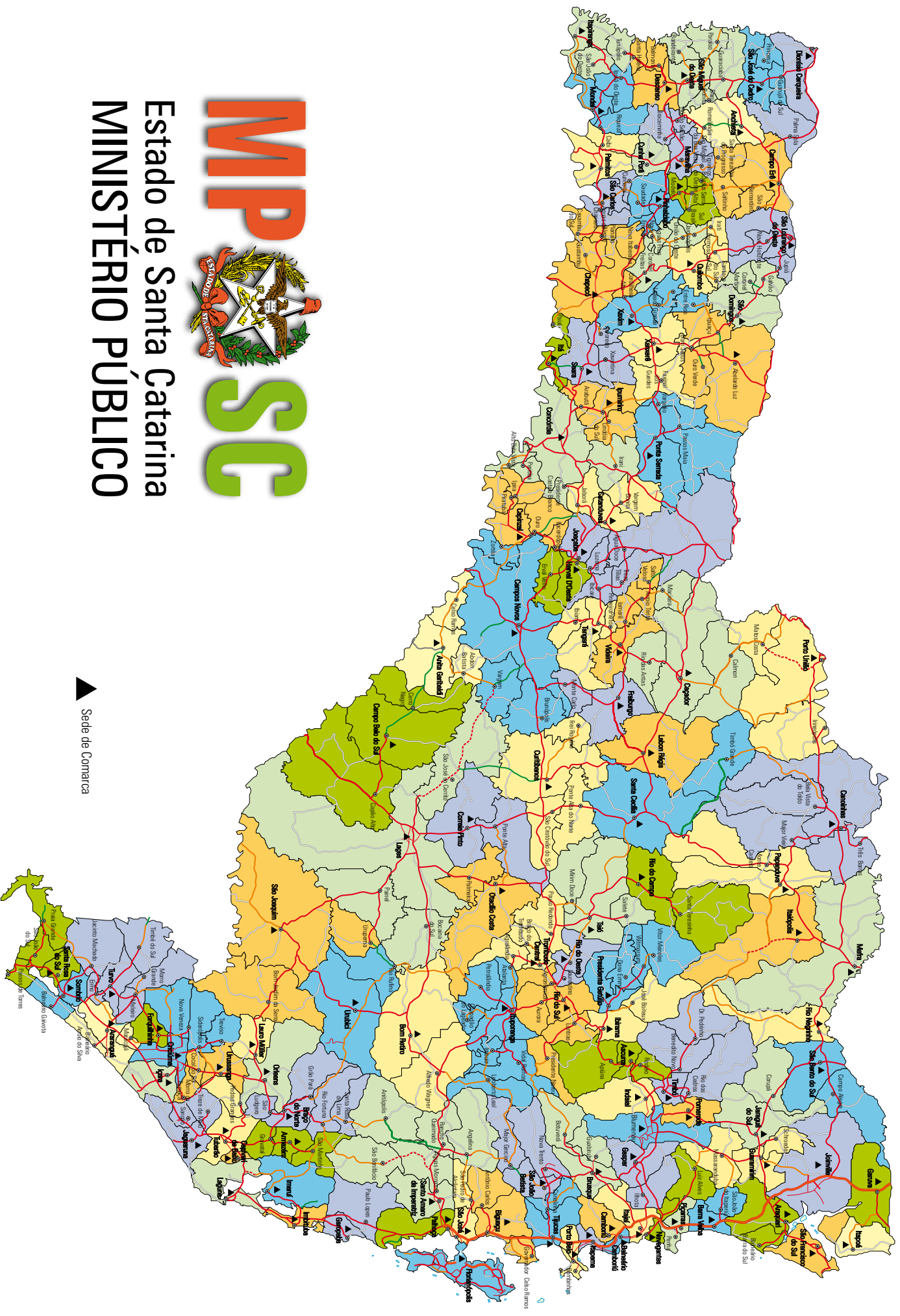
Rafael Meira Luz
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
André Braga de Araújo
Jadson Javel Teixeira
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Cássio Antonio Ribas Gomes
Jorge Eduardo Hoffmann
Priscilla Linhares Albino
Tatiana Rodrigues Borges
Marcelo de Tarso Zanellato
Diógenes Viana Alves
Raul Gustavo Juttel
Eduardo Chinato Ribeiro
Belmiro Hanisch Júnior
Rodrigo Cunha Amorim
Ernest Kurt Hammerschmidt
Marcionei Mendes
Caroline Moreira Suzin
André Teixeira Milioli
Henrique da Rosa Ziesemer
Luciana Uller
Jean Pierre Campos
Guilherme Luis Lutz Morelli

Substitutos

Regina Kurschus
Raul Rogério Rabello
Ivanize Souza de Oliveira
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Rejane Gularte Queiroz
Eduardo Sens dos Santos
Glaucio José Riffel
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa



Edifício-Sede do Ministério Público de Santa Catarina
Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro - Florianópolis
Santa Catarina - 88015-904



MP SC

Estado de Santa Catarina
MINISTÉRIO PÚBLICO

▲ Sede de Comarca